

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	14
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	28
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	29
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	82
Proposta de Orçamento de Capital	186
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	187

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	190
--	-----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	192
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	193
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	194

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	227.836.623
Preferenciais	0
Total	227.836.623
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	22/06/2012	Ordinária		2,54000
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		2,34500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	26.466.692	25.018.556	23.293.050
1.01	Ativo Circulante	3.330.598	3.704.694	3.574.874
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.915.974	2.142.079	1.988.004
1.01.03	Contas a Receber	1.148.218	1.257.348	1.108.819
1.01.03.01	Clientes	1.038.945	1.072.015	971.047
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	109.273	185.333	137.772
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	109.273	185.333	137.772
1.01.04	Estoques	53.028	44.576	36.090
1.01.06	Tributos a Recuperar	118.421	117.893	108.675
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	118.421	117.893	108.675
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	94.957	142.798	333.286
1.01.08.03	Outros	94.957	142.798	333.286
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	64.977	99.733	302.570
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	29.980	43.065	30.716
1.02	Ativo Não Circulante	23.136.094	21.313.862	19.718.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	896.986	931.985	962.008
1.02.01.03	Contas a Receber	335.687	333.713	352.839
1.02.01.03.01	Clientes	335.687	333.713	352.839
1.02.01.06	Tributos Diferidos	135.897	177.926	77.913
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.897	177.926	77.913
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	153.098	170.288	231.076
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	153.098	170.288	231.076
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	272.304	250.058	300.180
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	0	60.295	146.213
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	53.158	54.178	43.543
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	108.099	100.551	62.540
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	111.047	35.034	47.884
1.02.02	Investimentos	74.872	74.571	8.262

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.02.01	Participações Societárias	20.826	21.986	8.262
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	20.826	21.986	8.262
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.046	52.585	0
1.02.03	Imobilizado	196.710	181.585	206.384
1.02.04	Intangível	21.967.526	20.125.721	18.541.522
1.02.04.01	Intangíveis	21.967.526	20.125.721	18.541.522
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.006.130	7.736.810	7.311.746
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	4.390.263	3.179.545	2.445.653
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	9.568.487	9.190.573	8.764.958
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	2.646	2.316	7.937
1.02.04.01.05	Novos Negócios	0	16.477	11.228

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	26.466.692	25.018.556	23.293.050
2.01	Passivo Circulante	3.758.189	3.956.146	3.501.786
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	267.332	243.502	246.325
2.01.01.01	Obrigações Sociais	35.188	31.836	26.147
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	232.144	211.666	220.178
2.01.02	Fornecedores	295.392	244.658	142.634
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	295.392	244.658	142.634
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.710	180.794	157.768
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	147.013	175.264	153.233
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	46.576	57.052	48.149
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	29.401	25.630	24.112
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	19.011	36.716	35.364
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	52.025	55.866	45.608
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.697	5.530	4.535
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.342.594	1.629.184	1.239.716
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	833.635	825.265	741.297
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	635.968	635.888	611.320
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	197.667	189.377	129.977
2.01.04.02	Debêntures	508.959	803.919	498.419
2.01.05	Outras Obrigações	1.135.078	893.938	948.740
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	958	12.062	11.395
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	958	12.062	11.395
2.01.05.02	Outros	1.134.120	881.876	937.345
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	414.355	247.486	354.254
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	389.091	383.116	295.172
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	42.479	50.300	60.486
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	148.220	62.287	83.084
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	24.357	12.693	30.831

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	41.380	62.228	60.350
2.01.05.02.09	Indenizações	8.697	5.310	12.169
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	65.541	58.456	40.999
2.01.06	Provisões	565.083	764.070	766.603
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	112.119	117.556	96.231
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	9.912	5.859	3.191
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	59.868	86.821	78.151
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	42.339	24.876	14.889
2.01.06.02	Outras Provisões	452.964	646.514	670.372
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.586	12.014	22.802
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	355.520	244.817	288.970
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	85.858	389.683	358.600
2.02	Passivo Não Circulante	10.992.926	10.516.514	10.109.464
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.532.661	6.794.148	6.969.576
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.669.478	4.725.684	4.786.671
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.651.384	1.861.640	2.667.720
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.018.094	2.864.044	2.118.951
2.02.01.02	Debêntures	2.863.183	2.068.464	2.182.905
2.02.02	Outras Obrigações	2.836.194	2.914.607	2.446.661
2.02.02.02	Outros	2.836.194	2.914.607	2.446.661
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	0	18.363	53.045
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.124.330	2.050.697	1.804.038
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	87.407	130.978	66.856
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	331.960	416.105	284.728
2.02.02.02.07	Indenizações	17.577	43.707	30.847
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	36.804	30.171	20.497
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	123.731	114.106	112.962
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	114.385	110.480	73.688

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.04	Provisões	624.071	807.759	693.227
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	292.198	293.794	267.287
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	58.173	70.589	55.467
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	111.830	69.715	59.081
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	122.195	153.490	152.739
2.02.04.02	Outras Provisões	331.873	513.965	425.940
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	136.839	109.165	42.293
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	165.735	373.716	370.212
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	29.299	31.084	13.435
2.03	Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896	9.681.800
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	5.387.634	4.217.953	3.353.857
2.03.04.01	Reserva Legal	616.814	521.219	460.048
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	80.201	288.143	68.761
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	4.690.619	3.408.591	2.825.048

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.737.631	9.927.445	9.230.370
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.449.951	-6.018.732	-5.194.154
3.02.01	Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.035.542	-3.841.687	-3.113.083
3.02.02	Custos de Construção	-2.414.409	-2.177.045	-2.081.071
3.03	Resultado Bruto	4.287.680	3.908.713	4.036.216
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.444.336	-1.554.218	-1.364.097
3.04.01	Despesas com Vendas	-697.252	-619.304	-712.941
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-717.377	-841.077	-651.271
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	68.364	72.386	39.435
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	75.721	80.821	44.315
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-7.357	-8.435	-4.880
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-91.539	-162.639	-37.626
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-11.225	-56.549	-16.385
3.04.05.02	Provisão para Perdas Incentivos Fiscais	0	-1.200	-60
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-19.849	-18.295	-20.875
3.04.05.05	Provisão para Perdas	-60.295	-85.918	0
3.04.05.06	Outras	-170	-677	-306
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.532	-3.584	-1.694
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.843.344	2.354.495	2.672.119
3.06	Resultado Financeiro	-295.672	-633.018	-378.874
3.06.01	Receitas Financeiras	333.124	451.272	343.976
3.06.01.01	Receitas Financeiras	333.129	465.753	343.807
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	-5	-14.481	169
3.06.02	Despesas Financeiras	-628.796	-1.084.290	-722.850
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-578.230	-701.889	-788.832
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-50.566	-382.401	65.982
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.547.672	1.721.477	2.293.245
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-635.772	-498.058	-662.798

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.08.01	Corrente	-593.743	-598.024	-697.077
3.08.02	Diferido	-42.029	99.966	34.279
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.911.900	1.223.419	1.630.447
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.911.900	1.223.419	1.630.447
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,39156	5,36974	7,15623
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,39156	5,36974	7,15623

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.911.900	1.223.419	1.630.447
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.911.900	1.223.419	1.630.447

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.343.241	2.698.572	2.097.388
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.561.356	4.209.858	3.937.513
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.547.672	1.721.477	2.293.245
6.01.01.02	Provisões e variações monetárias de provisões	201.196	310.075	352.614
6.01.01.04	Encargos financeiros de clientes	-171.481	-169.941	-178.996
6.01.01.05	Prejuízo venda ativos imobilizados e intangíveis	12.059	56.548	16.385
6.01.01.06	Depreciação e amortização	738.525	768.704	552.176
6.01.01.07	Juros calculados s/empréstimos e financiamentos a pagar	404.196	434.315	449.682
6.01.01.08	Variações monetária e cambiais de empréstimos e financiamentos	85.122	442.954	21.139
6.01.01.09	Juros e variações monetárias passivas	24.553	31.422	4.112
6.01.01.10	Juros e variações monetárias ativas	-12.862	-33.589	-59.916
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	401.576	289.589	402.694
6.01.01.12	Provisão para termo de ajustamento de conduta (TAC)	57.332	46.991	24.840
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.532	3.584	1.694
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	5.728	-8.746	32.587
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	34.772	4.833	6.326
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	2.466	15.386	80.368
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-50.072	-47.589	-49.603
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	213.747	257.927	-11.834
6.01.01.19	Indenizações a receber	60.295	85.918	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.067.768	-186.420	-488.073
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-153.337	-188.202	-66.416
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	60.450	20.455	36.708
6.01.02.03	Estoques	-8.858	-8.490	3.490
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-29.758	-61.926	-157.916
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-77.613	-41.080	-16.038
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	1.020	573	-14.864
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-16.898	135.961	-67.337

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuição Social	-33.502	-49.814	-17.624
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-140.115	-11.268	-15.881
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-47.800	-14.416	-8.558
6.01.02.12	Serviços Recebidos	5.975	87.944	55.678
6.01.02.13	Outras Obrigações	-53.086	140.220	118.396
6.01.02.14	Provisões	-583.871	-197.521	-330.256
6.01.02.15	Cofins/Pasep diferidos	9.625	1.144	-7.455
6.01.03	Outros	-1.150.347	-1.324.866	-1.352.052
6.01.03.01	Juros Pagos	-589.189	-736.382	-618.600
6.01.03.02	Imosto de Renda e Contribuições Pagos	-561.158	-588.484	-733.452
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.996.696	-1.883.218	-2.050.600
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-17.377	-11.995	-44.161
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-2.008.699	-2.056.756	-1.810.999
6.02.03	Aumento Investimento	-5.372	-17.308	-5.620
6.02.04	Caixa Restrito	34.752	202.841	-189.820
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-572.650	-661.279	1.171.783
6.03.01	Captações	1.620.852	1.685.506	3.370.709
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.518.240	-1.923.862	-1.800.507
6.03.03	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-578.705	-422.923	-398.419
6.03.04	Parceria Público-Privada	-40.285	0	0
6.03.05	Compromissos Contratos de Programa	-56.272	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-226.105	154.075	1.218.571
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.142.079	1.988.004	769.433
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.915.974	2.142.079	1.988.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.169.681	-1.911.900	0	-742.219
5.04.06	Dividendos	0	0	80.201	-80.201	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-454.076	0	-454.076
5.04.08	Outras Destinações	0	0	1.089.480	-1.377.623	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.911.900	0	1.911.900
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.911.900	0	1.911.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	5.387.634	0	0	11.715.577

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	864.096	-1.223.419	0	-359.323
5.04.06	Dividendos	0	0	288.143	-288.143	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-290.562	0	-290.562
5.04.08	Outras Destinações	0	0	575.953	-644.714	0	-68.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.223.419	0	1.223.419
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.223.419	0	1.223.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	2.110.641	0	0	8.438.584
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	2.110.641	0	0	8.438.584
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.243.216	-1.630.447	0	-387.231
5.04.06	Dividendos	0	0	68.761	-68.761	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-387.231	0	-387.231
5.04.08	Outras Destinações	0	0	1.174.455	-1.174.455	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.630.447	0	1.630.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.630.447	0	1.630.447
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	11.274.704	10.490.237	9.597.711
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.926.737	8.305.043	7.655.226
7.01.02	Outras Receitas	75.721	80.821	44.315
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.464.482	2.224.633	2.130.675
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-192.236	-120.260	-232.505
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.729.088	-4.455.042	-4.069.453
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.961.486	-3.624.471	-3.371.656
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-676.063	-667.932	-660.171
7.02.04	Outros	-91.539	-162.639	-37.626
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.545.616	6.035.195	5.528.258
7.04	Retenções	-738.525	-768.704	-553.612
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-738.525	-768.704	-553.612
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.807.091	5.266.491	4.974.646
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	326.592	447.688	342.282
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.532	-3.584	-1.694
7.06.02	Receitas Financeiras	333.124	451.272	343.976
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.133.683	5.714.179	5.316.928
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.133.683	5.714.179	5.316.928
7.08.01	Pessoal	1.582.595	1.649.561	1.252.435
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.051.453	992.045	869.991
7.08.01.02	Benefícios	406.443	551.616	293.211
7.08.01.03	F.G.T.S.	124.699	105.900	89.233
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.676.652	1.466.228	1.557.913
7.08.02.01	Federais	1.596.633	1.398.783	1.491.591
7.08.02.02	Estaduais	51.686	42.843	39.358
7.08.02.03	Municipais	28.333	24.602	26.964
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	962.536	1.374.971	876.133
7.08.03.01	Juros	900.151	1.336.380	842.949

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.03.02	Aluguéis	62.385	38.591	33.184
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.911.900	1.223.419	1.630.447
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	454.076	290.562	387.231
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.457.824	932.857	1.243.216

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	26.675.793	25.214.984	23.350.584
1.01	Ativo Circulante	3.336.865	3.725.833	3.590.121
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.921.178	2.149.989	1.989.179
1.01.03	Contas a Receber	1.152.439	1.257.992	1.109.090
1.01.03.01	Clientes	1.043.166	1.072.659	971.318
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	109.273	185.333	137.772
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	109.273	185.333	137.772
1.01.04	Estoques	53.090	44.611	36.096
1.01.06	Tributos a Recuperar	129.141	118.116	108.675
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	129.141	118.116	108.675
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	81.017	155.125	347.081
1.01.08.03	Outros	81.017	155.125	347.081
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	64.977	99.733	302.570
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	16.040	55.392	44.511
1.02	Ativo Não Circulante	23.338.928	21.489.151	19.760.463
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	909.577	938.421	964.021
1.02.01.03	Contas a Receber	335.687	333.713	352.839
1.02.01.03.01	Clientes	335.687	333.713	352.839
1.02.01.06	Tributos Diferidos	141.356	179.463	78.440
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.356	179.463	78.440
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	153.098	170.288	231.076
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	153.098	170.288	231.076
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	279.436	254.957	301.666
1.02.01.09.03	Indenizações a Receber	0	60.295	146.213
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	53.158	54.178	43.543
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	108.099	100.551	62.540
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	118.179	39.933	49.370
1.02.02	Investimentos	54.046	52.585	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.046	52.585	0
1.02.03	Imobilizado	383.383	356.468	249.606
1.02.04	Intangível	21.991.922	20.141.677	18.546.836
1.02.04.01	Intangíveis	21.991.922	20.141.677	18.546.836
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.030.376	7.752.756	7.317.060
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	4.390.263	3.179.545	2.445.653
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	9.568.487	9.190.573	8.764.958
1.02.04.01.04	Licença Uso Software	2.796	2.326	7.937
1.02.04.01.05	Novos Negócios	0	16.477	11.228

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	26.675.793	25.214.984	23.350.584
2.01	Passivo Circulante	3.797.370	3.968.668	3.506.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	267.863	243.876	246.467
2.01.01.01	Obrigações Sociais	35.346	31.927	26.172
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	232.517	211.949	220.295
2.01.02	Fornecedores	297.198	255.557	144.043
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	297.198	255.557	144.043
2.01.03	Obrigações Fiscais	153.121	181.122	158.050
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	147.206	175.378	153.515
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	46.614	57.073	48.149
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	29.412	25.645	24.112
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	19.011	36.716	35.364
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	52.169	55.944	45.890
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	207	4	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.708	5.740	4.535
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.367.391	1.630.010	1.242.143
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	857.585	826.091	743.724
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	659.918	636.714	613.747
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	197.667	189.377	129.977
2.01.04.02	Debêntures	509.806	803.919	498.419
2.01.05	Outras Obrigações	1.146.714	894.033	948.808
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	958	12.062	11.395
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	958	12.062	11.395
2.01.05.02	Outros	1.145.756	881.971	937.413
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	414.355	247.486	354.254
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	389.091	383.116	295.172
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	42.479	50.300	60.486
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	148.220	62.287	83.084

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	24.357	12.693	30.831
2.01.05.02.08	Convênio Prefeitura Municipal de São Paulo	41.380	62.228	60.350
2.01.05.02.09	Indenizações	8.697	5.310	12.169
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	77.177	58.551	41.067
2.01.06	Provisões	565.083	764.070	766.603
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	112.119	117.556	96.231
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	9.912	5.859	3.191
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	59.868	86.821	78.151
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	42.339	24.876	14.889
2.01.06.02	Outras Provisões	452.964	646.514	670.372
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.586	12.014	22.802
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	355.520	244.817	288.970
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	85.858	389.683	358.600
2.02	Passivo Não Circulante	11.162.846	10.700.420	10.162.670
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.701.929	6.966.285	7.022.472
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.681.726	4.737.722	4.839.567
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.663.632	1.873.678	2.720.616
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.018.094	2.864.044	2.118.951
2.02.01.02	Debêntures	3.020.203	2.228.563	2.182.905
2.02.02	Outras Obrigações	2.836.843	2.926.376	2.446.971
2.02.02.02	Outros	2.836.843	2.926.376	2.446.971
2.02.02.02.03	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	0	18.363	53.045
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.124.330	2.050.697	1.804.038
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	87.407	130.978	66.856
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	331.960	416.105	284.728
2.02.02.02.07	Indenizações	17.577	43.707	30.847
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	36.804	30.171	20.497
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	125.404	114.957	112.962

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	113.361	121.398	73.998
2.02.04	Provisões	624.074	807.759	693.227
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	292.201	293.794	267.287
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	58.173	70.589	55.467
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	111.830	69.715	59.081
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	122.198	153.490	152.739
2.02.04.02	Outras Provisões	331.873	513.965	425.940
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	136.839	109.165	42.293
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	165.735	373.716	370.212
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	29.299	31.084	13.435
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.715.577	10.545.896	9.681.800
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	5.387.634	4.217.953	3.353.857
2.03.04.01	Reserva Legal	616.814	521.219	460.048
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	80.201	288.143	68.761
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	4.690.619	3.408.591	2.825.048

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.754.435	9.941.637	9.231.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.465.398	-6.030.977	-5.194.548
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.041.601	-3.844.657	-3.113.467
3.02.02	Custos de Construção	-2.423.797	-2.186.320	-2.081.081
3.03	Resultado Bruto	4.289.037	3.910.660	4.036.479
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.443.777	-1.556.273	-1.364.316
3.04.01	Despesas com Vendas	-697.874	-619.542	-712.946
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-726.128	-846.593	-653.200
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	71.764	72.501	39.456
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	79.121	80.936	44.336
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-7.357	-8.435	-4.880
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-91.539	-162.639	-37.626
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-11.225	-56.549	-16.385
3.04.05.02	Provisão para Perdas Incentivos Fiscais	0	-1.200	-60
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-19.849	-18.295	-20.875
3.04.05.05	Provisão para Perdas	-60.295	-85.918	0
3.04.05.06	Outras	-170	-677	-306
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.845.260	2.354.387	2.672.163
3.06	Resultado Financeiro	-301.356	-633.641	-379.407
3.06.01	Receitas Financeiras	332.045	451.526	344.083
3.06.01.01	Receitas Financeiras	332.041	465.926	343.914
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	4	-14.400	169
3.06.02	Despesas Financeiras	-633.401	-1.085.167	-723.490
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-582.822	-702.766	-789.467
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	-50.579	-382.401	65.977
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.543.904	1.720.746	2.292.756
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-632.004	-497.327	-662.309
3.08.01	Corrente	-594.052	-598.303	-697.115

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.08.02	Diferido	-37.952	100.976	34.806
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.911.900	1.223.419	1.630.447
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.911.900	1.223.419	1.630.447
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.911.900	1.223.419	1.630.447
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,39156	5,36974	7,15623
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,39156	5,36974	7,15623

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.911.900	1.223.419	1.630.447
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.911.900	1.223.419	1.630.447
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.911.900	1.223.419	1.630.447

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.336.220	2.717.058	2.083.049
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.553.993	4.210.410	3.935.952
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.543.904	1.720.746	2.292.756
6.01.01.02	Provisões e variações monetárias de provisões	201.196	310.075	352.614
6.01.01.04	Encargos Financeiros de Clientes	-171.481	-169.941	-178.996
6.01.01.05	Prej. Venda Ativos Imobilizados e Intangíveis	12.059	56.548	16.385
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	740.147	768.769	552.184
6.01.01.07	Juros Calculados sobre Empréstimos e Financiamentos a Pagar	406.254	439.117	450.297
6.01.01.08	Variação Monetária e Cambial de Empréstimos e Financiamentos	85.122	442.954	21.139
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias Passivas	24.553	31.422	4.112
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Ativas	-12.862	-33.589	-59.916
6.01.01.11	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	401.576	289.589	402.694
6.01.01.12	Provisão para Termo de Ajustamento e Conduta (TAC)	57.332	46.991	24.840
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	5.728	-8.746	32.587
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	34.772	4.833	6.325
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	2.466	15.386	80.368
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-50.815	-47.589	-49.603
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	213.747	257.927	-11.834
6.01.01.19	Indenizações a Receber	60.295	85.918	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.066.419	-168.015	-500.851
6.01.02.01	Contas a Receber de Cilentes	-156.914	-188.575	-66.687
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	60.450	20.455	36.708
6.01.02.03	Estoques	-8.885	-8.519	3.484
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-40.564	-62.149	-157.916
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-53.579	-43.025	-30.508
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	1.020	573	-14.864
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-25.991	145.451	-66.087
6.01.02.09	Salários, Provisões e Cont Soc	-33.345	-49.582	-17.525

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-140.115	-11.268	-15.881
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-47.717	-14.649	-8.316
6.01.02.12	Serviços Recebidos	5.975	87.944	55.678
6.01.02.13	Outras Obrigações	-53.488	150.855	118.774
6.01.02.14	Provisões	-583.868	-197.521	-330.256
6.01.02.15	Impostos sobre receitas	10.602	1.995	-7.455
6.01.03	Outros	-1.151.354	-1.325.337	-1.352.052
6.01.03.01	Juros Pagos	-590.196	-736.853	-618.600
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuições Pagos	-561.158	-588.484	-733.452
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.998.778	-2.008.278	-2.091.369
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imob	-30.647	-143.684	-87.383
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-2.002.883	-2.067.435	-1.814.166
6.02.04	Caixa Restrito	34.752	202.841	-189.820
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-566.253	-547.970	1.226.491
6.03.01	Captações	1.627.249	1.854.052	3.425.417
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.518.240	-1.979.099	-1.800.507
6.03.03	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-578.705	-422.923	-398.419
6.03.04	Parceria Público-Privada	-40.285	0	0
6.03.05	Compromissos Contratos de Programa	-56.272	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-228.811	160.810	1.218.171
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.149.989	1.989.179	771.008
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.921.178	2.149.989	1.989.179

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.169.681	-1.911.900	0	-742.219	0	-742.219
5.04.06	Dividendos	0	0	80.201	-80.201	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-454.076	0	-454.076	0	-454.076
5.04.08	Outras Destinações	0	0	1.089.480	-1.377.623	0	-288.143	0	-288.143
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.911.900	0	1.911.900	0	1.911.900
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.911.900	0	1.911.900	0	1.911.900
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	5.387.634	0	0	11.715.577	0	11.715.577

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	864.096	-1.223.419	0	-359.323	0	-359.323
5.04.06	Dividendos	0	0	288.143	-288.143	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-290.562	0	-290.562	0	-290.562
5.04.08	Outras Destinações	0	0	575.953	-644.714	0	-68.761	0	-68.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.223.419	0	1.223.419	0	1.223.419
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.223.419	0	1.223.419	0	1.223.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	0	10.545.896	0	10.545.896

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	2.110.641	0	0	8.438.584	0	8.438.584
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	2.110.641	0	0	8.438.584	0	8.438.584
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	1.243.216	-1.630.447	0	-387.231	0	-387.231
5.04.06	Dividendos	0	0	68.761	-68.761	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-387.231	0	-387.231	0	-387.231
5.04.08	Outras Destinações	0	0	1.174.455	-1.174.455	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.630.447	0	1.630.447	0	1.630.447
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.630.447	0	1.630.447	0	1.630.447
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	3.353.857	0	0	9.681.800	0	9.681.800

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	11.296.137	10.505.441	9.598.406
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.934.698	8.310.120	7.655.891
7.01.02	Outras Receitas	79.122	80.936	44.336
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.474.612	2.234.778	2.130.684
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-192.295	-120.393	-232.505
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.746.388	-4.469.051	-4.070.697
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.974.090	-3.635.920	-3.371.938
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-680.759	-670.492	-661.133
7.02.04	Outros	-91.539	-162.639	-37.626
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.549.749	6.036.390	5.527.709
7.04	Retenções	-740.147	-768.769	-553.620
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-740.147	-768.769	-553.620
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.809.602	5.267.621	4.974.089
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	332.045	451.526	344.083
7.06.02	Receitas Financeiras	332.045	451.526	344.083
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.141.647	5.719.147	5.318.172
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.141.647	5.719.147	5.318.172
7.08.01	Pessoal	1.586.553	1.652.281	1.253.212
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.054.608	994.312	870.694
7.08.01.02	Benefícios	406.992	551.921	293.237
7.08.01.03	F.G.T.S.	124.953	106.048	89.281
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.675.728	1.467.286	1.557.660
7.08.02.01	Federais	1.595.049	1.399.691	1.491.299
7.08.02.02	Estaduais	52.184	42.857	39.359
7.08.02.03	Municipais	28.495	24.738	27.002
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	967.466	1.376.161	876.853
7.08.03.01	Juros	904.757	1.337.258	843.588
7.08.03.02	Aluguéis	62.709	38.903	33.265

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.911.900	1.223.419	1.630.447
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	454.076	290.562	387.231
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.457.824	932.857	1.243.216

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA DIRETORA-PRESIDENTE

Em 2012, a desoneração de impostos foi a marca da política econômica para estimular o crescimento do Brasil. Embora muito aguardado pelo setor, o benefício não chegou ao saneamento, o que teria permitido à Sabesp ampliar seus investimentos. A constante busca pelo aperfeiçoamento de nossa gestão possibilitou investirmos R\$ 2,5 bilhões. Nosso lucro foi de R\$ 1,9 bilhão, 56,3% maior que o resultado do ano anterior. Vale lembrar que ainda pagamos R\$ 654 milhões em PIS/Cofins.

Nosso desempenho no mercado de ações também foi vigoroso, permitindo que o valor de mercado da Sabesp crescesse 67%, atingindo R\$ 19,8 bilhões neste ano. Nossas ações apresentaram a terceira maior valorização do Ibovespa. No mercado americano, os ADRs da empresa subiram 50,2%, enquanto foi de 7,3% o índice Dow Jones. Tivemos, ainda, o privilégio de comemorar 10 anos de listagem das ações da companhia no segmento do Novo Mercado da BM&FBOvespa e na Bolsa de Nova York.

O desempenho operacional também merece destaque. Realizamos mais de 240 mil novas ligações de água, a maior marca desde 2000. Por atuarmos em região de escassez hídrica, buscamos novos mananciais para garantir a segurança no abastecimento de 27,7 milhões de clientes. Cumprimos o compromisso de lançar o edital de concorrência para implantar o sistema Produtor São Lourenço. Quando concluído, integrará o sistema de abastecimento da região metropolitana de São Paulo, na qual se concentram 20 milhões de pessoas.

Pelo fato de já buscarmos água para abastecer a metrópole a 80 km, entrou em operação neste ano uma de nossas estratégias com as quais pretendemos enfrentar os efeitos que as mudanças climáticas podem gerar no saneamento. Inauguramos o Aquapolo Ambiental para abastecer o Polo Petroquímico de Capuava, em Mauá, região do ABC. Com o projeto, a Sabesp ampliou em 13 vezes a produção de água de reúso.

A redução de perdas é outro dos nossos eixos de ação para o enfrentamento da baixa disponibilidade hídrica. Nosso Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água obteve financiamento inédito de R\$ 710 milhões, assinado em fevereiro de 2012 junto ao governo japonês. Embora não tenhamos atingido o índice de perdas previsto, a partir do segundo semestre de 2013, o empréstimo nos permitirá ampliar os serviços e buscar maior eficiência, além de aumentar o combate às perdas.

Em relação ao esgotamento sanitário, em 2012 obtivemos a segunda melhor marca desde 1998 de novas ligações de esgoto efetuadas, além de atingirmos o índice de 77% de tratamento de esgotos coletados. Entregamos 23 novas ETEs e começamos a construção de outras 38 ETEs, o que tem deixado cada vez mais visível a universalização do saneamento no interior até 2014.

A somatória de conquistas de 2012 nos permite reafirmar, a cada novo ano, nosso compromisso de universalizar os serviços de saneamento até o fim da década, nas áreas regulares onde operamos, tendo a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente como normas do nosso dia a dia.

Dilma Pena
Diretora-presidente da Sabesp

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PERFIL

A Sabesp foi criada em 1973, a partir da fusão de várias empresas e sob as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento (Planasa). Sociedade anônima de capital aberto e economia mista, sediada no município de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, no Brasil, a companhia é controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e regulada por princípios e normas de direito público e privado.

Somos a maior empresa de saneamento das Américas e a quinta maior do mundo em população atendida, de acordo com a 14ª edição (2012-2013) do anuário *Pinsent Masons Water Yearbook*. Fornecemos água para 27,7 milhões de pessoas (24,2 milhões diretamente e 3,5 milhões atendidas no atacado) e coletamos esgoto gerado por 21 milhões de pessoas. Significa dizer que, com seus serviços, a Sabesp atende aproximadamente 67% da população urbana do Estado de São Paulo.

Nossa estrutura se divide em cinco diretorias, além da presidência, das quais duas são operacionais, acomodando 17 unidades de negócio distribuídas pelo estado. Operamos 214 estações de tratamento de água e 502 estações de tratamento de esgotos. Nossa rede de distribuição de água alcança 67,6 mil quilômetros e a de esgotos, 45,8 mil quilômetros. A companhia conta hoje com 15.019 funcionários, cuja produtividade, medida em ligações por empregado, cresceu 67% nos últimos dez anos.

A companhia está presente em 363 municípios paulistas dos quais 193 têm total cobertura dos serviços de água e esgoto. Adicionalmente, fornece água no atacado para outros seis municípios localizados na região metropolitana de São Paulo (RMSP), dos quais cinco também utilizam serviços de tratamento de esgotos.

Em outros três municípios do estado de São Paulo, a Sabesp presta serviços de água e esgotos em sociedade nas empresas: Águas de Castilho S.A., Águas de Andradina S.A. e Saneaqua Mairinque S.A.. Já no município de Mogi Mirim (SP), também em sociedade, na empresa SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A., somos responsáveis pela modernização, implementação e gestão do sistema de tratamento de esgotos.

Em parceria com empresas, a Sabesp criou a Aquapolo Ambiental, que entrou em operação em 2012 para produzir, fornecer e comercializar água de reúso para o Polo Petroquímico de Capuava, e a Attend Ambiental, cujo objetivo é implantar e operar uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo RMSP, entre outras atividades – seu início de operação é previsto para setembro de 2013.

Atuamos em consultoria sobre uso racional da água, gestão comercial e operacional no Panamá e Honduras e nas concessionárias estaduais de saneamento de Alagoas (Casal) e Espírito Santo (Cesan), promovendo o intercâmbio tecnológico no setor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além disso, estamos habilitados a operar serviços de drenagem e limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, comercializar energia e executar outros serviços, fornecer produtos e auferir benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorram dos seus ativos, operações e atividades, no Brasil e no exterior.

Nossas ações – todas ordinárias – são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) sob o código SBSP3 e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADR Nível III), sob o código SBS.

PAINEL DE INDICADORES

Indicadores	Unidade	2012	2011	2010	2009	2008
Atendimento						
Índices de Atendimento em Água		Tende à Universalização ⁽¹⁾				
Índices de Atendimento em Coleta de Esgotos	%	83	82	81	80	79
Índices de Tratamento dos Esgotos Coletados ⁽²⁾	%	77	76	75	74	72
População Residente Atendida com Abastecimento de Água	mil hab.	24.249	23.911	23.625	23.363	23.162
População Residente Atendida com Coleta de Esgotos	mil hab.	20.992	20.498	20.024	19.600	19.198
Operacionais						
Ligações de Água	mil un	7.679	7.481	7.295	7.118	6.945
Ligações de Esgotos	mil un	6.128	5.921	5.718	5.520	5.336
Perdas de Água	%	25,7	25,6	26,0	26,0	27,9
Volume Produzido de Água	milhões m³	3.059	2.992	2.952	2.845	2.853
Volume Faturado de Água no Atacado	milhões m³	298	297	293	288	285
Volume Faturado de Água no Varejo	milhões m³	1.796	1.747	1.699	1.630	1.596
Volume Faturado de Esgoto	milhões m³	1.535	1.486	1.434	1.373	1.330
Número de Empregados ⁽³⁾	empregados	15.019	14.896	15.330	15.103	16.649
Produtividade Operacional	lig/empr	919	900	849	837	738
Financeiros ⁽⁴⁾						
Receita Líquida	milhões R\$	10.754,4	9.941,6	9.231,0	8.579,5	7.809,3
EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	milhões R\$	3.605,2	3.213,3	3.222,5	2.727,0	2.865,0
Margem do EBITDA Ajustado	%	33,5	32,3	34,9	31,8	36,7
Margem do EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	%	42,9	41,1	44,7	41,2	46,3
Resultado (Lucro/Prejuízo Líquido)	milhões R\$	1.911,9	1.223,4	1.630,4	1.507,7	862,9

(1) 99% ou mais

(2) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais

(3) Número de empregados próprios, não inclui cedidos a outros órgãos

(4) Consolidado

(5) Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

A Sabesp ao mesmo tempo em que executa o seu principal escopo - universalização dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo - participa também de relevantes programas estaduais destinados a promover a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, além de desenvolver e executar programas de controle de perdas, incentivo ao uso racional e reuso da água, e estimular a produção tecnológica para a expansão eficiente dos serviços, com vistas também à modicidade tarifária e apropriação de ganhos sociais.

Nossa prestação de serviços é voltada ao atendimento das peculiaridades técnicas e operacionais de cada região e a responsabilidade social está presente em todas as nossas ações, por meio do respeito às características locais, do engajamento de seus públicos de interesse, contribuindo fortemente na formação do cidadão do futuro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A preservação do meio ambiente é parte do nosso dia a dia, motivo pelo qual buscamos aperfeiçoar o controle de nossas operações e mitigar os impactos causados pelo nosso negócio. Entendemos que a realização de ações educativas amplifica a consciência sobre a necessidade de proteção da natureza.

BALANÇO DE METAS

A companhia atingiu cinco das sete metas de desempenho fixadas para o exercício de 2012 e que balizaram a concessão de benefícios salariais determinados no Plano de Participação nos Resultados (PPR).

O abastecimento de água mantém-se em patamar que podemos considerar como tendo sido universalizado em nossa área de operação. As novas ligações deste serviço acompanham o crescimento vegetativo das áreas atendidas pela empresa e do negócio, e atingiram, em 2012, a maior marca desde 2000.

A coleta e o tratamento dos esgotos coletados continuam a expandir-se dentro do projetado. Vale destacar que obtivemos, em 2012, a segunda melhor marca desde 1998 de novas ligações de esgoto efetuadas, além de atingirmos o índice de 77% de tratamento de esgotos coletados.

Cumprimos a importante meta de publicar o edital da concorrência pública internacional para contratação de parceria público privada (PPP) para implantação do Sistema Produtor São Lourenço. O novo sistema permitirá aumentar a oferta de água na RMSP e garantir a segurança no abastecimento. Destaque, ainda, para a superação do percentual previsto para margem EBITDA Ajustado, que atingiu 33,5%.

Quanto ao índice de perdas, a meta não foi atingida. Nosso índice está em 25,7%, mas pretendíamos chegar a 25,2%. Em 2013, no entanto, com o início da aplicação dos R\$ 710 milhões obtidos junto a Jica (Japan Internacional Cooperation Agency), acreditamos que nossos indicadores melhorem. A companhia também não conseguiu manter em 92% o índice de satisfação de seus clientes, embora tenhamos ficamos apenas três pontos percentuais abaixo do previsto.

Balanço de metas

Indicadores	Unidade	Meta	Realizado
Margem do EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	%	32,4	33,6
Índice de satisfação do cliente	%	92	89
Número de novas ligações de água	mil un	175	212,8
Número de novas ligações de esgoto	mil un	217	240,7
Índice de perdas de faturamento de água	%	25,2	25,7
Índice de tratamento dos esgotos coletados	%	77	77
Sistema Produtor de São Lourenço(Publicar Edital)	unidades	Publicar Edital	Publicado em 08/11/2012

(1) Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho*Realizado 2012 e Metas 2012-2020 ⁽¹⁾***Realizado 2012 e Metas 2012-2020 ⁽¹⁾**

	Realizado						
	2012	2012	2013	2014	2015	2016	2020
Abastecimento de Água		Tende à universalização ⁽²⁾					
Coleta de Esgoto (%)	83	83	84	85	86	87	95
Tratamento de Esgotos Coletados (%)	77	77	78	80	82	86	95
Novas Ligações de Água (mil)	212,8	175	175	176	177	172	644⁽³⁾
Novas Ligações de Esgoto (mil)	240,7	217	217	242	246	243	928⁽³⁾
Perdas de Água (%)	25,7	25,2	25,2	23,4	22,7	21,9	19,0

⁽¹⁾ Metas do Plano de Participação nos Resultados para 2012 e 2013⁽²⁾ 99% ou mais⁽³⁾ Meta acumulada 2017/2020**SEGURANÇA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM UM AMBIENTE DE ESCASSEZ**

Em 2012, mantivemos nosso ritmo de expansão do serviço de abastecimento de água. Foram realizadas 212,8 mil novas ligações. A expansão permitiu manter o serviço de fornecimento de água universalizado nas áreas legalizadas dos municípios onde operamos, assim como acompanhar o crescimento vegetativo.

O **Programa Metropolitano de Água**, que eliminou o rodízio de água em 1998 continuou em marcha, com investimentos estimados em R\$ 2,7 bilhões. Até 2012 foram investidos R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 95,2 milhões só no ano de 2012. Temos hoje capacidade total de 2,0 milhões de m³ na Região Metropolitana de São Paulo. Atualmente o projeto está sendo revisado para atender a demanda futura, até o final da década.

Em novembro de 2012 lançamos o edital para a implantação do **Sistema Produtor São Lourenço (SPSL)**, que, quando concluído, terá capacidade para ampliar em 4,7 m³/s a oferta de água na RMSP. Os investimentos serão feitos por meio de Parceria Público-Privada (PPP). A licitação encontra-se em andamento. Cerca de 1,5 milhão de pessoas serão diretamente beneficiadas pelo novo sistema, podendo contemplar, indiretamente, toda a população atendida pela companhia na metrópole, já que o sistema de abastecimento de água na RMSP é integrado. Este sistema foi dimensionado de maneira a atender os preceitos da sustentabilidade, com maior eficiência e economia no consumo de energia e, diminuir os eventuais impactos ambientais.

Na Baixada Santista, em 2012 a Sabesp pôs em funcionamento a nova ETA Jurubatuba, no Guarujá, e o sistema produtor Mambú-Branco, instalado em Itanhaém. Juntos, têm capacidade para tratar 3,6 mil litros de água por segundo. As obras integram o programa **Água no Litoral**, que já investiu R\$ 569,1 milhões de um total previsto de R\$ 1,1 bilhão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Afora a RMSP e a Baixada Santista, em 2012, equacionamos problemas críticos de abastecimento de água em vários municípios do interior do estado. Com foco especificamente em regiões de alta vulnerabilidade social situadas em áreas afastadas das sedes municipais no interior, a Sabesp começou a pôr em marcha as obras do programa **Água é Vida**. Lançado em fins de 2011, objetiva levar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a 41 localidades situadas nas regiões do Alto Paranapanema e Vale do Ribeira. As primeiras ações aconteceram em 2012 e contemplaram a perfuração de poços que permitirão abastecer 12 comunidades com água até o fim de 2013.

A Sabesp também tem buscado desenvolver ações e tecnologias com vistas a ampliar o reúso de efluentes gerados a partir do tratamento de esgotos para fins industriais, refrigeração de equipamentos e outras aplicações não potáveis.

Nesta direção, uma das principais realizações da companhia em 2012 foi a entrada em operação do **Aquapolo Ambiental**, uma parceria da Sabesp com a Foz do Brasil (Grupo Odebrecht) para atender o Polo Petroquímico de Capuava, no ABC. É a maior planta de produção de água de reúso do país e uma das cinco maiores do mundo, cuja capacidade plena de produção será atingida em 2016, quando passarão a ser processados mil litros por segundo, liberando volume suficiente para abastecer 300 mil pessoas, e postergando, assim, a exploração de novos mananciais e de fontes já limitadas de recursos hídricos. A água é usada, principalmente, para produzir vapor para a geração de energia e em torres de resfriamento. Em 2012, o projeto venceu o prêmio concedido pela Agência Nacional de Águas na categoria “Empresa”, pelo uso inteligente dos recursos hídricos.

Com o Aquapolo, a Sabesp ampliou em 13 vezes a sua produção de água de reúso. Hoje, temos capacidade para prover 395 mil m³/mês. Adicionalmente, em 2012, iniciamos estudo de concepção para implantação de uma ETA de reúso na ETE Parque Novo Mundo, com objetivo de fornecer água de reúso para indústrias têxteis.

Além de investir na produção de água de reúso, atuamos também para sensibilizar os clientes para o consumo consciente. Uma das principais ações dentro desta estratégia é o Pura (Programa de Uso Racional da Água), que busca a economia de água em prédios públicos. Cerca de 2,4 mil imóveis foram alvo de ações de educação e troca de equipamentos. Com os recursos poupados, conseguimos conservar volume de água suficiente para abastecer uma população de 26 mil pessoas sem necessidade de utilizar novos mananciais.

Outra iniciativa em prol da segurança no abastecimento é o **Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água**. Lançado em 2009, o programa recebeu investimentos de R\$ 328 milhões no ano de 2012 e prevê investimento de R\$ 4,5 bilhões entre 2013 e o fim da década, com recursos da Jica (Japan International Cooperation Agency), da Caixa Econômica Federal e do BNDES, além de recursos próprios.

Atualmente, nosso índice de perdas de faturamento está em 25,7%. A meta para 2012 era chegar a 25,2%, mas não foi atingida, em razão de, entre outros fatores: i) problemas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

contratuais nas ações de combate a perdas desenvolvidas na Baixada Santista; ii) dificuldades na execução de troca de ramais, principalmente em áreas densamente urbanizadas; e iii) diminuição da incerteza nos volumes macromedidos com a instalação, ocorrida em janeiro de 2012, de macromedidores na saída da Estação de Tratamento de Água Guaraú.

A meta de longo prazo da companhia para o programa foi revisada e, com o início da execução dos serviços comerciais e de manutenção de redes de água decorrente do contrato assinado com a Jica em 2012, estimamos diminuir nossas perdas de faturamento para 19% até o fim desta década. A companhia já investiu R\$ 1 bilhão no programa.

EXPANSÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Consciente de suas responsabilidades para com a melhoria das condições de vida da população do estado de São Paulo e para com a preservação do meio ambiente, a Sabesp vem agindo, de forma estruturada, para universalizar os serviços de saneamento básico em sua área de atuação até o fim desta década.

Atualmente 193 municípios já estão plenamente atendidos com água, coleta e tratamento de esgotos pela companhia no estado de São Paulo. Desses, 47 foram universalizados em 2012. Em 2012, finalizamos a construção de 23 ETEs e fizemos 240,7 mil novas ligações. Com isso, o índice de atendimento com coleta de esgoto na nossa área de atuação subiu para 83% e o de tratamento de esgotos coletados atingiu 77%. Outras 38 ETEs estão em construção no interior paulista com conclusão estimada para este e o próximo ano.

Entre 2013 e 2020, nosso plano de negócios prevê a realização de 1,9 milhão de novas ligações de esgoto. O valor a ser investido entre 2013 e 2015 pela Sabesp na ampliação da coleta e do tratamento de esgotos soma R\$ 4,1 bilhões. Além disso, também participamos de programa lançado pelo Governo de São Paulo em 2011 destinado a subsidiar, preponderantemente com recursos do Tesouro estadual, obras intradomiciliares para que famílias de baixa renda possam conectar seus imóveis à rede pública de esgoto: o Pró-Conexão.

O **Projeto Tietê** continua sendo a principal iniciativa da companhia em prol da expansão do esgotamento sanitário e da melhoria dos corpos hídricos. Atualmente, executamos a terceira etapa de obras, destinadas a elevar o índice de cobertura com coleta de esgotos nos municípios da RMSP onde a Sabesp opera dos atuais 84% para 87% e o percentual de tratamento dos esgotos coletados de 70% para 84%.

Os investimentos nesta fase atingirão US\$ 2 bilhões e contam com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Caixa Econômica Federal e do BNDES. Até 2016, quando a atual etapa de obras estará concluída, mais 1,5 milhão de pessoas passarão a dispor de coleta e 3 milhões de novos habitantes contarão com serviço de tratamento de esgotos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sabesp investiu R\$ 698 milhões na terceira etapa, dos quais R\$ 328 milhões em 2012. Entre as obras do Projeto Tietê concluídas em 2012, merece destaque o início da implantação do chamado interceptor Pinheiros, com 2,2 km de extensão. Com ele, ficará completa a estrutura de interceptação e afastamento de esgotos gerados nas regiões às margens do rio Pinheiros. Toda a extensão do rio, dos dois lados, passará a ter tubulação apropriada para enviar os dejetos para tratamento na ETE Barueri, a aproximadamente 60 km de distância.

A companhia está estruturando a quarta e última etapa do Projeto Tietê, com execução prevista para ocorrer entre 2014 e 2018 e, investimentos estimados em US\$ 2 bilhões.

No município de São Paulo, as ações de expansão do esgotamento e a recuperação dos recursos hídricos são complementadas com o programa **Córrego Limpo**. Trata-se de iniciativa executada em conjunto com a prefeitura da capital, envolvendo recursos operacionais e financeiros, para a recuperação de corpos d'água, impedir o lançamento clandestino de esgoto em suas águas, desocupar faixas ribeirinhas e evitar que as margens voltem a ser habitadas irregularmente, reassentando as famílias em novas moradias erguidas em locais mais adequados.

O programa existe desde 2007 e, em dezembro passado, atingiu a marca de 116 córregos despoluídos. Dentro da terceira fase de obras, a previsão era limpar 45 córregos da capital no ano passado, dos quais 19 foram atendidos até dezembro e 33 serão despoluídos até a primeira metade de 2013, perfazendo um total de 390 mil pessoas beneficiadas nesta etapa. Até 2012, o investimento feito nesse programa foi de aproximadamente R\$ 710,3 milhões – dos quais R\$ 109,6 milhões são da Sabesp.

Para recuperar a qualidade das águas dos mananciais das represas Billings e Guarapiranga, áreas muito importantes para as atividades da empresa, um de nossos programas estruturantes o **Vida Nova/Mananciais** prevê intervenções em 43 favelas e loteamentos precários situados nas duas sub-bacias, beneficiando 58 mil famílias até 2015. A companhia participa com R\$ 355 milhões no programa, que prevê investimento total de R\$ 1,3 bilhão, com recursos oriundos também de União, Governo do Estado, municípios, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e Banco Mundial. Em 2012, foram investidos R\$ 37,3 milhões do total de R\$ 81,7 milhões já aplicados nesta iniciativa.

A preservação das águas da represa Guarapiranga também ganhou reforço das ações do **Nossa Guarapiranga**. Empreendido pela Sabesp, o programa entrou em funcionamento pleno em 2012. Dispõe agora de dez botes para coletar a sujeira retida em 11 ecobarreiras e um barco para fazer o transbordo do volume recolhido até aterros sanitários regulares. Em todo o ano de 2012, foram retidos aproximadamente 4,4 mil m³ de resíduos que, de outra forma, teriam ido parar no leito da represa. No total, foram investidos R\$ 12,2 milhões.

Na Baixada Santista e no Litoral Norte o programa **Onda Limpa** visa a universalização dos serviços até 2016. Iniciadas em 2007, as obras na Baixada Santista já foram capazes de elevar o percentual de atendimento com coleta de esgotos na região de 53% para 71% e o índice de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

esgotos tratados de 96% para 100%. Com financiamento da Jica e recursos do BNDES já foram investidos aproximadamente R\$ 1,7 bilhão no programa, dos quais R\$ 135,7 milhões em 2012.

Desde 2011, quando foram finalizadas as principais obras do sistema de coleta e tratamento, a companhia tem se concentrado em ampliar o número de domicílios da Baixada ligados à rede pública de esgotos. De um total de 123 mil ligações previstas, já foram efetivadas 79 mil – das quais 15,8 mil em 2012. Atualmente a Sabesp elabora a segunda fase do programa, a ser executada entre 2015 e 2020, de forma a universalizar os serviços de saneamento na região.

O Onda Limpa se desdobra em ações no Litoral Norte, onde o objetivo é elevar os índices de coleta e tratamento de esgotos para 85% até 2016 – eram de 36% em 2008 e atualmente já estão em 50% – e atender 600 mil pessoas entre residentes e turistas. O investimento total no programa será de aproximadamente R\$ 500 milhões até 2018. Já foram investidos R\$ 125,9 milhões, sendo R\$ 24,3 milhões em 2012, envolvendo recursos próprios, do BNDES, do FGTS e da Caixa.

O Governo de São Paulo também lançou, em fins de 2011, o programa **Pró-Conexão**, para, ao longo de oito anos, conectar 192 mil residências de famílias com renda de até três salários-mínimos ao sistema de esgotamento da Sabesp. No programa, os custos de instalação das interligações são inteiramente pagos pelo governo (80%) e pela Sabesp (20%). Serão investidos R\$ 349,5 milhões nesse período. Em seu primeiro ano de atuação, o programa executou aproximadamente 700 ligações, contemplando áreas importantes para a preservação de nossos mananciais, como a região próxima à represa Billings. No litoral, sete municípios da Baixada Santista já firmaram termos de cooperação com vistas a integrar o programa.

A Sabesp também atua junto à população para conscientizar os cidadãos sobre os prejuízos da poluição difusa, que gera custos adicionais de operação e causa enormes contratempos à execução dos serviços de coleta e tratamento do esgoto pela empresa. A poluição difusa consiste de lixos e dejetos gerados por cães e gatos jogados inadvertidamente nas ruas e até a sujeira e a fuligem produzida pelo funcionamento dos motores dos carros.

GESTÃO NO ATUAL CONTEXTO DO SETOR

Desde 2005, em conjunto com o Governo do Estado, a Sabesp negocia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário junto aos municípios operados com base em arranjos contratuais pioneiros, que preveem o exercício da regulação e fiscalização dos serviços por entidade externa e incluem adoção de metas de atendimento e qualidade dos serviços, fixadas nos planejamentos municipais mediante consultas e audiências públicas.

A edição do novo marco regulatório do saneamento básico - Lei Federal nº 11.445/07 - que introduziu diversas inovações na contratação, prestação, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, revelou o acerto dessa estratégia empresarial, que aperfeiçoa a atuação da companhia em um ambiente regulado por diversos órgãos e entidades de controle

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e fiscalização, dentre eles a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp).

Entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2012, celebramos contratos para prestar serviços por mais 30 anos com 258 municípios (inclusive com o de São Paulo), que respondiam por aproximadamente 70% do total da receita da empresa, incluindo a receita de construção, e por 63,5% dos ativos intangíveis. Nos municípios em que os contratos expiraram ou naqueles em que os contratos ainda vencerão, a companhia negocia as novas bases para sua permanência por pelo menos mais 30 anos.

Nas regiões metropolitanas, onde pairava discussão judicial sobre a titularidade dos serviços de saneamento pendente de decisão no Supremo Tribunal Federal (STF), a Sabesp e os municípios inseridos nessas localidades adotaram uma modelagem contratual específica, que possibilita o exercício de funções públicas de interesse comum aos mesmos, modelo que subsistiu a recente decisão proferida pelo STF, que atribuiu o exercício das competências de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico metropolitanos a uma entidade a ser formada pelos governos estaduais e os municípios envolvidos. O prazo para adequação da legislação à decisão é de até dois anos.

A Sabesp também expandiu sua base de municípios por meio de participação acionária minoritária em sociedades de propósito específico estruturadas com parceiros privados para a prestação de serviços de água e/ou esgotos em Andradina, Castilho, Mairinque e Mogi Mirim. Em 2012 não houve aportes nessas empresas, conforme Nota Explicativa 2.1, constante das Demonstrações financeiras do exercício.

As primeiras obras em Mogi Mirim foram inauguradas em 2012 as primeiras obras, que elevaram o percentual de esgotos tratados no município de 0% para 70%. Em Mairinque, o atendimento em água subiu de 88% para 97% desde 2010 e o de coleta de esgotos, de 66% para 71%.

No que tange às normas Regulatórias, a Sabesp participa de todas as audiências e consultas públicas promovidas pela agência reguladora visando debater a normatização de matérias relevantes para o desenvolvimento de suas atividades e contratos. A Arsesp vem publicando deliberações, disciplinando as regras para a prestação dos serviços de água e esgotos, cuja implantação foi iniciada em 2009 de forma gradual e progressiva e deve prosseguir nos próximos anos, com resultados e impactos especialmente nas áreas comerciais e operacionais, podendo, inclusive, envolver disputas judiciais.

Responsável também pela regulação tarifária da Sabesp, observadas as diretrizes e a legislação do setor, a Arsesp iniciou-se um processo de revisão dos critérios e metodologia de cálculo das tarifas da companhia, cujo detalhamento encontra-se na seção “Revisão tarifária” deste Relatório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

De 2007 a 2012, a fiscalização da Arsesp sobre a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios não impôs penalizações relevantes.

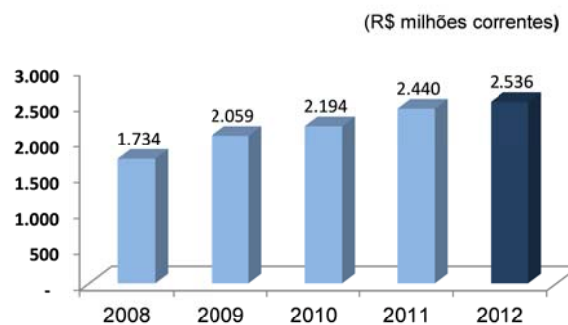
De qualquer modo, as novas exigências normativas para o setor de saneamento básico, ainda implicam grandes desafios e ainda não é possível prever todos os efeitos que a lei nº 11.445/07 e a normas regulatórias trarão para os negócios da empresa, uma vez que ainda existem incertezas relacionadas à sua implantação.

Sustentabilidade Econômico-Financeira

Nos últimos cinco anos, aderente à sua missão - prestar serviços públicos de saneamento básico contribuindo para a melhoria da saúde, qualidade de vida e meio ambiente - a companhia investiu em média, R\$ 2,2 bilhões correntes ao ano em abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 2012, a companhia cumpriu a expectativa de investimento para o ano, e manteve-se em linha com o patamar dos investimentos de 2011, totalizando pouco mais de R\$ 2,5 bilhões.

Histórico de Investimentos⁽¹⁾



(1) Não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 253 milhões, R\$ 18 milhões, R\$ 63 milhões, R\$ 139 milhões e R\$ 155 milhões, respectivamente em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012)

Os investimentos realizados em 2012, segregados por segmento e região, são apresentados no quadro a seguir:

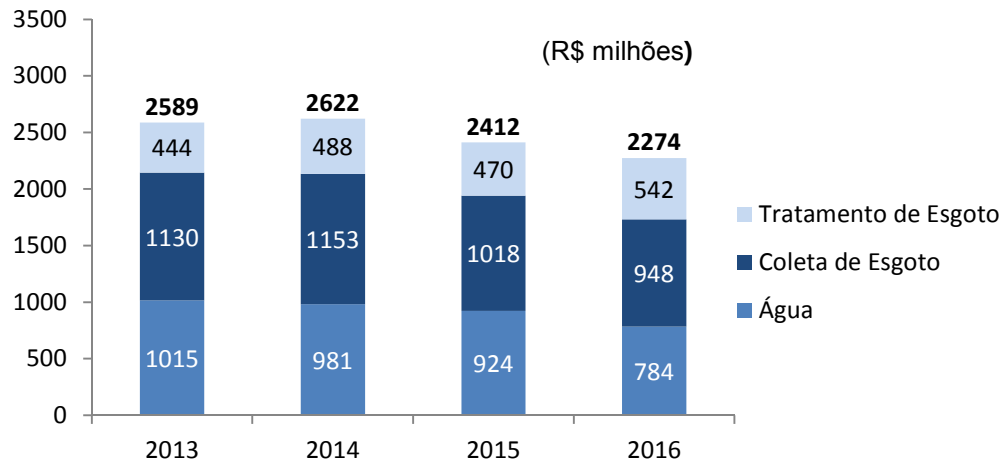
(R\$ milhões correntes)

	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana de São Paulo	573,1	802,4	1.375,5
Sistemas Regionais (interior e litoral)	435,8	724,3	1.160,1
Total	1.008,9	1.526,7	2.535,6

Obs.: Não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 155 milhões)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para o período 2013-2016, a Sabesp prevê investir aproximadamente R\$ 9,9 bilhões, alocados entre os serviços apresentados no quadro abaixo, para viabilizar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser reconhecida até 2018 como a empresa que universalizou os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em sua área de atuação, de forma sustentável, competitiva e com excelência no atendimento ao cliente.



Cabe destacar que para acessar os recursos financeiros necessários ao alcance desse objetivo, é fundamental que a Sabesp mantenha um bom desempenho operacional e financeiro. Para tanto, a companhia empenha-se para desenvolver uma gestão eficiente, incluindo ações voltadas para redução de custos por meio de ganhos de eficiência e contratações mais vantajosas, além de participar ativamente no processo de revisão tarifária junto à Arsesp, visando o estabelecimento de tarifas que remunerem de forma adequada a prestação de serviços pela companhia.

A eficácia da estratégia que a Sabesp vem adotando ao longo dos anos, refletiu-se novamente na elevação em 2012 do *rating* da companhia pela agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings, na Escala Internacional de “BB” para “BB+” e na Escala Nacional de “A+” e “AA-”, sendo que pela agência de classificação de risco de crédito Standard & Poors a empresa já é “BB+” na Escala Internacional e “AA+” na Escala Nacional desde dezembro de 2011.

A Sabesp continua buscando fontes de financiamento condizentes com a maturação dos investimentos característica do setor. Ao longo do ano, foram captados R\$ 1,6 bilhão, conforme detalhamento abaixo:

Empréstimos e financiamentos para Investimento

Japan International Cooperation Agency (JICA)

Contrato de empréstimo para a segunda etapa do Programa Corporativo de Redução de Perdas, no valor de ¥ 33,6 bilhões (equivalentes, na data de assinatura, a cerca de R\$ 710

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

milhões). Essa etapa tem investimentos previstos de R\$ 1,1 bilhão (¥ 52,207 bilhões), dos quais R\$ 390 milhões (¥ 18,623 bilhões) serão contrapartida da Sabesp. O prazo de financiamento é de 25 anos, sendo 7 de carência, com taxa de juros de 1,7% ao ano.

Caixa Econômica Federal (CEF)

São 58 contratos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento II, totalizando R\$ 375,4 milhões, conforme detalhado a seguir:

- 36 contratos para financiar estudos e projetos, e obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios operados pela companhia. O valor total aproximado é de R\$ 215 milhões, com juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano. O prazo total é de até 9 anos, para a modalidade de estudos e projetos, e de até 24 anos, para obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- 22 contratos para financiar obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios operados pela companhia. O valor total aproximado é de R\$ 160,4 milhões, com juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano. O prazo total é de até 24 anos.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Contrato de empréstimo incluído no Programa de Aceleração do Crescimento II, para financiar obras de ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário dos Municípios de São Paulo, Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Carapicuíba, Osasco, São Bernardo do Campo e Cotia, bem como para a elaboração do projeto executivo do Sistema Produtor São Lourenço, no valor aproximado de R\$ 180,7 milhões e juros indexados à TJLP acrescidos de 1,72% ao ano. O prazo total é de 15 anos para as obras e 8 anos para o projeto executivo.

Em fevereiro de 2013 foi celebrado contrato de empréstimo, para financiar parte da contrapartida do projeto de execução da Terceira Etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O contrato de empréstimo tem como objetivo a implantação de coletores, interceptores, redes coletoras e ligações domiciliares de esgoto, bem como ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo, no valor de R\$ 1,3 bilhão e juros indexados à TJLP acrescidos de 1,66% ao ano. O prazo total é 15 anos, com 3 anos de carência.

Contrato de Financiamento nº 01.2.619.3.1 e Contrato de Repasse nº 10/669.748-6, assinados em 2002 com o BNDES, tiveram a liquidação financeira de todas as obrigações efetivadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

Em fevereiro de 2012, a Sabesp concluiu sua 15ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 771,1 milhões, em duas séries, sendo a primeira no montante de R\$ 287,3 milhões, remunerada a CDI mais 0,99% ao ano, e a segunda, no valor de R\$ 483,8 milhões, pagando IPCA e juros anuais de 6,20%.

Tais recursos foram utilizados para saldar compromissos financeiros vencidos em 2012, com destaque para a 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 600 milhões, cujo vencimento era previsto para agosto, e que foi liquidada antecipadamente em fevereiro. Os recursos captados também se destinaram à amortização de 50% da segunda série da 11ª emissão de debêntures, no total de R\$ 202,5 milhões, ocorrida em março de 2012.

Em dezembro de 2012, a Sabesp concluiu sua 16ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 500,0 milhões, em série única, remunerada a CDI mais 0,30% nos seus primeiros 6 meses (a sobretaxa sobre o CDI varia semestralmente, até seu vencimento, em novembro de 2015, ocasião em que será de 0,70%). Os recursos captados destinam-se ao pagamento de compromissos financeiros em 2012 e 2013.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, a companhia realizou sua 17ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 1,0 bilhão, dividida em três séries, sendo a primeira no valor de R\$ 424,7 milhões, com vencimento em janeiro de 2018, remunerada a CDI mais 0,75% ao ano, a segunda, de R\$ 395,2 milhões, pagando IPCA e juros anuais de 4,5%, a vencer em janeiro de 2020, e a terceira série no valor de R\$ 180,1 milhões, com vencimento em janeiro de 2023, remunerada pelo IPCA acrescido de 4,75% ao ano.

Os recursos da 17ª emissão destinam-se ao pagamento de compromissos financeiros em 2013. Assim, já no mês de março, a companhia liquidou a 11ª emissão de debêntures emitida em abril de 2010, por meio da amortização de um terço da 1ª série e dos 50% restantes da 2ª série, bem como do resgate antecipado do saldo remanescente da 1ª série, cujo vencimento estava previsto para março de 2015.

Análise do endividamento

A maior parte da dívida da companhia (54,2%) é contraída junto a fontes nacionais ou internacionais, com organismos multilaterais e, com custos baixos e prazos longos, optando-se pela captação de recursos no mercado de capitais preferencialmente para a gestão da dívida.

Ao final de 2012, o endividamento total da companhia era de R\$ 9,1 bilhões, sendo que a relação entre a dívida total ajustada e o EBITDA Ajustado era de 2,5 vezes, ou seja, bastante inferior ao limite de 3,65 vezes estabelecido em alguns contratos como de financiamento e títulos de dívida. Já a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado era de 2,0 vezes, índice que reforça a percepção favorável da saúde financeira da empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A dívida em moeda estrangeira totalizava 35% da dívida total. Já o valor amortizado no ano totalizou R\$ 1,5 bilhão enquanto o valor captado foi de R\$ 1,6 bilhão.

Revisão tarifária

Para manter ou ampliar o nível de investimentos e garantir a universalização dos serviços de saneamento em sua área de atuação até o final da década, é fundamental que os serviços prestados pela Sabesp sejam remunerados de forma adequada.

Em dez anos os investimentos mais que dobraram, sem que houvesse aumento correspondente nas receitas, descompasso que, por enquanto tem sido compensado pela capacidade da empresa em manter sua geração de capital próprio em níveis ainda sustentáveis.

Em 2012, a companhia encaminhou à agência os resultados dos levantamentos de sua base de ativos e o Plano de Negócio contendo as informações sobre receita, despesa e investimentos, possibilitando à Arsesp publicar, em dezembro, Nota Técnica com a proposta de Tarifa Média Máxima Inicial Preliminar (P0) e Fator de Ganho de Eficiência (X), que foram submetidos a audiências e consultas públicas.

A Sabesp apresentou em 15 de janeiro de 2013 suas contribuições à Nota Técnica para avaliação da Arsesp e a divulgação dos resultados dessa etapa, prevista para 22 de fevereiro de 2013, foi prorrogada para 22 de março de 2013, para que o conteúdo em discussão pudesse ser esclarecido junto ao Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto do Município de São Paulo, a pedido da Prefeitura da capital.

Os trabalhos de avaliação pela Arsesp dos ativos da companhia e do valor final da base de remuneração regulatória prosseguem agora em conformidade com as etapas do processo e o cronograma de eventos fixados pela agência, conforme abaixo:

- Abril – apresentação pela Sabesp à ARSESP de uma proposta de estrutura tarifária;
- Julho – realização de uma audiência pública sobre a Tarifa Média Máxima (P0) final, a Estrutura Tarifária e os valores tarifários para o restante do Segundo Ciclo da SABESP;
- Setembro – aplicação da nova tarifa.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, a Arsesp publicou a versão final do Manual de Contabilidade Regulatória e o Plano de Contas Regulatório a serem utilizados pelas empresas do setor de saneamento do Estado de São Paulo reguladas pela Agência. Um dos principais objetivos do manual é definir requerimentos de informações contábeis regulatórias específicas, a serem utilizadas pelo regulador na avaliação do equilíbrio econômico- financeiro da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de ações

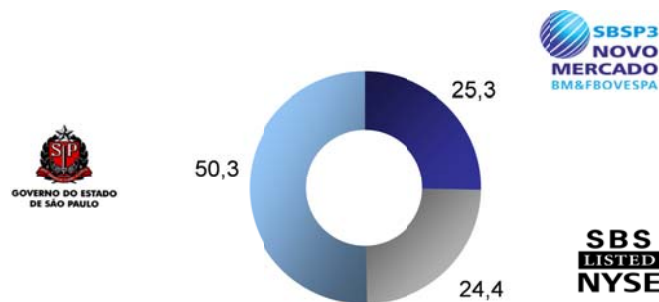
No desempenho anual, as ações da companhia apresentaram a 3ª maior valorização do Ibovespa, registrando alta de 67,0% em relação a 2011. Os papéis fecharam o ano cotados a R\$ 86,87, enquanto o Ibovespa, valorizou apenas 7,4%. No mercado americano, os ADRs da empresa registraram alta de 50,2%, ante uma valorização de 7,3% do Dow Jones. Com esse desempenho, o valor de mercado da Sabesp que era de R\$ 11,8 bilhões em 2011, passou a R\$ 19,8 bilhões em 2012. O número de acionistas da companhia na BM&FBovespa aumentou 66,4% no período.

As ações da empresa participaram de 100% dos pregões da BM&FBovespa e movimentaram um volume financeiro de R\$ 7,7 bilhões em 2012. No mercado americano, a empresa fechou o ano com 27,8 milhões de ADRs em circulação. O volume financeiro negociado na NYSE, em 2012, foi de US\$ 6,1 bilhões, ou seja, 64,4% superior ao de 2011.

Em 2012, o número de instituições financeiras que fazem o acompanhamento da companhia e emitem opiniões de valor da ação e ADR manteve-se estável em cerca de 20 instituições.

Cabe destacar que no início de 2013, com o objetivo de melhorar a liquidez dos ADRs e adequar seu preço aos patamares recomendados pela NYSE, a Sabesp realizou um ratio-change, quando cada ADR passou a equivaler a uma ação. Antes, cada ADR equivalia a 2 ações.

Composição acionária em 31/12/2012



As ações da Sabesp são negociadas na BM&FBovespa sob o código SBSP3 e na Bolsa de Valores de Nova York, na forma de American Depositary Receipts (ADRs), sob o código SBS. A empresa continua integrando os principais índices da bolsa brasileira e da NYSE, entre eles o Dow Jones Sustainability Index, do qual passou a participar recentemente, em fevereiro de 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

Em 2012, a Sabesp creditou dividendos, na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 578,7 milhões, relativos ao ano de 2011, correspondentes a cerca de R\$ 2,54 por ação ordinária e *dividend yield* de 4,9%.

Referente ao ano de 2012, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 534,3 milhões, correspondendo a R\$ 2,345 por ação ordinária e *dividend yield* de 2,7%, a ser pago em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas de 2012.

Débitos dos municípios atendidos no atacado

Em alguns municípios atendidos no atacado, existem débitos pendentes relativos a venda de água, com os quais a empresa vem envidando os esforços para recuperar os valores devidos.

Quando a negociação não é possível, os débitos são ajuizados, como ocorreu com os municípios de Guarulhos, Mauá, Santo André e Diadema, sendo que para os dois primeiros alguns precatórios já foram expedidos e aguardam pagamento. Para Santo André a ação de cobrança também se encaminha no sentido de serem expedidos precatórios.

Com relação ao município de Diadema, os estudos para a criação de uma nova empresa de água e esgotos em Diadema, com participação acionária da Sabesp, foram concluídos e apontaram para a viabilidade do negócio, todavia, a mudança da gestão municipal, obrigou a retomada das negociações para alteração da lei autorizativa. Ainda não é possível prever quando a nova empresa será criada.

No ano de 2012, todos os municípios citados pagaram parcialmente as faturas mensais emitidas pela venda de água por atacado. Cabe destacar que os municípios de Mogi das Cruzes e São Caetano pagaram as faturas integralmente em seus respectivos vencimentos.

Além das dívidas relativas à venda de água por atacado, os municípios de Diadema e Mauá têm dívidas com a SABESP decorrentes da indenização dos ativos devida pela retomada antecipada da concessão.

No município de Diadema foi determinado o prosseguimento da execução mediante o bloqueio dos repasses do produto do ICMS destinados ao Município. Atualmente, o bloqueio desses repasses encontra-se suspenso, em virtude do efeito suspensivo atribuído ao recurso

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

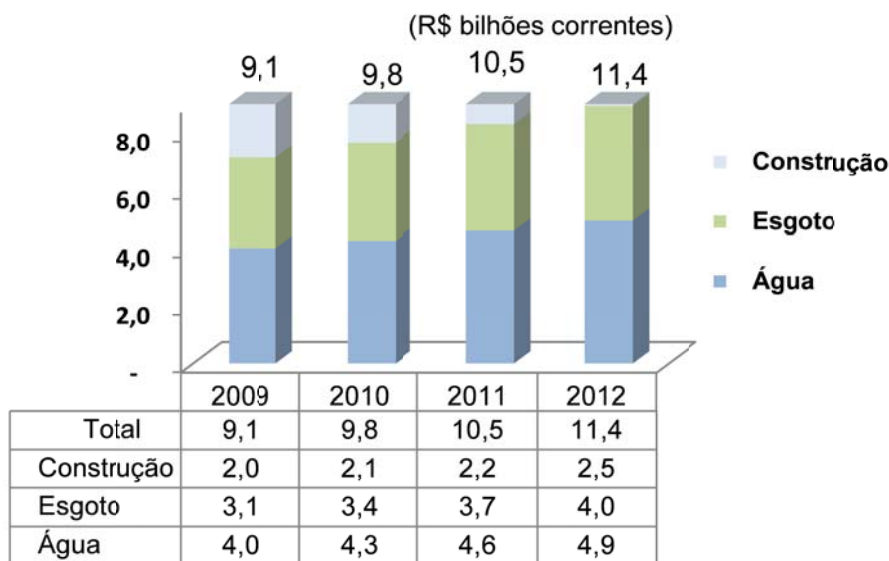
extraordinário do Município. Paralelamente, tem sido feita a penhora semanal de 20% das receitas da Saned, destinando-se essa verba à quitação da parcela da dívida relativa aos honorários devidos aos advogados da SABESP na ação.

Quanto ao município de Mauá, a ação foi julgada procedente com a condenação do Município e da SAMA (Saneamento Básico do Município de Mauá) ao pagamento da dívida. Essa sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal e não comporta mais recursos. A Sabesp iniciou a execução em outubro de 2012. Atualmente aguarda-se a citação do Município e da SAMA para pagamento, cujos valores ainda podem ser discutidos.

Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

A solidez do nosso negócio reflete-se em resultados financeiros. Em 2012, a companhia obteve lucro de R\$ 1,9 bilhão, um avanço de 58% quando comparado a 2011.

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto apresentou um acréscimo de R\$ 624,6 milhões, ou 7,5%, passando de R\$ 8,3 bilhões em 2011 para R\$ 8,9 bilhões em 2012.



Foram determinantes para este resultado o crescimento do volume faturado de 2,4% em água e 3,2% em esgoto, totalizando 2,7% para os dois serviços em conjunto, e o reajuste tarifário de 6,83% aplicado em setembro de 2011 e 5,15% aplicado em setembro de 2012. Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso e região.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO⁽¹⁾ POR CATEGORIA DE USO - milhões de m³**

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
Residencial	1.488,0	1.530,0	2,8	1.220,7	1.262,6	3,4	2.708,7	2.792,6	3,1
Comercial	167,6	172,8	3,1	156,4	160,5	2,6	324,0	333,3	2,9
Industrial	38,7	38,3	(1,0)	40,5	41,6	2,7	79,2	79,9	0,9
Pública	53,1	54,8	3,2	41,5	42,5	2,4	94,6	97,3	2,9
Total varejo	1.747,4	1.795,9	2,8	1.459,1	1.507,2	3,3	3.206,5	3.303,1	3,0
Atacado	297,3	297,5	0,1	27,2	27,3	0,4	324,5	324,8	0,1
Água de reuso	0,3	0,4	33,3	-	-	-	0,3	0,4	33,3
Total	2.045,0	2.093,8	2,4	1.486,3	1.534,5	3,2	3.531,3	3.628,3	2,7

⁽¹⁾ Não auditado**VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO⁽¹⁾ POR REGIÃO - milhões de m³**

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2011	2012	%	2011	2012	%	2011	2012	%
Metropolitana	1.150,6	1.181,9	2,7	976,8	1.005,7	3,0	2.127,4	2.187,6	2,8
Sistemas Regionais ⁽²⁾	596,8	614,0	2,9	482,3	501,5	4,0	1.079,1	1.115,5	3,4
Total varejo	1.747,4	1.795,9	2,8	1.459,1	1.507,2	3,3	3.206,5	3.303,1	3,0
Atacado	297,3	297,5	0,1	27,2	27,3	0,4	324,5	324,8	0,1
Água de reuso	0,3	0,4	33,3	-	-	-	0,3	0,4	33,3
Total	2.045,0	2.093,8	2,4	1.486,3	1.534,5	3,2	3.531,3	3.628,3	2,7

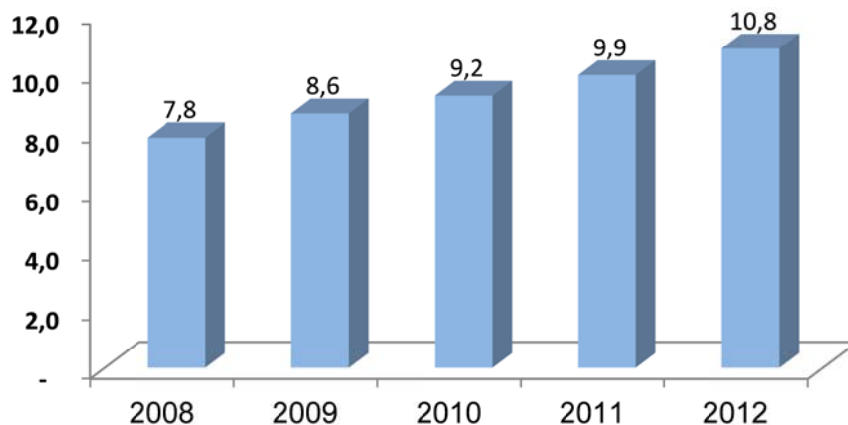
⁽¹⁾ Não auditado⁽²⁾ Composto pelas regiões do litoral e interior

A receita de construção apresentou um acréscimo de R\$ 239,8 milhões ou 10,8%, quando comparado com o ano anterior, principalmente devido ao maior investimento ocorrido em 2012.

Em 2012, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas, comerciais e de construção tiveram um acréscimo de 5,2% (R\$ 392,3 milhões). A participação dos custos e despesas na receita líquida, no entanto foi reduzido de 75,4% em 2011 para 73,4% em 2012. Assim, a receita operacional líquida totalizou R\$ 10,8 bilhões, um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior.

Histórico de Receita Operacional Líquida ⁽¹⁾

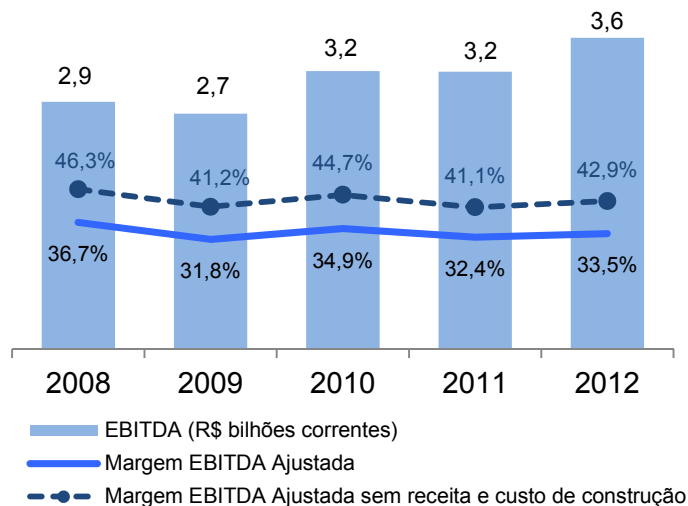
(R\$ bilhões correntes)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O EBITDA Ajustado registrou aumento de 12,2%, passando de R\$ 3,2 bilhões em 2011 para R\$ 3,6 bilhões em 2012, e a margem EBITDA Ajustado atingiu 33,5%, comparativamente a 32,3% ao exercício anterior. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA Ajustado resulta em 42,9% em 2012 (41,1% em 2011).

Histórico do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾



Reconciliação do EBITDA Ajustado (Medições não contábeis)

(Em R\$ milhões correntes)

	2008	2009	2010	2011	2012
Lucro líquido	862,9	1.507,7	1.630,4	1.223,4	1.911,9
Resultado financeiro	973,1	10,0	379,4	633,6	301,4
Depreciação e amortização	618,2	562,3	552,2	768,8	740,1
Imposto de renda e contribuição social	285,3	602,6	662,3	497,4	632,0
Outras despesas operacionais líquidas	125,5	44,4	(1,8)	90,1	19,8
EBITDA Ajustado	2.865,0	2.727,0	3.222,5	3.213,3	3.605,2
Margem EBITDA Ajustada	36,7	31,8	34,9	32,3	33,5
Receita de construção	(1.676,9)	(2.039,8)	(2.130,7)	(2.234,8)	(2.474,6)
Custo de Construção	1.650,5	2.009,6	2.081,1	2.186,3	2.423,8
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	2.838,6	2.696,8	3.172,9	3.164,8	3.554,4
Margem EBITDA ajustada sem receita e custo de construção	46,3	41,2	44,7	41,1	42,9

O EBITDA Ajustado ("EBITDA Ajustado") corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS - International Financial Reporting Standard ou USGAAP (princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos), tampouco deve ser considerado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social (tributos federais sobre a renda), da depreciação e amortização, e das outras despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pelo Método da Legislação Societária e não deve ser considerado individualmente ou como uma alternativa ao lucro líquido como indicador do desempenho operacional, como alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Outras despesas operacionais líquidas, referem-se principalmente as baixas de ativo imobilizado, provisão para perda com ativos intangíveis, perda com projetos economicamente inviáveis, deduzidos das receitas com venda de ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

Dez anos de compromisso com as melhores práticas de governança corporativa

Consciente de que a governança corporativa é vital para assegurar o sucesso da sua missão, a Sabesp aderiu há dez anos ao Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento de listagem com o nível mais alto de transparência no relacionamento com o mercado e acionistas. A empresa foi a segunda empresa a aderir ao segmento, a primeira de capital misto, decisão que se mostrou acertada ao avaliar seu desempenho nesse período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Neste mesmo ano os papéis da companhia passaram a ser negociados também na Bolsa de Valores de Nova York na forma de ADR Nível III, exigindo da empresa a aderência às regras de governança mais rígidas estabelecidas pela Securities and Exchange Commission e pela Bolsa de Valores de Nova York.

A inserção ampla da empresa no mercado de capitais colaborou com a melhora da percepção de seu risco, favorecendo o acesso a taxas de financiamentos mais baratas, o que permitiu ampliar seus investimentos na expansão e na melhoria continuada dos serviços de saneamento no Estado de São Paulo. A gestão da empresa aperfeiçoou-se e hoje atinge elevados padrões de transparência e eficiência.

Em uma década, os ADRs da companhia valorizaram-se 633,1% na Nyse, superando muito a performance do Dow Jones, que subiu 30,5% no período e do dólar que sofreu depreciação nominal de 17,7%. Na BM&FBovespa as ações subiram 509,6%, ante 403,5% do Ibovespa e 93,9% do IPCA. O valor de mercado da Sabesp quase triplicou em 10 anos: passou de R\$ 6 bilhões para R\$ 17,1 bilhões.

Na bolsa brasileira, a Sabesp participa do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG). Além disso, compõe o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), desde 2007, e o Dow Jones Sustainability Index Emerging Markets, cuja inclusão ocorreu em fevereiro de 2013.

Cabe destacar, ainda, que em 2012 a Sabesp foi classificada pelo IR Global Ranking como a quinta melhor empresa da América Latina em procedimentos de divulgação financeira.

Estrutura de Governança Corporativa

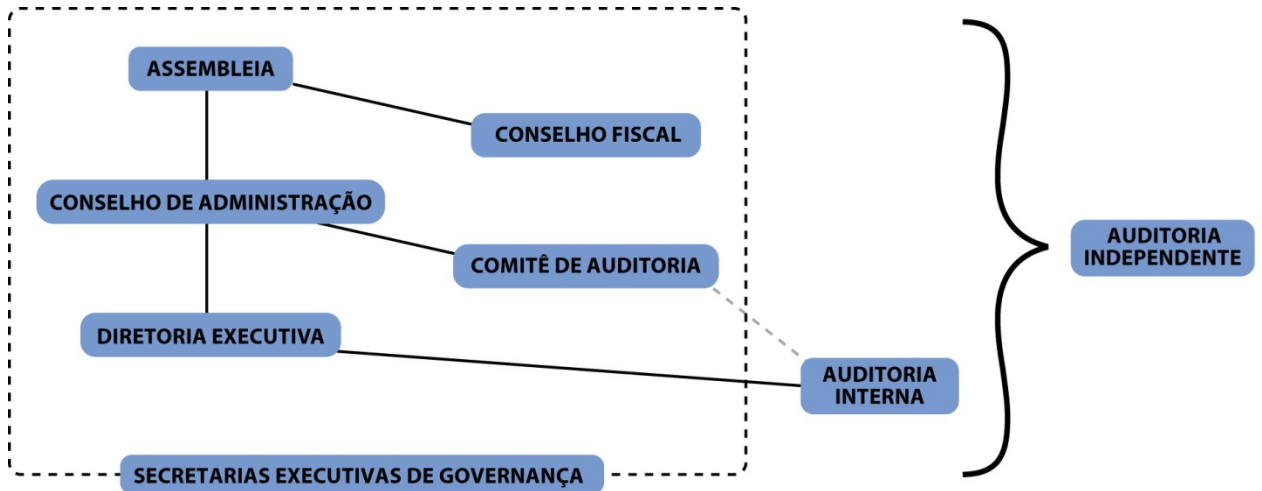
O modelo de Governança Corporativa da Sabesp reflete sua característica de sociedade de economia mista controlada pelo Governo Estadual, cuja participação acionária, por força de lei, deve ser superior a 50% do capital total, composto exclusivamente por ações ordinárias.

O Conselho de Administração manteve-se, ao longo do ano, com os dez membros eleitos na Assembleia de Acionistas realizada em abril de 2012, sendo quatro deles independentes de acordo com os [critérios do Novo Mercado](#). Em dezembro, no entanto, registrou a renúncia de um conselheiro indicado pelo controlador.

Exceto a diretora-presidente, nenhum outro diretor da companhia compõe o Conselho de Administração, cabendo destacar que não é permitido ao diretor-presidente ocupar a posição de presidente do Conselho de Administração. Nossa diretoria também manteve a mesma composição durante o ano de 2012, mas registrou em fevereiro de 2013, a renúncia do Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente, João Baptista Comparini. A respectiva Diretoria foi assumida por João Paulo Tavares Papa em março de 2013.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nossa estrutura de governança está representada no quadro a seguir. Informações complementares sobre o funcionamento das diferentes instâncias que a compõem estão disponíveis na seção Governança Corporativa, da área de Relações com Investidores do sítio da companhia (que pode ser acessada por meio deste [link](#)).



Os valores éticos que orientam as ações da Sabesp e seus públicos de relacionamento estão explícitos em seu Código de Ética e conduta e seu cumprimento é acompanhado pelo Comitê de Ética e Conduta, que conta com ferramentas como o Canal de Denúncias interno, o Procedimento Empresarial de Apuração de Responsabilidades, a Ouvidoria e o Serviço de Atendimento ao Cliente. O canal interno está preparado para acatar denúncias anônimas e o resultado das averiguações é encaminhado ao Comitê de Auditoria. Em 2012, foram registradas 160 denúncias, das quais 61% foram apuradas e 39% estão sob averiguação. Do total de denúncias, 22% são relacionados a comportamento inapropriado, como assédio moral, discriminação, perseguição e tratamento injusto. Durante esse período foram aplicadas penalidades a 27 empregados próprios ou terceirizados (1 advertência, 2 suspensões e 24 demissões).

Seguindo os critérios de materialidade, o processo formal de avaliação de controles e identificação de riscos relacionados à fraude considerou as unidades de negócio mais representativas. Os riscos avaliados possibilitam o aperfeiçoamento dos controles em toda a companhia.

Com o objetivo de prevenir irregularidades nos processos considerados relevantes, a empresa está implantando programa de combate a fraudes corporativas, para atualizar a auditoria dos riscos de fraude, adaptar as políticas e procedimentos, reformular os indicadores e disseminar as práticas de prevenção à corrupção entre os empregados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Remuneração dos administradores

A remuneração dos conselheiros de administração e diretores, em 2012, incluindo benefícios, foi de aproximadamente R\$ 3,2 milhões. A esse montante, somam-se cerca de R\$ 1,1 milhão referentes à remuneração variável.

Cabe destacar que, em agosto de 2012, o Governo estadual publicou o decreto nº 58.265, que veda a participação remunerada de agentes políticos e servidores da Administração Estadual direta ou indireta em mais de dois conselhos de administração ou fiscal de sociedades de economia mista, bem como das demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado e vedando também a remuneração por resultados, prêmio eventual ou participação nos lucros e resultados da companhia. Implementado na companhia, o decreto impactou a remuneração de apenas um conselheiro.

De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração a ser paga aos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela Assembleia Geral de Acionistas. Na Sabesp, a política de remuneração dos conselheiros e diretores é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, baseada principalmente no desempenho e na competitividade de mercado, sempre se sujeitando à ratificação ou aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, assim o decreto será levado ao conhecimento e ratificação pela assembleia geral de acionistas em abril próximo.

Serviços de Auditoria Externa

No que se refere ao relacionamento com os auditores independentes, a Sabesp e as sociedades em que ela tem participação acionária minoritária respeitam os princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente. A PriceWaterhouse Coopers atuou como auditor da Sabesp entre o 3º trimestre de 2008 e o 2º trimestre de 2012, tendo a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes iniciado o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras a partir da revisão das informações trimestrais – ITR referente a 30 de setembro de 2012.

Nas empresas Águas de Andradina e Águas de Castilho, a KPMG Auditores Independentes tem atuado como auditor desde o 3º trimestre de 2011. Na Aquapolo Ambiental e na Saneaqua Mairinque a auditoria das demonstrações financeiras é feita pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes desde outubro de 2010 e julho de 2012, respectivamente.

A Deloitte Brasil Auditores Independentes atua como auditor da SESAMM desde agosto de 2012, enquanto a Attend Ambiental não contratou nenhum serviço de auditoria ou auditor independente desde sua criação, em 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os auditores não prestaram, durante período de atuação nas companhias, serviços não relacionados a auditoria externa.

Controles internos

A avaliação dos controles internos é realizada de forma estruturada e sistemática desde 2005, tendo como referência os parâmetros do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) e do Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit).

Anualmente, o processo de avaliação dos controles internos é reexaminado considerando tanto a eventual existência de novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras quanto de possíveis alterações significativas nos processos e sistemas informatizados.

Os controles, que são testados por uma unidade independente da companhia, abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da companhia.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2011, em cumprimento à seção 404 da lei norte-americana Sarbanes-Oxley, foi concluída em abril de 2012 e não identificou qualquer deficiência considerada material, assim como já havia ocorrido em anos anteriores. Os testes relativos ao exercício 2012 serão concluídos em abril de 2013.

Gestão de Riscos

Para o aperfeiçoamento das práticas de Governança Corporativa, a Sabesp vem aprimorando o seu processo de gestão de riscos, com práticas de melhoria continua dos procedimentos de identificação, mensuração e tratamento dos riscos, tanto de origem interna, como externa. Um destaque é a aprovação interna da criação de uma superintendência específica para tratar dos riscos, com atendimento dos requisitos de independência requeridos. A oficialização da unidade está dependendo de aprovação pelas autoridades governamentais.

As atividades de gestão de riscos estão alinhadas às exigências de mercado, à lei norte-americana Sarbanes-Oxley, ao Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, às normas técnicas como a ABN NBR ISO 31.000 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes, e outros procedimentos definidos pela CVM, pela SEC e pela BM&FBovespa.

Em 2012, ocorreram importantes investimentos na capacitação dos profissionais da nova unidade, nos procedimentos de identificação e mensuração de riscos. A Empresa está empenhada no aperfeiçoamento das ações de gestão de riscos com foco estruturado,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

alinhando a estratégia aos processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando gerenciar as incertezas naturais enfrentadas pelas organizações como forma de criação de valor.

Acesso a Informação dos Órgãos Públicos na Sabesp

A Lei federal nº. 12.527/11 (LAI), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 58.052/12, determina que os órgãos e entidades da Administração Pública devem criar uma unidade que viabilize os Serviços de Informações ao Cidadão – SIC para atender e orientar ao público, receber e gerenciar os pedidos de informações, bem como disponibilizar ao cidadão as informações de seu interesse, sendo vedada a exigência da apresentação dos motivos ou razões do pedido.

A Sabesp, para atender à LAI, implantou o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, estruturando o fluxo interno da informação para atendimento ao cidadão, dentro dos prazos estabelecidos na lei e está elaborando a Tabela de documentos, dados e informações, definindo as informações restritivas, protegendo as informações estratégicas ao negócio e procurando atender à gestão transparente. Ainda, disponibilizou no site da Sabesp, as informações básicas exigidas pela legislação e o software para solicitação da informação pelo cidadão, segundo os padrões do Governo do Estado de São Paulo.

Estas atribuições estão vinculadas a área de Gestão de Riscos que fundamentalmente tem como premissa a transparência, qualidade da informação, e cumprimento de regras estratégicas para uma empresa de capital aberto.

Novos negócios e em soluções ambientais

Nos últimos anos, a Sabesp tem buscado atuar em novos mercados que não sejam apenas a prestação stricto sensu de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário expandindo suas atividades para além-fronteiras e desenvolvendo soluções, que tanto otimizem os processos produtivos, quanto colaborem para a preservação dos recursos naturais.

Mantemos contratos de prestação de serviços de consultoria em uso racional da água e gestão comercial e operacional no Panamá – onde, em parceria com a Latin Consult, atendemos 68 cidades e desenvolvemos um modelo a ser seguido em todo aquele país pela concessionária local, a Idaan – e em Honduras, onde prestamos assistência técnica para modernização do sistema de água e esgotos. Juntos, envolvem R\$ 11,5 milhões.

A Sabesp desenvolve, ainda, parcerias com duas concessionárias estaduais de saneamento: a Casal, de Alagoas, e a Cesan, do Espírito Santo. Naquela, o objetivo é reduzir perdas reais e aparentes de água, auxiliando a empresa a enfrentar intermitências no abastecimento. Com as intervenções, iniciadas em 2009, foi possível reduzir em 50% as perdas registradas em Maceió. O contrato envolve R\$ 25 milhões e tem validade até outubro de 2014. Já o acordo com a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cesan visa instalar e customizar o software Aqualog, desenvolvido e de propriedade da Sabesp, no município de Nova Venécia (ES). No valor de R\$ 1,3 milhão, caminha para seu encerramento.

A plataforma Sabesp Soluções Ambientais tem no Programa de Uso Racional da Água (Pura) e nas iniciativas em prol da produção de água de reúso suas principais iniciativas.

Outras iniciativas voltadas para a oferta de soluções ambientais são os contratos de fidelização firmados com grandes clientes e consumidores, que garantiram receita anual de R\$ 275 milhões à companhia, com alta de 18% sobre o exercício anterior. Em 2012, foram assinados 144 novos contratos.

Ainda nesta vertente, o tratamento de esgotos não domésticos provenientes de processos produtivos de clientes da Sabesp gerou faturamento de R\$ 180 milhões. Ainda nesta frente, prevemos pôr em operação, em 2014, a Attend Ambiental, parceria com a Estre Ambiental destinada a implantar e operar estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo em Barueri, na RMSP.

A companhia trabalha, junto com municípios do Alto Tietê, na região metropolitana de São Paulo, em busca da implantação de uma unidade de tratamento de resíduos sólidos destinada a produzir energia. Ainda voltado a aproveitamento de gás gerado nos processos de tratamento de esgotos, a companhia elaborará, junto com a Comgás, modelagem de negócio que permitirá a conversão do biogás in natura gerado pela Sabesp (notadamente, nas ETES ABC e Barueri) em biometano passível de ser distribuído nas redes canalizadas da concessionária.

Pesquisa e inovação

O ano de 2012 foi especial em termos de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). O montante aplicado atingiu R\$ 6,3 milhões, bem acima da média histórica e praticamente o dobro do gasto no ano anterior. A aceleração é fruto dos projetos que buscam novas tecnologias para produção mais eficiente, otimização do uso dos recursos naturais disponíveis e redução dos impactos das atividades da companhia no meio ambiente.

Uma das alavancas dessa expansão é o convênio firmado com a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) em 2009. Inicialmente seu prazo de validade se estendia até 2014, mas firmamos aditivo contratual estendendo-o até 2019. Em 2012, tivemos aumento significativo nos desembolsos relativos a projetos incentivados por esta linha. De um total de 12 projetos já aprovados, nove estão em andamento.

Também em 2012, fizemos o lançamento da segunda chamada do convênio com a Fapesp. Entre as sete linhas de investigação e pesquisa que buscaremos incentivar, estão desenvolvimento de alternativas de tratamento, disposição e utilização de lodo de estações de tratamento de água (ETA) e esgotos (ETE); monitoramento da qualidade da água; novas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

tecnologias para implantação, operação e manutenção de sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos; e eficiência energética.

Em São José dos Campos a Sabesp instalou o primeiro centro de pesquisa do país voltado para a área de saneamento ambiental. Encontram-se em desenvolvimento oito projetos de mestrado focalizando a área de impacto de poluição difusa no rio Paraíba do Sul e o desenvolvimento de equipamentos específicos para automação de serviços. Os projetos contam com a parceria do IPEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares) e do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica).

A companhia também executa ações importantes orientadas ao aproveitamento dos gases gerados no processo de tratamento de esgotos, com impacto positivo na redução das emissões provocadoras de efeito estufa e no volume de resíduos a serem dispostos em aterros sanitários. Nesta direção, iniciaremos na ETE de Franca, até o segundo semestre deste ano, a produção de biogás resultante do tratamento de esgotos para abastecimento de 49 carros da nossa frota, em parceria com o Instituto Fraunhofer, da Alemanha. Quando toda a produção de biometano da unidade estiver sendo utilizada como combustível, 1.600 toneladas de gases de efeitos estufa deixarão de ser lançados na atmosfera a cada ano.

Entre as realizações de 2012, cabe mencionar, ainda, a execução, pela Sabesp, de amplo estudo de prospecção tecnológica, em continuidade a iniciativa desenvolvida em 2010. Inédito para o setor de saneamento na América do Sul, tal levantamento auxilia a identificação de tecnologias promissoras, bem como aponta possibilidades de negócios e parcerias. Permite, assim, à empresa melhorar suas previsões sobre o futuro das atividades que desenvolve, alinhada ao estado da arte das melhores práticas em vigor.

Na área de proteção de direitos de propriedade intelectual, temos seis processos de patenteamento e 10 softwares registrados. Uma das patentes depositadas versa sobre o desenvolvimento de dispositivo para lavagem de reservatórios de água que é capaz de reduzir em até 90% o volume de água gasto nestas operações, além de diminuir significativamente o tempo dispendido. A invenção foi laureada com o Prêmio Inovação, concedido pela nossa Diretoria de Sistemas Regionais.

CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE: O HOJE E O AMANHÃ

Por ser uma empresa de saneamento, a Sabesp entende que contribuir para a preservação do meio ambiente é parte integrante de sua gestão. Este compromisso está expresso em nossa Política de Meio Ambiente, em vigor desde 2008, e é fiscalizado por um comitê integrado por representantes das cinco diretorias da companhia.

Também buscamos ser reconhecidos como importante agente de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nos debruçamos em 2012 na construção da nossa Política Institucional de Sustentabilidade. Entendemos que a sustentabilidade está na essência do nosso negócio. Nossas atividades exercem impacto positivo sobre a saúde pública, sobre

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desenvolvimento socioeconômico e ambiental, e sobre a melhoria das condições de vida da população que atendemos.

Entre as diretrizes estabelecidas, a Sabesp pretende incorporar os princípios da sustentabilidade no planejamento estratégico, nos programas de investimentos e em todas as atividades da empresa, da concepção à operação dos sistemas. Durante 2012, a minuta estabelecendo conceitos, diretrizes e competências da nossa futura política foi submetida a consulta pública e aguarda deliberação da Diretoria Colegiada para ser implantada.

Para continuarmos crescendo de forma sustentável, a Sabesp possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas estações de tratamento de esgotos (ETE) e nas estações de tratamento de água (ETA), associada à certificação ISO 14001 em parte das unidades em operação, consideradas estratégicas. Considerou-se na escolha das instalações a abrangência geográfica da Sabesp, os diferentes tipos de processos de tratamento empregados, bem como diferentes escalas em relação ao porte das estações.

O SGA está presente em 62 ETEs e 3 ETAs, sendo 50 ETEs certificadas na ISO 14001. Em 2012, foi iniciada a implantação do sistema em mais 30 ETEs. Acreditamos que até o final de 2013 o SGA esteja implantado em 129 estações. Nos próximos anos a companhia pretende prosseguir com a implantação do SGA em suas unidades para chegar a 302 ETEs e ETAs até 2018. Para o desenvolvimento do sistema, a Sabesp já investiu, desde 2009, cerca de R\$ 15 milhões.

Desde 2010, a Sabesp treinou 300 multiplicadores para atendimento dos requisitos normativos da ISO 14001. Em continuidade ao programa, nossa expectativa é capacitar mais 400 pessoas até dezembro de 2013.

A Sabesp participa e atua na gestão descentralizada e integrada dos recursos hídricos estabelecida na Política Nacional de Recursos Hídricos. Nossa representação contempla a participação de cerca de 150 empregados nos 21 comitês de bacias hidrográficas estaduais, nos três comitês federais do âmbito do Estado de São Paulo e no grupo de apoio à instalação do Comitê Federal do rio Paranapanema.

Também ocupamos cadeira na plenária e algumas câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em que a Sabesp participa em câmaras técnicas como representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo.

A cobrança pelo uso da água – instrumento de gestão previsto nas políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos que visa promover a racionalização do uso deste insumo e financiar programas e ações previstos nos planos de bacias – encontra-se em implantação progressiva no estado de São Paulo, onde somos o maior contribuinte individual.

Em 2012, a companhia pagou cerca de R\$ 26,2 milhões pelo uso da água de rios de domínio federal – iniciada em 2003 na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul – e estadual, começada em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2007 nesta mesma bacia e na dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Em 2010 foi iniciada a cobrança na bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê, e em 2012, na bacia da Baixada Santista. Para 2013, há possibilidade de início de cobrança nas bacias: do Alto Tietê, do Baixo Tietê, Tietê/Batalha, Tietê/Jacaré, Baixo Pardo e Grande, Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí Mirim/Grande, Serra da Mantiqueira, Ribeira do Iguape/Litoral Sul, Pontal do Paranapanema e Turvo/Grande.

Em relação a outorgas e licenciamentos ambientais, o parque operacional existente é objeto dos Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. Quanto as outorgas, o processo vem evoluindo progressivamente dentro da perspectiva de completarmos 100% de usos protocolados ou outorgados ao longo de 2013. Para os novos empreendimentos, a obtenção das licenças e outorgas já faz parte de seu ciclo de vida.

Mudanças climáticas e gestão de emissões de gases do efeito estufa

Atenta à necessidade de identificação de possíveis impactos sobre seu negócio, a Sabesp elencou alguns dos efeitos diretos mais significativos das mudanças climáticas e dos eventos extremos a elas associados na consecução de sua missão. São eles:

- Alteração na disponibilidade hídrica;
- Alterações na extração, produção e transporte de itens necessários para nossas operações;
- Elevação do nível do mar com risco de danos físicos e impactos no funcionamento das instalações sanitárias e aumento na frequência de eventos extremos.

Como parte do trabalho do Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa em estruturação, a Sabesp cumpriu a meta de concluir, em 2012, os inventários corporativos de 2009 e 2010. Dispomos agora de uma série com quatro inventários, iniciada pelo do ano de 2007. Desde então, as metodologias de quantificação foram aperfeiçoadas.

Ainda em linha com nosso Programa Corporativo de Gestão de Emissões de GEE em estruturação, nossa estratégia prevê mitigar emissões, gerenciar e mitigar riscos climáticos e potenciais, convertendo-os em oportunidades de negócios – seja por meio de inovações tecnológicas, melhoria do aproveitamento energético dos processos e aumento da capacidade de adaptação da empresa em relação às mudanças previstas para o clima.

São exemplos de iniciativas adotadas pela empresa para mitigação de riscos relativos à segurança energética a implantação de uma pequena central hidrelétrica e o aproveitamento de biogás gerado a partir do tratamento de esgotos. Em relação ao risco de redução da disponibilidade hídrica, apontamos como exemplos de ações em curso o Programa Corporativo de Redução de Perdas, o Programa de Uso Racional da Água e a expansão do reúso planejado da água para fins urbanos e industriais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A renovação da frota veicular continua sendo uma das ações com as quais pretendemos reduzir as emissões de GEE. Em 2012 foram substituídos 105 veículos leves dotados de tecnologia flex, com obrigatoriedade de abastecimento com álcool; 254 caminhões equipados com motores cuja tecnologia atende à legislação Euro-5, que estabelece a redução de emissões; 28 retroescavadeiras e 40 motocicletas. Agora, a renovação da nossa frota de veículos leves atingiu o percentual de 75,3%, enquanto na frota de caminhões é de 48,3%.

Outra iniciativa é a captura de carbono por meio de ações de recomposição de matas ciliares em mananciais. Neste ano foram plantadas 30 mil mudas. Destaque para o Verde Vida, projeto desenvolvido na Unidade de Negócio Pardo e Grande: inclui educação ambiental, recomposição de mata ciliar, reflorestamento e, principalmente, ações para a preservação e recuperação do rio Canoas, responsável por 80% do abastecimento de Franca, e também do córrego Pouso Alegre. Já foram plantadas 92 mil mudas, das quais 12 mil em 2012, todas cultivadas no viveiro mantido na ETE de Franca.

Em 2012, não foi possível dar continuidade aos nossos planos de parceria para implantar um fundo rotativo de carbono com recursos oriundos da venda de créditos de carbono em novos plantios. A ideia pode ser oportunamente retomada.

A Sabesp vem participando do Carbon Disclosure Project – CDP Investors há sete anos. Trata-se de divulgar dados de emissões de GEE com base em questionário formulado pela entidade, de forma a uniformizar e organizar a forma pela qual as empresas relatam informações a respeito do seu negócio quanto a riscos potenciais e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. Associado a este esforço, integramos, em 2011, o CDP Supply Chain, mas decidimos não levar esta participação adiante em 2012, devido à baixa adesão dos nossos fornecedores.

Em 2012, o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis concedeu o Selo Socioambiental para 37 especificações de compra da Sabesp, perfazendo um total de 208 especificações. Atingimos 30% da meta prevista – a certificação de 700 especificações – em função da necessidade de realizar ajustes técnicos no processo de emissão do selo, exigidos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Instituído pelo Decreto Estadual nº 50.170/05, o selo sinaliza ao mercado fornecedor a intenção do Estado de São Paulo de adequar seu perfil de consumo às diretrizes internacionais de desenvolvimento sustentável.

Programa de educação ambiental

A Sabesp mantém um Programa Corporativo de Educação Ambiental (PEA), no qual são desenvolvidas medidas que visam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes para um mundo sustentável. Desde 2007 mais de mil empregados foram treinados para disseminar a cultura de saneamento ambiental. O PEA dá diretrizes para mais de 100 ações e projetos, entre os quais se destacam:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Adoção do Programa de Uso Racional da Água (Pura) em escolas, que, em 2012, permitiu a redução de 72 milhões de litros por mês no consumo de água em unidades educacionais do município de São Paulo;
- Visitas de escolares a ETAs e ETEs, com a participação de estudantes e professores, em todo o estado. Em 2012, foram realizadas 1.474 visitas, atendendo 56.456 pessoas;
- Realização de palestras em escolas, comunidades e empresas. Em 2012 atendemos um público de 165.948 pessoas, em 1.516 eventos.

Já promovemos 31 audiências de sustentabilidade, sendo duas delas em 2012. Também fizemos sete ecomobilizações neste ano, totalizando 25 mutirões já realizados, para coleta de lixo e plantio de mudas nas margens de corpos d'água, realizados em parceria com ONGs, entidades da sociedade civil e lideranças comunitárias.

Em 2012, decidimos descontinuar a instalação de ecopostos em áreas próximas às principais instalações da companhia, em função de dificuldades em conciliar a oferta dos espaços disponíveis com as demandas da comunidade do entorno.

Sabesp 3Rs

Baseado no conceito “reduzir, reutilizar e reciclar”, em 2012 o programa de coleta seletiva encaminhou 372 toneladas de materiais para reciclagem e destinou-os a cooperativas de catadores. O resultado é 30% maior que o do ano anterior, quando foram computadas 286 toneladas. No decorrer das atividades de programa, criado em 2008, foram realizadas aproximadamente 75 atividades de sensibilização, visitas técnicas, treinamento específico e capacitação de representantes das unidades organizacionais da empresa, reunindo cerca de 1.200 empregados e prestadores de serviços terceirizados.

Processos ambientais

A Sabesp é parte em alguns processos de natureza ambiental no âmbito administrativo e judicial, promovidos pelo Ministério Público, por alguns municípios e por algumas organizações não governamentais. A maioria refere-se ao despejo de esgoto bruto nos corpos d'água, indenização por eventuais danos ambientais causados e investimento em instalações de sistemas de tratamento de esgoto.

A empresa vem estabelecendo compromissos e formalizando termos de ajustamento de conduta e acordos judiciais com o Ministério Público, contemplando em seu planejamento orçamentário os recursos destinados a esse fim.

Registramos que, em outubro de 2012, o Ministério Público de São Paulo ajuizou ação civil pública na qual pede a nulidade do contrato firmado entre a Sabesp e o município de São

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Paulo para prestação de serviços de saneamento básico; a universalização da coleta e tratamento de esgotos na capital até 2018; a redução do volume de lodo produzido nas ETEs e ETAs, entre outros aspectos. A empresa apresentou contraminuta a um agravo de instrumento em 2012, foi citada da ação em março de 2013 e entende que a expectativa de perda é remota. O valor da ação em 31 de dezembro de 2012 era de R\$11,7 bilhões.

Prédio verde

A primeira construção verde certificada da Sabesp deve começar a funcionar em julho de 2013. Trata-se do edifício administrativo da estação de tratamento de esgoto do município de Bragança Paulista, que permitirá ao município ter 100% de coleta e tratamento de esgoto.

As obras já foram concluídas, a ETE está funcionando em sistema de pré-operação e o prédio verde aguarda concluir a certificação com o selo de sustentabilidade ambiental LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), concedido pelo USGBC (United States Green Building Council), em função do conjunto de soluções sustentáveis adotadas.

O novo prédio encontra-se num terreno de 19 mil m², com área construída de 391 m². Os mais de 13 mil m² restantes, isto é, 70% do total, serão ocupados por áreas verdes. A construção atende exigências de sustentabilidade em seis categorias: espaço, racionalização do uso de água, eficiência energética, materiais e recursos naturais, qualidade ambiental interna do ar e inovação e projeto. Estima-se que certificação do selo LEED será concedida até março de 2013.

Reservas dentro de áreas protegidas

A Sabesp é proprietária e mantém áreas dentro de unidades de conservação, realizando trabalhos de fiscalização e monitoramento, além de apoiar estudos de biodiversidade realizados por universidades, como a USP. Há alojamentos de pesquisa que podem ser usados, inclusive para observação noturna da fauna.

Soluções para o lodo gerado no tratamento de água e esgoto

A geração de lodo é inerente às atividades de saneamento. Tanto o tratamento de água quanto o de esgotos produzem resíduos que demandam destinação adequada, a fim de potencializar os efeitos benéficos ao meio ambiente. Este é um desafio que a Sabesp tem buscado enfrentar, e não apenas porque a sociedade, acertadamente, assim o cobra, mas porque cuidar da preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente é indissociável das operações de uma empresa cuja principal matéria-prima é a água.

Atualmente, o lodo gerado nas nossas atividades tem como principal destinação o encaminhamento para disposição adequada em aterros sanitários – em contrapartida, a Sabesp trata o chorume neles gerado. Como estas são áreas que caminham para exaustão nas nossas metrópoles e são de baixa disponibilidade no litoral e no interior, temos buscado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desenvolver novas alternativas com objetivo de reduzir o volume final a ser disposto. As mais relevantes são a incineração, com vistas ao aproveitamento energético dos resíduos, e a compostagem, para produção de condicionadores de solo de uso agrícola. As perspectivas mais promissoras repousam no lodo gerado no tratamento de esgotos.

Entre as iniciativas que caminham nesta direção, estamos nos preparando para transformar todo o lodo produzido na estação de tratamento de esgotos (ETE) de Lavapés, em São José dos Campos, em composto agrícola já a partir de 2013. O processo licitatório para contratação dos serviços de compostagem de 70 toneladas diárias de lodo está em fase de conclusão e possibilitará o registro de autorização do Ministério da Agricultura. Este composto passível de compostagem foi classificado como “classe D”, isto é, trata-se de condicionador de solo produzido a partir de fonte orgânica passível de ser empregado em determinados tipos de cultura, tais como café, frutas e cana-de-açúcar. Vale dizer que o aproveitamento do lodo para a produção do fertilizante permite redução de 58% nos custos operacionais de tratamento e disposição final do lodo em Lavapés. Nos próximos anos passaremos a adotar o mesmo procedimento na ETE Taubaté, aproveitando 100% do lodo gerado no processo de tratamento de esgotos naquela unidade, ou seja, 30 toneladas diárias.

Já na RMSP, a companhia planeja a implantação de unidades de incineração na ETE Barueri, nossa maior estação de tratamento, com capacidade para 9,5 mil litros por segundo. A energia contida no próprio lodo será utilizada como combustível no processo de incineração, juntamente com uma parcela do biogás produzido pelos digestores anaeróbios. O volume de biogás excedente poderá ser injetado na rede pública de gás.

Por meio da otimização do processo de tratamento e da aplicação de novas tecnologias, a companhia também vem obtendo resultados significativos nas estações de tratamento de água. Nas oito unidades existentes na metrópole, o volume de lodo gerado foi reduzido em 32% nos últimos quatro anos. Ao mesmo tempo, baixamos em 10% o uso de produtos químicos aplicados no processo de tratamento de água na Grande São Paulo, com efeitos benéficos sobre a geração de efluentes e lodo.

Cabe, ainda, mencionar que a companhia vem patrocinando algumas linhas de pesquisa, em convênio com a Fapesp, com vistas à redução e ao melhor aproveitamento do lodo gerado nos processos de tratamento de água e esgotos. Neste ano, buscamos incentivar, entre outras diretrizes, a utilização de lodo de ETAs como material para recobrir aterros sanitários; o uso de lodo retirado de lagoas de estabilização no tratamento de esgotos como material de recuperação de áreas degradadas; o beneficiamento de areia extraída de ETEs para emprego na construção civil.

COLABORANDO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO DO FUTURO

A cada novo ano a Sabesp busca aperfeiçoar a relação com os públicos com os quais se relaciona, por entender que esses parceiros (clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, governos e comunidade) podem ajudar a companhia a construir uma sociedade mais justa,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

que promova inclusão, cidadania e respeito aos direitos humanos. São valores e práticas perseguidos com o mesmo empenho com o qual buscamos nossas metas financeiras e o crescimento sustentável, orientados por nosso Código de Ética e Conduta.

A Sabesp continua conduzindo seus negócios de acordo com o Pacto Global da ONU, que reúne empresas em prol dos princípios de direitos humanos do trabalho, da proteção ambiental e do combate à corrupção. A companhia é parceira do Instituto Ethos, além de apoiar e incentivar os Oito Objetivos do Milênio da ONU, já integrados em nosso Programa de Voluntariado Empresarial. Apoiamos, ainda, o projeto Planeta Sustentável, liderado pela Editora Abril.

Temos em nossa proposta maior de atuação a promoção da qualidade de vida da população e o compromisso estratégico de atuar como Agente do Desenvolvimento Sustentável. Nossas atividades exercem impacto positivo na saúde pública e no desenvolvimento socioeconômico e ambiental. É que o saneamento básico é um setor fundamental da infraestrutura e vital para o desenvolvimento sustentável. Com um trabalho articulado de responsabilidade socioambiental, a Sabesp também faz expressiva aproximação com a sociedade.

No campo social, por meio do Programa de Voluntariado realizamos campanhas que resultam na arrecadação de toneladas de alimentos, roupas, livros e revistas, distribuídos em mais de 200 entidades assistenciais. Mantemos parcerias com ONG's, prefeituras, escolas, entre outros segmentos, que nos permitiram construir uma rede de mais de 1.200 voluntários. No desenvolvimento de projetos voltados à cidadania, esse grupo dedica uma média anual de 10 mil horas de trabalho em prol da solidariedade, levando benefícios a mais de 15 mil pessoas.

A inclusão está presente em várias de nossas ações. Damos ênfase à infância, por acreditarmos que a boa formação desses cidadãos é fundamental para construção da sociedade mais junta que desejamos. A empresa atua em áreas de risco social na Região Metropolitana de São Paulo, por meio do Instituto Criança Cidadã - ICC, que investe na formação de menores integrantes de famílias de baixa renda. Em 2012, nossa contribuição atingiu R\$ 2,7 milhões, permitindo que cerca de 6.500 crianças e jovens, provenientes de 3,5 milhões de famílias, receberem educação e assistência.

A Sabesp também é reconhecida como "Empresa Amiga da Criança", pela Fundação ABRINQ. É um compromisso formal que expressa, por exemplo, itens de contratos com fornecedores, que norteiam a cadeia produtiva, impedindo o trabalho escravo e o trabalho infantil.

A aflitiva busca de famílias por crianças e jovens desaparecidos recebeu a solidariedade da Sabesp. Por ano, pelo menos 9 mil deles não voltam para suas casas no estado de São Paulo. O primeiro passo foi nos integramos ao Programa São Paulo em Busca de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, lançado pelo governo paulista. Em seguida, vieram as ações. As contas de água, por exemplo, passaram a divulgar o programa e orientar sobre as medidas a serem adotados para enfrentar o problema. As mensagens se multiplicaram pelo site da companhia, no portal corporativo, holerites dos funcionários e agências de atendimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para os jovens entre 14 e 21 anos, mantemos uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-SP), com a qual possibilitamos a chance deles ingressarem na empresa para obter formação profissional. A iniciativa já abriu oportunidades a 2.300 jovens, dos quais 560 integraram o quadro de colaboradores neste ano.

Relacionamento com clientes

A melhoria contínua dos serviços prestados é parte do novo planejamento estratégico (2011-2020) e um dos principais componentes para o nosso sucesso. Entendemos que a transparência nas informações e o aperfeiçoamento das ferramentas com as quais estreitamos nossas relações com o público vão alicerçar nosso objetivo de continuar atendendo com excelência nossos clientes.

Em 2012, a companhia implantou a conta de água e/ou esgoto em braile para os clientes cegos. O novo serviço resulta de parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A fatura foi desenvolvida a partir de 400 entrevistas com cegos, nas quais apontaram suas necessidades. A partir de 2013, os clientes cadastrados também receberão a versão em braile de documentos como o relatório anual da qualidade da água, a declaração de quitação anual de débitos e o contrato de adesão.

A Agência Virtual, disponível no site da companhia, também foi aperfeiçoada para permitir a inclusão digital de deficientes visuais. Desde abril, o canal é totalmente acessível, permitindo aos usuários verificar débitos, pedir segunda via e conferir o histórico da conta, entre outras funções. Em 2012, não foi possível disponibilizar na Agência Virtual 80% dos serviços mais solicitados pelos clientes, mas a meta está prevista para ser cumprida a partir do segundo semestre de 2013.

A melhoria no relacionamento com os clientes também passa pelo pronto atendimento das centrais telefônicas, onde 100% dos atendimentos são realizados com um tempo de espera máximo de 60 segundos. A Sabesp realiza atendimento presencial em 391 agências e postos, sendo 65 na Região Metropolitana de São Paulo e 326 no Interior e Litoral de São Paulo. Na Região Metropolitana as agências passaram a atender em novo horário, medida em vigor desde agosto. Atendendo deliberação da Arsesp, o horário foi estabelecido respeitando o perfil de cada região.

Outra ação destinada a estreitar as relações com o cliente foi estender a 100% dos municípios operados pela Sabesp o atendimento por meio do TACE - Técnico de Atendimento ao Cliente Externo. Atualmente, as cidades contam com a leitura, emissão e apuração do consumo dos serviços de água e/ou esgotos no ato e no domicílio do cliente. Os técnicos também são capacitados para prestar esclarecimentos e orientar o cliente, poupando-o do deslocamento até uma agência de atendimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A necessidade de deslocamento também pôde ser evitada com a consolidação do processo que restitui ou cobra automaticamente em conta futura valores pagos a mais ou a menos. Mensalmente, a companhia corrige créditos ou débitos em cerca de 30 mil contas.

A preocupação com a inclusão social também está presente na disponibilização da “tarifa social”, por meio da qual a população de baixa renda pode ter acesso ao serviço de saneamento, com significativos ganhos na qualidade de vida dessas comunidades. Este benefício é regulamentado pela Arsesp e atende famílias com renda mensal de até três salários-mínimos, além de respeitar critérios de tamanho de moradia e consumo de energia. Atualmente, 280 mil domicílios são contemplados ante 242 mil em 2011. Vale registrar que o número constante no Relatório de Sustentabilidade de 2011 foi reportado equivocadamente. A tarifa social da Sabesp é uma das mais baixas praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, com uma redução de aproximadamente 64% da tarifa residencial normal.

Mantemos em curso o Projeto de Ações para Regularização, Integração e Transformação de Áreas Irregulares (Paritá), colocado em prática na zona leste da região metropolitana de São Paulo. Em 2012, foram regularizadas cerca de 720 ligações de água em dez áreas ocupadas irregularmente; entre 2008 e 2011, outras 51 áreas haviam sido contempladas. Considerando os resultados dos últimos cinco anos, atendemos cerca de 20 mil habitantes. Estas ações também possibilitaram a redução de perdas de 2,7 milhões de m³ anuais de água, considerada estratégica pela empresa, pelo fato de atuar em áreas com rigorosa escassez hídrica.

Ainda para atender áreas carentes, a companhia firmou convênio com a Prefeitura de São Paulo, em setembro, para instalação de hidrantes em redes de distribuição de água nas proximidades de comunidades, para auxiliar os bombeiros no combate a incêndios. A Sabesp já havia implantando dois hidrantes no assentamento Sônia Ribeiro, no Jardim Aeroporto, que funcionou como projeto piloto. Está prevista a instalação de hidrantes em 50 assentamentos, em quatro etapas. O planejamento e execução das obras serão realizados de acordo com as ações requeridas pelo município.

Pesquisas e satisfação

A Sabesp realiza, anualmente, pesquisa de satisfação junto a seus clientes desde 2004 aplicando sempre a mesma metodologia, o que possibilita comparar as diferentes unidades de negócio em diferentes períodos. Nosso objetivo é, a partir dos resultados apurados, aprimorar o atendimento e os serviços prestados aos clientes. Em 2012, o índice geral de satisfação em relação à empresa foi de 89%, três pontos percentuais menor que o ano anterior. Acreditamos que a manutenção de um bom resultado deve-se, principalmente, a qualidade e regularidade da água fornecida pela companhia: 90% dos 5.862 entrevistados disseram-se “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o serviço.

A Sabesp também passou a fazer pesquisas de satisfação em cada um dos municípios com os quais mantém contrato de programa. Os levantamentos são realizados a cada aniversário de dois anos. Em 2012, foram realizados em 198 cidades. Os resultados orientam o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aperfeiçoamento do nosso atendimento. As pesquisas são divulgadas ao público, reforçando nosso compromisso com a transparência e melhoria contínua dos serviços prestados.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Sabesp ampliou sua estrutura e equipe da Central de Atendimento ao Cliente. Este investimento tornou possível atender prontamente a quase totalidade das ligações – aproximadamente 99% em até um minuto – e, segundo nossa avaliação, resultou na expressiva redução de clientes que buscam por atendimento em instituições externas à Sabesp, com notórios ganhos quantitativos e qualitativos para a imagem da empresa.

Fechados os resultados de 2012, podemos citar a diminuição de 45% no total de clientes que realizaram suas manifestações por meio da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp. Constatamos também a diminuição em 18% na quantidade de clientes que procuraram por atendimento junto ao Procon, órgão estadual de defesa do consumidor. Também houve redução de 3% no número de clientes que buscaram o Juizado Especial Cível (JEC) Digital, o que mostra o sucesso da parceria entre a companhia e JEC. A busca pela excelência no atendimento dos nossos clientes pode ser atestada pelo fato de que este é o terceiro ano consecutivo que a Sabesp se mantém fora do ranking das 50 empresas com maior número de reclamações divulgado pelo Procon.

O reconhecimento pelo mercado ocorreu por meio do prêmio “Ouvidorias Brasil 2012”. Promovido pela revista Consumidor Moderno, esta premiação contou com um júri selecionado pela Associação Brasileira de Relações Empresa/Cliente - Abrarec e pela Associação Brasileira de Ouvidores – ABO. Esta iniciativa ratificou a qualidade do modelo de atendimento preconizado pela Ouvidoria da Sabesp, já que foi vencedora em todas as categorias avaliadas pelo prêmio: “10 melhores ouvidorias do Brasil”, “Três ouvidores destaques ” e “Top 3 Ouvidorias de 2012”.

Relacionamento com colaboradores

A Sabesp orgulha-se em ter nos seus quadros, funcionários cuja qualificação é referência no setor de saneamento básico. A preservação desses profissionais, num mercado competitivo e em plena ascensão, mantém a companhia em constante busca das melhores práticas de gestão de pessoas.

A Sabesp conta atualmente com 15.019 empregados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Predominam os do sexo masculino (80%), com formação de ensino médio (49%), de etnia branca (83%), com mais de 40 anos de idade (71%). A permanência média na empresa é de 17 anos. A Sabesp contrata prestadores de serviços conforme a necessidade. Dispõe, nestas condições, de aproximadamente 7.372 profissionais. Além disso, abrigamos 888 estagiários e 560 jovens aprendizes – que conjugam a oportunidade de trabalho à realização de cursos de qualificação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A construção da sociedade mais justa e sustentável que buscamos passa, necessariamente, pela valorização da diversidade e pela inclusão social. A Sabesp atende ao Decreto Federal nº 3.298, de 1999, que determina a reserva de 5% das vagas oferecidas nos processos seletivos públicos para pessoas portadoras de deficiência. Em 2012, tivemos 64 postos de trabalho ocupados nestas condições, sendo 69% colaboradores com deficiência física, 22% auditiva e 9% visual. Também mantemos, desde 2005, convênio com a AVAPE - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência, por meio do qual 106 pessoas portadoras de deficiência atuam em nossos postos de atendimento ao público, atividade para a qual recebem mais de 108 horas de treinamento prévio.

A Sabesp adota um conjunto de benefícios que contribui para a melhoria na qualidade de vida e o bem-estar de seus empregados, propiciando um maior desempenho e a racionalização da gestão dos benefícios. O pacote de benefícios adotado pela empresa contempla: Cartão Benefícios – Cesta Básica e Convênios com Supermercado e Farmácia e Cartão de Refeição. São comuns a todos os funcionários, independente do regime de horário, cargo, gênero ou etnia. Apenas os aprendizes obedecem à legislação específica. Às empregadas e empregados que possuem a guarda legal dos filhos é concedido reembolso de auxílio-creche ou a utilização do Centro de Convivência Infantil da companhia, atendendo crianças na faixa etária entre 6 meses e 6 anos incompletos. A empresa faculta aos que possuem filhos portadores de necessidades especiais reembolso de despesas para tratamento em instituições especializadas equivalente a até duas vezes o valor do auxílio creche, sem limite de idade. Aos afastados por auxílio-doença ou acidente cujo salário encontra-se acima do valor máximo pago pelo INSS, é concedida, automaticamente, complementação salarial por até seis meses.

Além destes benefícios, por meio da Fundação Sabesp – Sabesprev a empresa subvenciona a assistência médica e a previdência privada de todos os seus empregados. Em 2012, a companhia contribuiu com 1,8% da folha de pagamento mensal para seu plano de previdência privada.

Em fins de dezembro de 2011, a Sabesp firmou acordo com as entidades representativas dos empregados para promover alterações no seu plano previdenciário. A proposta prevê ampliação de incentivos para os que migrarem da modalidade Benefício Definido (Plano Básico) para Contribuição Definida (Plano Sabesprev Mais). Contempla, também, mudanças nos benefícios de risco. Com o acordo, esperava-se enfrentar o problema do déficit técnico do Plano Básico, estimado em R\$ 557 milhões. As alterações, porém, não puderam ser implantadas, em função de a Justiça não ter julgado liminar concedida em 2010 a uma ação que suspendeu as migrações para o Plano Sabesprev Mais. Em setembro de 2012, o juiz responsável pelo caso determinou a realização de uma perícia contábil. Um perito foi designado no início de 2013.

No que tange ao plano de saúde Sabesprev, em 2012 a Agência Nacional de Saúde Complementar editou Resolução Normativa que regulamentando a oferta de planos de saúde a ex-empregados e aposentados, o que interrompeu os trabalhos da comissão paritária que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

estava trabalhando no sentido de estabelecer propostas de melhoria das coberturas. Os estudos serão retomados em 2013.

Com o objetivo de “Construir um ambiente de trabalho com produtividade, qualidade de vida e bem estar, contribuindo para a diminuição do absenteísmo e da melhoria do clima organizacional”, o Programa Viver Feliz em 2012 realizou ações relacionadas à reeducação alimentar e atividade física, já que a obesidade e o sedentarismo foram identificados como os principais fatores de risco à saúde dos empregados.

A Sabesp deu um salto qualitativo no cumprimento de uma de suas diretrizes empresariais: “Capital Humano como força competitiva”. A empresa empenhou-se em buscar uma gestão de pessoas que permite reestruturar a organização de acordo com suas necessidades, capacitando-a para os novos desafios, além de premiar desempenhos. Como principais projetos de gestão de pessoas, destacam-se, em 2012, a implantação do novo Plano de Cargos e Salários (PCS), o sistema de Avaliação de Competências e Desempenho, o Programa de Excelência Gerencial, além da reposição automática de funcionários. Para a empresa manter-se competitiva e conseguir reter seus talentos, buscou-se premiar o desenvolvimento profissional, instituindo a meritocracia, sendo que os salários foram adequados aos do mercado, com acréscimo nas remunerações no início e no final das carreiras. Houve aporte nos recursos orçamentários destinados à promoção, o que permite contemplar maior número de empregados.

A Sabesp também implantou um novo Sistema de Avaliação de Competências e Desempenho desenvolvido para que os gerentes tenham um diagnóstico de suas unidades, que permita avaliar o desempenho e as competências dos empregados e traçar compromissos de desenvolvimento. A companhia passou a contar, ainda, com a contratação imediata de candidatos aprovados em concurso público para vagas existentes.

Alavancamos o desenvolvimento de nossas lideranças com a implantação do Programa de Excelência Gerencial, contemplando atividades de desenvolvimento articuladas pelo fio condutor da gestão orientada a resultados: curso presencial com grade curricular voltada aos diversos segmentos da gestão empresarial, palestras com profissionais renomados, avaliação de perfil gerencial e coaching. Ao longo do ano atingimos 240 líderes das cinco diretorias. Nos próximos dois anos o programa será extensivo a todos funcionários em cargo de liderança.

A percepção do Gestão de Clima Organizacional foi avaliada por 14.185 empregados, no próprio processo de avaliação de competências e desempenho, os quais deram notas de zero a cinco para os seguintes aspectos: ambiente de trabalho – 4,27; comunicação – 3,99; condição de trabalho – 3,91; aspectos institucionais – 3,99; atividades – 3,92 e reconhecimento / valorização – 3,27.

Além desta percepção do Clima em 2013 será realizada uma pesquisa censitária mais abrangente, com o firme propósito de sermos reconhecidos num futuro próximo como uma das melhores empresas para trabalhar.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sabesp incentiva e apoia seus empregados a participar de entidades e associações, como forma do pleno exercício de direito, além de auxiliar no desenvolvimento individual e na melhoria do clima organizacional. A totalidade de nossos colaboradores tem liberdade de associação, possui representação sindical e é abrangida por acordos de negociação coletiva. A empresa conduz os processos de negociação com responsabilidade e transparência, e valoriza o diálogo saudável com as entidades sindicais. Reúne-se também, em qualquer tempo, para discussão de propostas razoáveis que visam atender expectativas dos empregados e manter o bom clima organizacional, respeitados o limite de sua capacidade financeira e as diretrizes governamentais. Durante o ano de 2012, não foram verificadas situações nas quais este direito de liberdade de associação e negociação tenha sofrido risco.

A Sabesp negocia anualmente com as cinco principais entidades sindicais que representam a maioria (90%) de seus empregados: Sintaema, Sintius, Seesp, Sasp e Sintec. Vale ressaltar que 80% dos nossos colaboradores são espontaneamente associados a umas delas. O processo de negociação coletiva de 2012/2013 ocorreu em maio e envolveu as principais entidades sindicais. Resultou em reajuste de 6,17% nos salários e benefícios, e no estabelecimento de Programa de Participação nos Resultados (PPR). Cabe registrar que, conforme ajustado com os sindicatos na negociação coletiva de 2011, em 26/04/12 ocorreu o pagamento final do PPR 2011 vinculado ao cumprimento de metas. O montante distribuído foi de R\$ 53 milhões, contemplando 100% dos empregados.

Em 2012 foi realizada a avaliação regular de desempenho e competências de 11.348 empregados do sexo masculino e 2.837 do sexo feminino. Outros 834 não foram avaliados pelos seguintes motivos: aposentadoria por invalidez, admitidos há menos de 3 meses, ou estarem à disposição de outros órgãos. Foram realizadas 1.873 movimentações de pessoal, envolvendo promoções, transferências, designação e destituição de função de colaboradores.

A Sabesp cumpre a legislação brasileira que resguarda os empregados para que não ocorram mudanças que afetem suas condições de trabalho. Na eventualidade de alterações de processos que impactem a relação trabalhista, a companhia discute previamente com os representantes dos empregados.

Temos presente que a sustentabilidade do nosso negócio depende dos que irão ocupar posições de liderança na empresa no médio e longo prazo. Isso é ainda mais fundamental quando se sabe que 35% dos nossos gerentes estarão aptos a se aposentar nos próximos cinco anos. Neste sentido, em 2012 formamos 39 profissionais, no Programa de Preparação para Sucessão e Carreira. Iniciamos, ainda, a formação de mais 45 pessoas que apresentam competências essenciais e potenciais para serem líderes na Sabesp. O processo de desenvolvimento compreende MBA, coaching, avaliação, cursos de idiomas e de aperfeiçoamento nacional e internacional, em questões prioritárias do negócio.

A Sabesp é uma das pioneiras em educação corporativa no Brasil com sua Universidade Empresarial, implantada em 2001 para capacitar lideranças e colaboradores de todos os níveis. Os investimentos da universidade em capacitação são da ordem de R\$ 12,8 milhões e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

privilegiam cursos voltados, principalmente, à sustentabilidade, liderança, governança corporativa, meio ambiente, responsabilidade social, qualidade, saúde e segurança.

Em 2012, houve forte investimento nas atividades de capacitação em higiene, segurança e medicina do trabalho, incluindo aspectos de direitos humanos. Foram contabilizadas 25 mil horas em capacitação em responsabilidade social, com a participação de mais de 4 mil empregados. Além disso, os programas de segurança e medicina do trabalho, que também contêm tema relacionado a direitos humanos, contemplam 42 mil participações totalizando 134 mil horas. A companhia também direcionou esforços para o aumento da qualificação de seu corpo profissional, subsidiando cursos de pós-graduação, MBA, técnico-profissionalizantes e de idiomas, por meio de parcerias com instituições renomadas do mercado. Além disso, convênios com mais de 135 instituições de ensino propiciam descontos de até 40% a empregados e seus dependentes legais em cursos de graduação, pós-graduação, ensino médio, fundamental, técnico, educação infantil, idiomas, supletivo e alfabetização.

O objetivo da gestão da saúde e segurança do trabalho da companhia é garantir ações que promovam o desenvolvimento da cultura de prevenção na empresa e a melhoria das condições de trabalho, agregando qualidade de vida aos empregados e prestadores de serviço.

O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho da Sabesp é certificado pela norma OHSAS 18001, abrangendo 72 estabelecimentos no escopo de serviços e obras com escavação e em espaços confinados executados em vias públicas, sendo recertificado em 2012 pela *Bureau Veritas Certification*.

Do total de funcionários, 25% trabalham em comitês formais de segurança e saúde e se envolvem em atividades como: sistematização, monitoramento e programas específicos. Destacam-se, em particular, o empenho e o comprometimento dos 4 mil cipeiros, brigadistas e profissionais dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

Os programas desenvolvidos com vistas à saúde e à segurança do trabalho obtiveram gradativa redução na frequência e na gravidade dos acidentes. Os mais frequentes ocorrem no trânsito (28%), quedas (24%) e batidas contra objetos em movimento ou fixo (18%). O comportamento humano (68%) é o principal fator de ocorrência dos acidentes por excesso de confiança e o não atendimento dos procedimentos de segurança. Neste ano realizamos investimento de cerca de R\$ 12 milhões em prevenção de acidentes. Destacamos os programas: CIPA em Ação (identificação de 1.047 condições inseguras com 75% concluídas); Campanha Segurança Nota 10 (3.904 inspeções realizadas); Capacitação de Saúde e Segurança do Trabalho (40.000 participações) e Minuto da Prevenção (2.460 eventos com 39.338 participações); Campanha Você no Trânsito: Prevenção de acidente com Motociclistas; Controle Médico de Saúde Ocupacional (11.645 exames médicos); Campanha de Imunização (11.343 empregados vacinados contra gripe).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gestão corporativa

O ano de 2012 foi importante para a Sabesp firmar-se no caminho da sustentabilidade empresarial. Buscamos aumentar a transparência e confiabilidade de nossa gestão interna. Para tanto, nos debruçamos na concepção do Sistema Integrado Empresarial Sabesp (SIES), para aumentar a confiabilidade dos processos e reduzir custos. O SIES reunirá numa mesma plataforma a área financeira, contábil, recursos humanos, jurídico, compras/licitações. Conhecido do *Enterprise Resourcing Planning* (ERP), o sistema integrado aumentará a eficiência da operação da companhia, permitindo agilizar a tomada de decisões.

A implantação do projeto SIES já foi iniciada e deve ser concluída em 40 meses. O processo se dará em duas etapas. Até o primeiro trimestre de 2014 está prevista a implantação dos macroprocessos administrativos e financeiros; e os comerciais até o fim do mesmo ano.

Relacionamento com fornecedores

A relação com nossos fornecedores se pauta pela ética, transparência e critérios sócio-ambientais, motivo pelo qual incentivamos as empresas com as quais mantemos relações comerciais a aderir a práticas de gestão e redução de emissões de gases de efeito estufa. No nosso portal de licitações eletrônicas, disponível em nosso sítio na internet, são amplamente divulgados os certames realizados pela companhia, garantindo aos fornecedores iguais condições de participação. Somos a primeira empresa pública a implantar um processo de compras eletrônicas no país. Além de reduzir custos, o sistema oferece a seus fornecedores e à população maior transparência, eficiência e agilidade. Ao longo do ano foram realizados 1.869 pregões eletrônicos, no valor de R\$ 1,6 bilhão, com economia de R\$ 296 milhões para os cofres da companhia.

A Sabesp promove a participação e a contratação de fornecedores locais em suas regiões de atuação. Nossas unidades de negócio têm orçamento próprio e autonomia para realizar contratações de forma descentralizada.

Como parte do atendimento à ampla legislação periférica sobre contratações, também é assegurado tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte e às sociedades cooperativas, incentivando também, desta forma, a participação e a contratação de fornecedores locais. Em 2012, esta participação – considerando apenas as contratações por dispensa de licitação por valor e por convite – chegou a 35%.

A Sabesp mantém a maior publicidade possível ao mercado acerca de seu planejamento de compras, com o objetivo de estimular a concorrência. Neste sentido, elaboramos o manual “Diretrizes Concorrenciais nas Compras Públicas”, disponível em nosso sítio (www.sabesp.com.br) no qual estabelecemos linhas gerais para ampliar o leque de fornecedores e promover maior competição. Em atendimento ao Decreto Estadual nº 53.336/08, a Sabesp também divulga seu Relatório de Contratações Públicas Sustentáveis, que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

lista nossas principais ações socioambientais e boas práticas aplicadas à nossa cadeia de suprimentos.

Nos editais e minutas de contrato também são fixados aspectos socioambientais, destacando-se condições de participação: Estão proibidas de participar dos processos licitatórios da Sabesp sociedades que se encontram interditas por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98; coibição ao trabalho de menores; declaração de não utilização de mão de obra análoga a trabalho forçado ou compulsório, em quaisquer de suas formas, em sua cadeia produtiva; para a execução de obras e serviços de engenharia, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, em conformidade com o Decreto Estadual nº 53.047/08; diretriz normativa para qualificação de fornecedores que tenham compromisso com o meio ambiente e seu entorno. Também cobra o cumprimento da legislação ambiental local por meio das licenças de instalação e operação emitidas pelos órgãos ambientais. Além disto, avalia os riscos toxicológicos dos produtos, de forma que se garanta segurança de uso tanto nas estações de tratamento de água, como para o consumidor final.

Relacionamento com investidores

Nossa área de Relações com Investidores atua com transparência para prestar esclarecimentos, dirimir dúvidas sobre questões relacionadas à companhia, além de fazer chegar na alta administração as demandas do mercado. Desta forma, democratizamos as informações para permitir que todos os interessados tenham condições de tomar decisões com o mesmo grau de conhecimento.

Ao longo de 2012 a companhia participou de 11 conferências e *roadshows* no Brasil e no exterior, além de dezenas de reuniões individuais em nossa sede na sede. O reflexo da qualidade desse relacionamento ficou evidenciado, por exemplo, na oferta das debêntures realizada em janeiro de 2013, quando a demanda para o papel alcançou aproximadamente quatro vezes o valor ofertado. A revisão tarifária que vem sendo desenvolvida pela Agência Reguladora foi um dos grandes motivadores das reuniões realizadas no ano.

Relacionamento com governos

Buscamos a excelência na dinâmica com os governos. Nossas interfaces com o setor público abrangem os três níveis federativos político-governamentais (União, Estados e Municípios), seus órgãos e entidades. Colaboramos nos processos de formulação e implantação de políticas públicas do setor e outras de relevante interesse social, direcionadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais, o saneamento básico apresente-se como fator determinante.

No âmbito federal participamos em 2012 da consulta pública objetivando proposta de Plano Nacional de Saneamento e, ainda, com entidades representativas do setor de saneamento procuramos reduzir a elevada carga tributária incidente sobre a prestação dos serviços de água e esgoto. Em 2012, a Sabesp pagou R\$ 1,34 bilhão a título de imposto de renda, Pasep, Cofins

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e CSLL, o que representa aproximadamente 53% dos investimentos realizados no ano. Na esfera estadual participamos de diversos programas e da definição de diretrizes para o setor de saneamento, no intuito de acelerar a consecução da meta de universalização dos serviços. Também destinamos recursos para ações suportadas pelo governo estadual, como as de apoio à cultura e ao esporte, baseadas em incentivos fiscais.

A interlocução com os municípios é intensa considerando-se a condição de nossos principais clientes. Procuramos conhecer e solucionar as demandas locais, participamos dos principais fóruns de discussão e apoiamos programas e iniciativas nas áreas de meio ambiente, saúde, turismo e cultura.

Relacionamento com a comunidade

A Sabesp busca apoiar atividades educacionais voltadas a clientes, fornecedores e comunidades. Temos nos destacado em treinamentos para o uso racional da água e educação ambiental. Em 2012, apoiamos técnica e financeiramente uma saudável competição idealizada pela Sagarana Comunicação. Funcionários e moradores de 15 prédios residenciais do bairro de Moema, na zona sul da cidade de São Paulo, participaram da “Disputa de Condomínio”, que teve como desafio economizar água. Durante dois meses – junho e julho – os esforços dos 15 condomínios participantes permitiram uma economia de água de 1.894.822 litros de água, equivalente a cerca de 190 caminhões pipa, de 10 mil litros cada. Venceu o condomínio Ponte di Rialto, que poupou 200 mil litros de água, reduzindo em 14% o consumo de água.

A Sabesp também atua nas comunidades em parceria com prefeituras locais. Programas voltados à população de baixa renda incluem trabalhos técnicos e sociais e têm como objetivo a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos, contemplando a participação comunitária e a educação ambiental, observadas as características da obra e do perfil do público beneficiado.

Vale destacar a metodologia denominada Governança Colaborativa, desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e empregada, por exemplo, em programas como o Córrego Limpo pela Diretoria Metropolitana. Nesta abordagem, projetos socioambientais são mantidos com a participação de todas as partes interessadas e os beneficiários são acompanhados e apoiados por visitas das equipes de responsabilidade social da companhia. Na RMSP, a Sabesp também desenvolve o Agente da Gente – Programa de Participação Comunitária, pelo qual estabelecemos um canal de comunicação eficaz entre nossos 40 técnicos comunitários e líderes comunitários locais. Juntos, eles trabalham para envolver os moradores, transformando-os em multiplicadores da conscientização ambiental.

A companhia busca, continuamente, meios de aproximar os profissionais de sua área operacional das comunidades atendidas. Uma das frentes tem sido realizar serviços por meio de mão de obra própria, modelo adotado pela Diretoria de Sistemas Regionais. Batizada de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

“Gente que Faz”, trata-se, também, de estratégia que visa valorizar o corpo de funcionários e agregar valor aos resultados da companhia.

A empresa está aberta e busca estabelecer novas ligações com partes interessadas em vários setores, mas adota critérios para focar tais parcerias, visando contribuir para o negócio e a missão da Sabesp. Assim, a avaliação para patrocínios, apoios institucionais e termos de cooperação é orientada pelos seguintes critérios: (i) privilegiar entidades/sedes/atuação na base operada; (ii) iniciativas vinculadas a água e sustentabilidade (exemplo: esportes aquáticos); (iii) não ser excludente e permitir ampla participação social; (iv) idoneidade, histórico de atividades e cumprimento da legislação aplicável para concessão de apoios por empresas estatais. Também são firmados contratos por meio de licitação com Oscips, ONGs e universidades para projetos ecossociais, observando o que estabelece a Lei nº 8.666/93.

Incentivo à cultura e ao esporte

A Sabesp tem se empenhado em oferecer incentivo fiscal para projetos socioculturais e esportivos, com ênfase no meio ambiente, alinhados aos princípios de responsabilidade social, ao incentivo à cultura e ao bem-estar da comunidade. Acreditamos que praticar responsabilidade socioambiental é respeitar a vida, nas suas mais variadas necessidades.

Uma de nossas ações é o “Sabesp para quem tem sede de cultura”, pelo qual a companhia incentiva projetos nas áreas de cinema, literatura, artes plásticas, música, dança, teatro, circo e preservação de patrimônios culturais. Em 2012, foram investidos R\$ 13,9 milhões dos quais R\$ 4,6 milhões fazem parte do Programa de Fomento ao Cinema Paulista, onde foram selecionados 15 filmes e documentários. Os filmes contemplados foram escolhidos pela Secretaria de Estado da Cultura e receberam recursos que a Sabesp disponibiliza por meio da lei do Audiovisual. Por exigência da Sabesp, a partir deste ano cada produção passou a disponibilizar uma cópia adaptada para pessoas com deficiência visual e auditiva, por meio de legendas e áudiodescrição, iniciativa da qual a companhia é pioneira.

Desde 2004, quando a companhia aderiu ao programa, 141 filmes já receberam patrocínio, o que permite a empresa ser reconhecida como a que mais investe em cinema no Estado de São Paulo e uma das três maiores incentivadoras do setor no país. Outra iniciativa é o projeto Escola no Cinema, destinado a incrementar o relacionamento com estudantes e professores: 20 mil estudantes já assistiram a sessões comentadas no Cine Sabesp, uma das últimas salas de cinema de rua da capital paulista e atualmente mantida pela empresa. Neste ano o programa atendeu a 5 mil crianças.

Consideramos importante ter contribuído para o lançamento do Guia Online de Acessibilidade Cultural, que traz informações sobre os equipamentos públicos culturais acessíveis na capital paulista. Elaborado pelo Instituto Mara Gabrilli em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura, o guia relaciona 186 estabelecimentos, entre teatros, museus, centros culturais, casas de espetáculos, bibliotecas e cinemas, entre eles o Cine Sabesp. Está disponível no link: <http://acessibilidadecultural.com.br>.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sabesp também incentivou projetos esportivos, destinando R\$ 2,8 milhões na forma de incentivos fiscais em 2012. Entre os beneficiários estão atletas da equipe de natação do Clube Pinheiros. Outros R\$ 3 milhões foram enviados pela companhia ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Condeca.

Lições que ensinamos e aprendemos

Em 2012, 8.604 pessoas participaram de palestras e programas, por meio dos quais a Sabesp busca parceiros para ajudá-la a fortalecer seu compromisso com o meio ambiente.

O Programa de Aprendizagem Educacional, por exemplo, é aberto a escolas, universidades, ONG's, empresas nacionais e internacionais, investidores, entre outros. Permite aos visitantes conhecer dois sistemas de tratamento de água. O Cantareira, um dos maiores sistemas produtores de água do mundo, composto por seis represas interligadas por 48 quilômetros de túneis, é responsável pelo fornecimento de água de quase 50% da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde se concentram cerca de 20 milhões de pessoas. O outro é o sistema Alto Cotia, responsável pelo abastecimento da parte oeste da RMSP.

Neste ano foram recebidas em nossas instalações 5.720 pessoas em 164 visitas, entre representantes de instituições internacionais como Franklin Templeton Inv-U.S., Explorador Capital, Mirae Asset Global Investments, CSHG, Credit Agricole/Amundi e J.P.Morgan. Além de mostrar como funciona a produção de água nesses sistemas, nossos técnicos abordam temas importantes como a escassez de água no planeta e a necessidade de usá-la racionalmente. Desde a sua criação, o Programa de Aprendizagem Educacional já recebeu mais de 900 mil pessoas.

A Sabesp também busca novos parceiros com o Projeto Empresa. Neste ano foram ministradas 38 palestras para 2.884 funcionários de empresas interessadas em saber mais sobre a atuação da Sabesp, como no caso de um grupo da Petrobrás. Os participantes conheceram nosso esforço diário para melhorar a qualidade de vida das pessoas e preservar o meio ambiente, além de importantes projetos como o da despoluição do rio Tietê e o Aquapolo Ambiental, destinado ao reúso de água.

Nos meses de janeiro e julho, 609 parentes de funcionários, com idades entre 7 e 14 anos, participaram do Programa "Um dia na Sabesp". As crianças conheceram como é feito o tratamento da água e do esgoto na empresa onde seus familiares trabalham. Eles também foram recebidos pela diretora-presidente, Dilma Pena, de quem ganharam uma ampulheta, com capacidade para medir cinco minutos, tempo suficiente para se tomar um banho sem desperdício de água.

As reações das crianças têm indicado que a companhia está no caminho certo ao abrir suas portas à sociedade, em busca de parceiros para conscientizar o maior número possível de pessoas sobre a importância do saneamento básico, da preservação dos nossos cursos d'água, além de mostrar de forma transparente a permanente busca da empresa por um serviço de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

excelência. Depois de participar de uma das visitas, Juan Silva Garcia, de 7 anos, entrou no carro do pai e foi logo contando uma lição que tinha aprendido sobre tratamento de água: “Você sabe que a água é tratada com sulfato de alumínio, cal e cloro?”

Ainda como parte da programação da visita de um dia à empresa, as crianças também foram ao Cine Sabesp para assistir “O Lorax: Em Busca da Trúfula Perdida”, sobre a importância da preservação da natureza. Assistir à animação gratuitamente não foi um privilégio concedido apenas aos parentes de funcionários. Em parceria com o Projeto Escola no Cinema, a Sabesp disponibilizou 5 mil ingressos para que alunos dos ensinos fundamental e médio, de escolas públicas e particulares, pudessem ter acesso à história inspirada no livro do escritor e cartunista norte-americano Dr. Seuss.

As ações da Sabesp também já despertaram o interesse em nossos visitantes em vir trabalhar na companhia. Foi o que aconteceu com a engenharia civil Ana Stela Barcelos Ferreira de Sá após visitara ETA Guaraú, uma das maiores estações de tratamento de água do mundo. “Quando conheci como é feito o tratamento da água, decidi que queria fazer parte do quadro de funcionários”, afirma Ana Stela. “A água é um recurso finito e temos que preservar”. Depois de prestar dois concursos públicos, a engenheira completou, em 2012, um ano de trabalho no Departamento de Licitações de Materiais e Equipamentos da Sabesp. É a responsável pela compra de insumos para o tratamento da água que a Sabesp distribui para seus 27,9 milhões de clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2012

Empresa: COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	10.737.631			9.927.445		
Resultado operacional (RO)	2.843.343			2.354.495		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.498.445			1.395.844		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	118.368	7,90%	1,10%	109.966	7,88%	1,11%
Encargos sociais compulsórios	144.082	9,62%	1,34%	133.908	9,59%	1,35%
Previdência privada	51.829	3,46%	0,48%	65.923	4,72%	0,66%
Saúde	124.614	8,32%	1,16%	108.243	7,75%	1,09%
Segurança e saúde no trabalho	10.983	0,73%	0,10%	10.254	0,73%	0,10%
Educação	997	0,07%	0,01%	688	0,05%	0,01%
Cultura	848	0,06%	0,01%	970	0,07%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	11.788	0,79%	0,11%	8.779	0,63%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	1.797	0,12%	0,02%	1.473	0,11%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	52.574	3,51%	0,49%	56.692	4,06%	0,57%
Outros	4.164	0,28%	0,04%	4.563	0,33%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	522.044	34,84%	4,86%	501.459	35,93%	5,05%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.700	0,09%	0,03%	0	0,00%	0,00%
Cultura	15.375	0,54%	0,14%	20.163	0,86%	0,20%
Saúde e saneamento	3.048	0,11%	0,03%	2.510	0,11%	0,03%
Esporte	4.713	0,17%	0,04%	5.943	0,25%	0,06%
Combate à fome e segurança alimentar	105	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	12.253	0,43%	0,11%	7.820	0,33%	0,08%
Total das contribuições para a sociedade	38.194	1,34%	0,36%	36.436	1,55%	0,37%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.701.446	59,84%	15,85%	1.466.228	62,27%	14,77%
Total - Indicadores sociais externos	1.739.640	61,18%	16,20%	1.502.664	63,82%	15,14%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	7.569	0,27%	0,07%	9.304	0,40%	0,09%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	20.147	0,71%	0,19%	21.122	0,90%	0,21%
Total dos investimentos em meio ambiente	27.716	0,98%	0,26%	30.426	1,29%	0,31%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	15.019			14.896		
Nº de admissões durante o período	915			723		
Nº de empregados(as) terceirizados(as) *	7.372			7.399		
Nº de estagiários(as)	888			1.424		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8.471			7.757		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.018			2.928		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,44%			19,09%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.227			2.137		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,49%			3,72%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais (inclui empregados e parceria AVAPE)	170			163		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012 Valor (Mil reais)			Metas 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,1			nd		
Número total de acidentes de trabalho	140			136		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(a s)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(a s)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(a s)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(a s)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(a s)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(a s)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa Ouv.42.174	no Procon CIP 1222	na Justiça JEC/Conc.343	na empresa Ouv. nd	no Procon CIP nd	na Justiça JEC/Conc.nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa Ouv.99,99%	no Procon CIP 88,2%	na Justiça JEC/Conc.75,5 %	na empresa Ouv. nd	no Procon CIP nd	na Justiça JEC/Conc. nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 6.133.683			Em 2011: 5.714.179		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	27,3% governo 31,3% acionistas 25,7% colaboradores(as) 5,7% terceiros 0,0 % retido			25,5 % governo 214 % acionistas 29,0% colaboradores(as) 24,1% terceiros 0,0 % retido		
7 - Outras Informações						
"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção". "Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."						
* O Nº de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada aos contratos de serviço, pois a Sabesp não contrata direto terceiros.						

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos.

A SABESP não está operando temporariamente em alguns municípios por força de decisão judicial, cujos processos encontram-se em andamento, são eles: Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, sendo o valor contábil do intangível desses municípios em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 16.516.

Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2012, 67 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2013 e 2034 vencerão 38 concessões. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2012, foram assinados 258 contratos de programa e metropolitano (em 31 de dezembro de 2011 – 225 contratos).

Em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil do intangível utilizado nos 67 municípios em negociação totaliza R\$ 5.874 milhões, que representam 26,71% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 2.122.759 milhões que representam 18,61% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 54,74% da receita bruta em 2012 (dezembro/2011 – 55,11%) e 43,51% do ativo intangível (dezembro/2011 – 45,63%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

Notas Explicativas

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2012 do município de Santos era de R\$ 328.693 (dezembro/2011 – R\$ 175.069) e sua receita bruta de R\$ 202.103 (dezembro/2011 – R\$ 196.831).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andrada, Sanequa Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas. Para efeito de classificação contábil, nas demonstrações financeiras, tais empresas são consideradas como “controladas em conjunto”, conforme critérios estabelecidos no CPC 19.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2013.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. No caso da Companhia, essas práticas contábeis sobre as demonstrações financeiras individuais diferem do International Financial Reporting Standards - IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas

Notas Explicativas

em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas na Nota 5.

2.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SABESP e de suas investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andrada, Águas de Castilho, Sanequa Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, cujo exercício social é coincidente com os das controladas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma os saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, aplicando o percentual de participação da Companhia em cada investida.

Embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo. Por isso as demonstrações financeiras foram proporcionalmente consolidadas.

As empresas consolidadas proporcionalmente foram as seguintes:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de

Notas Explicativas

esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, SABESP e Inima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a SABESP registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituíram a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.908, divididos em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituíram a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Aquapolo Ambiental S.A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituíram a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da empresa de R\$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 11.400.

A Attend encontra-se em fase pré-operacional com previsão de início das operações para setembro de 2013.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

2012						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	875	2.199	404	414	15.247	1.976
Ativo não Circulante	19.609	3.934	904	858	181.749	2.570
Passivo Circulante	822	4.777	868	272	32.304	167
Passivo não Circulante	13.902	555	77	15	157.047	-
Patrimônio Líquido	5.760	801	363	985	7.645	4.379

2011						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Ativo Circulante	2.658	360	133	561	12.424	5.003
Ativo não Circulante	14.447	1.300	423	164	180.717	223
Passivo Circulante	832	815	256	228	10.262	127
Passivo não Circulante	11.120	84	47	28	167.498	5.130
Patrimônio Líquido	5.153	761	253	469	15.381	(31)

Notas Explicativas

2012						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	9.364	4.611	1.336	2.931	3.249	-
Despesa operacional	(8.775)	(4.747)	(1.203)	(2.715)	(10.118)	(1.057)
Receitas financeiras líquidas	85	104	22	19	26	336
Lucro (prejuízo) no exercício	674	(32)	155	235	(6.843)	(721)

2011						
	SESAMM 36%	ÁGUAS DE ANDRADINA 30%	ÁGUAS DE CASTILHO 30%	SANEAQUA MAIRINQUE 30%	AQUAPOLO AMBIENTAL 49%	ATTEND AMBIENTAL 45%
Receita operacional	9.203	2.985	651	2.498	-	-
Despesa operacional	(10.494)	(2.954)	(568)	(2.730)	(1.438)	(992)
Receitas financeiras líquidas	115	31	5	44	-	60
Lucro (prejuízo) no exercício	(1.176)	62	88	(188)	(1.438)	(932)

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

3.2 Ativos financeiros**Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, indenizações a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Água – ANA, empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, juros sobre capital próprio a pagar, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP, e compromissos contratos de programa. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.3 Receita de vendas e serviços prestados

(a) Receita de vendas e serviços prestados

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação com custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Notas Explicativas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso corrente indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 12(a). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Notas Explicativas

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “outras receitas operacionais”.

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 “Receita de vendas e serviços prestados”.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 13. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

Notas Explicativas

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local.

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, gerais da Companhia como um todo, e no desempenho de cada unidade de negócio. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo das vendas e dos serviços prestados.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos civis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 16.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota desde 2008 o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e obrigatório à partir de 2010.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009, referente aos anos calendário de 2008 e 2009. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia adotou as prerrogativas definidas no RTT.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada em conjunto) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de

Notas Explicativas

preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência. Os impostos incidentes sobre os valores faturados à entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão, está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

A Companhia adota o método do “corredor” para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nas premissas atuariais e ajustes aos planos de pensão, dentro dos limites do “corredor”, na medida em que superarem 10% do valor justo dos ativos do plano ou 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos, são debitados ou creditados ao resultado sobre o período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Quanto maior a quantidade de assistidos no plano, menor o período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Para os planos que possuem substancialmente assistidos e pensionistas, a Companhia registra todos os ganhos e perdas atuariais excedentes aos limites do corredor imediatamente, ou seja, no primeiro dia do exercício subsequente após a apuração dos referidos ganhos ou perdas atuariais. As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo das vendas e dos serviços prestados, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos anteriormente. A parcela

Notas Explicativas

proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registrados no resultado do período em que são devidas.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento

Notas Explicativas

financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Notas Explicativas

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 21.

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados à ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, onde os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos em contra-partida do próprio ativo enquanto estiver em andamento.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012

Novas normas e revisões

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes (alterações à IAS 12)	Altera a IAS 12 – Impostos sobre a Renda para fornecer a premissa de que a recuperação do valor contábil de um ativo mensurado com base no modelo de valor justo da IAS 40 – Propriedade de Investimentos será, normalmente, realizada por meio da venda. Devido às alterações, a SIC 21 – Impostos sobre a Renda – Recuperação de Ativos Reavaliados e Não Sujeitos à Depreciação não seria aplicável às propriedades para investimentos contabilizadas ao valor justo. As alterações também incorporam à IAS 12 uma orientação remanescente anteriormente contida na SIC 21, que foi devidamente retirada.	1º de janeiro de 2012

Notas Explicativas

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ⁴
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas ²
IFRS 11	Negócios em Conjunto ²
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades ²
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo ²
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente ¹
Modificações à IFRS 7	Divulgação –Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros ²
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição ⁴
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição ²
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados ²
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas ²
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures ²
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ³
Modificações às IFRSs	Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície ²

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

4 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

As novas normas, alterações ou interpretações das normas que poderão ter efeito para a Companhia são as seguintes:

A IFRS 11 substitui a IAS 31 *Participações em Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores* será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A adoção da IFRS 11 resultará em alterações na contabilização dos investimentos mantidos pela Companhia na Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho,

Notas Explicativas

Saneaqua Mairinque S.A., Aquapolo Ambiental S.A. e Attend Ambiental S/A, entidades controladas em conjunto de acordo com o IAS 31, atualmente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11, estas entidades controladas em conjunto serão classificadas como *joint venture* e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que será apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como “investimento em joint venture” e “participação nos lucros (prejuízos) de joint venture”, respectivamente. Desta forma, os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e em 1º de janeiro de 2011 são demonstrados abaixo:

31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do IFRS 11	Após a aplicação do IFRS 11
Ativo			
Total do ativo circulante	3.336.865	(6.267)	3.330.598
Investimentos	-	20.826	20.826
Intangível	21.991.922	(24.396)	21.967.526
Imobilizado	383.383	(186.673)	196.710
Total do ativo não circulante	23.338.928	(202.834)	23.136.094
Total do Ativo	26.675.793	(209.101)	26.466.692
31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do IFRS 11	Após a aplicação do IFRS 11
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo circulante	3.797.370	(39.181)	3.758.189
Empréstimos e financiamentos	7.701.929	(169.268)	7.532.661
Total do passivo não circulante	11.162.846	(169.920)	11.992.926
Total do passivo	14.960.216	(209.101)	14.751.115
Total do patrimônio líquido	11.715.577	-	11.715.577
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.675.793	(209.101)	26.466.692

Notas Explicativas

	2012		
	Original	Efeitos do IFRS 11	Após a aplicação do IFRS 11
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	10.754.435	(16.804)	10.737.631
Lucro bruto	4.289.037	(1.357)	4.287.680
Equivalência patrimonial	-	(6.532)	(6.532)
Lucro operacional	2.845.260	(1.916)	2.843.344
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.543.904	3.768	2.547.672
Lucro líquido do exercício	1.911.900	-	1.911.900
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	8,39	-	8,39

IAS 19 Benefícios a Empregados

As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Além disso, as despesas com juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano utilizados na versão anterior da IAS 19 foram substituídos por um valor de "juros líquidos", calculado com base na taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Com base na avaliação preliminar da Administração, o impacto da adoção inicial da Companhia as alterações à IAS 19 no exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, seria uma redução do patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2013 no montante de R\$ 468.220 (aumento no patrimônio líquido de R\$ 34.370 em 1º de janeiro de 2012).

Esse efeito representa o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais por meio de outros resultados abrangentes.

Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 (maio de 2012)

As melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 – 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:

Notas Explicativas

- alterações à IAS 16 – Imobilizado e
- alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação.

Alterações à IAS 16

As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque. A Companhia não espera ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 32

As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro. A Companhia não espera ter impactos significativos nas demonstrações financeiras.

4.3 Gestão de Risco Financeiro

4.3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro para proteção contra tal risco, no

Notas Explicativas

entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.215,8 milhões em 31 de dezembro 2012 (dezembro/2011 – R\$ 3.053,4 milhões). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.136.274	2.321.976	1.113.236	2.088.208
Empréstimos e financiamentos – Iene	37.535.650	890.346	39.456.912	959.198
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		12.487		13.025
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		6.374		6.646
TOTAL		3.231.183		3.067.077

O quadro acima demonstra os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, ressaltando que o saldo se encontra bruto no que se refere às custas de captação que totalizam o valor de R\$ 15.422 em 31 de dezembro de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 13.656).

Em 31 de dezembro de 2012, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 323.118 (dezembro/2011 - R\$ 306.708), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	(Provável)	(+25%)	(+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2012 (Passiva) em US\$	1.136.274	1.136.274	1.136.274
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2012	2,0435	2,0435	2,0435
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,0900	2,6125	3,1350
Diferença entre as taxas	(0,0465)	(0,5690)	(1,0915)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(52.837)	(646.540)	(1.240.243)

Notas Explicativas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2012 (Passiva) em Iene	37.535.650	37.535.650	37.535.650
Taxa do Iene em 31 de dezembro de 2012	0,02372	0,02372	0,02372
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02443	0,03054	0,03664
Diferença entre as taxas	(0,00071)	(0,00682)	(0,01292)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(26.650)	(255.993)	(484.960)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(79.487)	(902.533)	(1.725.203)

(*) Para o cenário provável em US\$ foi considerado a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2012, conforme BM&FBovespa. Para a moeda Iene, foi utilizada a cotação média para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2012, conforme BM&FBovespa.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
UPR ⁽ⁱ⁾	2.019.924	2.350.919
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.799.830	1.815.000
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	845.913	881.861
IPCA ^(iv)	697.385	180.759
LIBOR ^(v)	1.243.058	1.123.662
Juros e encargos	95.475	108.053
Total	6.701.585	6.460.254

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
UPR ⁽ⁱ⁾	2.192.684	2.520.936
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.799.830	1.815.000
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	845.913	881.861
IPCA ^(iv)	697.385	180.759
LIBOR ^(v)	1.243.058	1.123.662
Juros e encargos	114.421	110.999
Total	6.893.291	6.633.217

(i) UPR - Unidade Padrão de Referência

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 67.015 (dezembro/2011 - R\$ 64.602) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável. E no consolidado o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido R\$ 68.932 (dezembro/2011 - R\$ 66.332) a mais ou a menos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber de clientes, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações na data do balanço. Notas 6, 7, 8, 9 e 10.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para

Notas Explicativas

assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	CONSOLIDADO						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.798.489	1.262.826	1.702.103	1.141.226	821.117	6.158.718	12.884.479
Empreiteiros e fornecedores	297.198	-	-	-	-	-	297.198
Serviços a pagar	389.091	-	-	-	-	-	389.091
Juros sobre capital próprio	414.355	-	-	-	-	-	414.355
Obrigações previdenciárias	229.406	235.667	242.192	249.770	257.442	1.880.988	3.095.465
Parceria Público-Privada - PPP	41.925	41.925	41.925	41.925	41.925	305.193	514.816
Compromissos Contrato de Programa	160.784	11.227	66.052	4.222	1.911	37.204	281.400
Outras Obrigações	170.691	167.742	-	-	-	-	338.433

	CONSOLIDADO						2017 em diante	Total
	2012	2013	2014	2015	2016			
Em 31 de dezembro de 2011								
Passivo								
Empréstimos e financiamentos	2.115.837	1.689.526	1.157.590	946.577	904.410	5.162.889		11.976.829
Empreiteiros e fornecedores	255.557	-	-	-	-	-		255.557
Serviços a pagar	383.116	-	-	-	-	-		383.116
Juros sobre capital próprio	247.486	-	-	-	-	-		247.486
Obrigações previdenciárias	207.900	212.705	218.855	225.186	232.853	1.837.626		2.935.125
Parceria Público-Privada - PPP	40.825	41.925	41.925	41.925	41.925	347.118		555.101
Compromissos Contrato de Programa	71.088	78.281	1.150	62.974	1.144	16.589		231.226
Outras Obrigações	188.451	195.276	-	-	-	-		383.727

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os

Notas Explicativas

contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2012.

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

31 de dezembro de 2012				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Ativo				
CDI	1.796.577	7,2500% (*)	9,0625%	10,8750%
Juros à incorrer		130.252	162.815	195.378
Passivo				
TR	2.019.924	0,2897% (*)	0,3621%	0,4346%
Juros à incorrer		(5.852)	(7.315)	(8.778)
TJLP	845.913	5,5000% (*)	6,8750%	8,2500%
Juros à incorrer		(46.525)	(58.157)	(69.788)
IPCA	697.385	5,4700% (*)	6,8375%	8,2050%
Juros à incorrer		(38.147)	(47.684)	(57.220)
CDI	1.799.830	7,2500% (*)	9,0625%	10,8750%
Juros à incorrer		(130.488)	(163.110)	(195.732)
LIBOR	1.243.058	0,3420% (**)	0,4275%	0,5130%
Juros à incorrer		(4.251)	(5.314)	(6.377)
Juros totais líquidos à incorrer		<u>(95.011)</u>	<u>(118.765)</u>	<u>(142.517)</u>

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 28/12/2012

(**) Fonte do índice: Bloomberg

(i) Refere-se ao cenário de juros à incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2012 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

Notas Explicativas

(e) Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
AAA(bra)	1.913.893	38.058	1.916.794	43.062
AA+(bra)	-	2.102.304	507	2.104.869
Outros (*)	2.081	1.717	3.877	2.058
	1.915.974	2.142.079	1.921.178	2.149.989

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de *rating* utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

Com relação aos ativos financeiros referentes a contas a receber de clientes, o risco de crédito da Companhia é minimizado uma vez que a base de clientes é pulverizada.

4.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da

Notas Explicativas

soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial da controladora, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	8.875.255	8.423.332
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.915.974)	(2.142.079)
Dívida líquida	6.959.281	6.281.253
Total do Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896
Capital total	18.674.858	16.827.149
Índice de alavancagem	37%	37%

	CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total de empréstimos e financiamentos	9.069.320	8.596.295
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.921.178)	(2.149.989)
Dívida líquida	7.148.142	6.446.306
Total do Patrimônio Líquido	11.715.577	10.545.896
Capital total	18.863.719	16.992.202
Índice de alavancagem	38%	38%

Em 31 de dezembro de 2012 o índice de alavancagem não sofreu variação em comparação com 31 de dezembro de 2011.

4.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.915.974	1.915.974	2.142.079	2.142.079
Caixa restrito	64.977	64.977	99.733	99.733
Contas a receber de clientes	1.374.632	1.374.632	1.405.728	1.405.728
Saldos com partes relacionadas	262.371	262.371	355.621	355.621
Agência Nacional de Água – ANA	108.099	108.099	100.551	100.551
Demais contas a receber	141.027	141.027	78.099	78.099
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.875.255	9.201.317	8.423.332	8.368.632
Empreiteiros e fornecedores	295.392	295.392	244.658	244.658

	CONSOLIDADO			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.921.178	1.921.178	2.149.989	2.149.989
Caixa restrito	64.977	64.977	99.733	99.733
Contas a receber de clientes	1.378.853	1.378.853	1.406.372	1.406.372
Saldos com partes relacionadas	262.371	262.371	355.621	355.621
Agência Nacional de Água – ANA	108.099	108.099	100.551	100.551
Demais contas a receber	134.219	134.219	95.325	95.325
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	9.069.320	9.418.918	8.596.295	8.500.515
Empreiteiros e fornecedores	297.198	297.198	255.557	255.557

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas a taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de dezembro de 2012 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Notas Explicativas

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012.
- (vi) Os contratos com a JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

- (a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite

Notas Explicativas

que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. O uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil desses ativos intangíveis e com um impacto relevante no resultado das operações.

(c) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 16.

(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na nota 17.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, e os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o

Notas Explicativas

CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	119.397	114.794
Equivalentes de caixa	1.796.577	2.027.285
	<u>1.915.974</u>	<u>2.142.079</u>
	CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	119.846	118.867
Equivalentes de caixa	1.801.332	2.031.122
	<u>1.921.178</u>	<u>2.149.989</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2012 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 101,01% do CDI (dezembro/2011 – 100,19%).

7 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 64.977 (dezembro/2011 – R\$ 99.733), sendo o montante de R\$ 54.742 referente a arrecadação proveniente da prestação de serviços à Prefeitura do Município de São Paulo, líquidos de impostos. Esses recursos devem ser reinvestidos no sistema de água e esgoto da cidade de São Paulo.

Notas Explicativas**8 Contas a receber de clientes****(a) Saldos patrimoniais**

	CONTROLADORA	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	949.800	885.203
Acordos (iii)	249.470	249.929
	1.199.270	1.135.132
Entidades governamentais:		
Municipais	610.779	578.463
Federais	3.150	2.517
Acordos (iii)	181.271	182.381
	795.200	763.361
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	578.314	513.218
Mauá	281.398	244.204
Mogi das Cruzes	15.202	14.864
Santo André	620.276	547.764
São Caetano do Sul	2.072	1.955
Diadema	180.465	164.337
Total por atacado – Prefeituras Municipais	1.677.727	1.486.342
Fornecimento a faturar	425.843	457.321
Subtotal	4.098.040	3.842.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.723.408)	(2.436.428)
Total	1.374.632	1.405.728
Circulante	1.038.945	1.072.015
Não circulante (v)	335.687	333.713
	1.374.632	1.405.728

O saldo consolidado totaliza o montante de R\$ 1.378.853 (dezembro/2011 – R\$ 1.406.372), sendo a diferença de R\$ 4.221 (dezembro/2011 – R\$ 644), em relação ao saldo da controladora, referente ao contas a receber, de curto prazo, das investidas, Águas de Andradina R\$ 457, Saneaqua Mairinque R\$ 200, Águas de Castilho R\$ 189, Sesamm R\$ 290 e Aquapolo R\$ 3.085.

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

Notas Explicativas

(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no ativo não circulante.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	1.486.342	1.343.445
Faturamento por serviços prestados	394.922	340.068
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(165.967)	(167.024)
Recebimentos – serviços de exercícios anteriores	<u>(37.570)</u>	<u>(30.147)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>1.677.727</u></u>	<u><u>1.486.342</u></u>
Circulante	33.924	26.485
Não circulante	1.643.803	1.459.857

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosos.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Valores a vencer	1.091.834	1.129.337
Vencidos:		
Até 30 dias	197.936	184.958
Entre 31 e 60 dias	97.426	79.720
Entre 61 e 90 dias	61.527	50.020
Entre 91 e 120 dias	50.729	39.686
Entre 121 e 180 dias	89.297	70.037
Entre 181 e 360 dias	139.788	137.039
Acima de 360 dias	<u>2.369.503</u>	<u>2.151.359</u>
Total vencidos	<u>3.006.206</u>	<u>2.712.819</u>
Total	<u><u>4.098.040</u></u>	<u><u>3.842.156</u></u>

Notas Explicativas**(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2012	2011
Saldo no início do exercício	2.436.428	2.219.420
De particular/entidades públicas	126.823	83.094
Recuperações	(49.183)	(35.415)
De fornecimento por atacado	209.340	169.329
Adições no exercício	286.980	217.008
Saldo no final do exercício	<u>2.723.408</u>	<u>2.436.428</u>
Circulante	1.242.967	1.132.638
Não circulante	1.480.441	1.303.790

Reconciliação provisão para perdas no resultado

	2012	2011
Perdas (baixa)	79.454	77.905
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	35.142	-
Provisão particular/entidades públicas	126.823	83.094
Reversão de fornecimento por atacado	-	(5.324)
Recuperações	<u>(49.183)</u>	<u>(35.415)</u>
Saldo	<u>192.236</u>	<u>120.260</u>

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

9 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo (controladora e consolidado)

Notas Explicativas

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	113.027	116.441
Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	-	41.360
Provisão para perdas (i)	(47.531)	(12.389)
Reembolso de complementação de aposentadoria e e pensão –acordo Gesp (ii) e (vi)	35.278	31.887
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal (ii) e (vi)	<u>8.499</u>	<u>8.034</u>
Total do circulante	<u><u>109.273</u></u>	<u><u>185.333</u></u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP (ii) e (vi)	<u>153.098</u>	<u>170.288</u>
Total do não circulante	<u>153.098</u>	<u>170.288</u>
Total de recebíveis do acionista	<u><u>262.371</u></u>	<u><u>355.621</u></u>
Prestação de serviços de água e esgoto	65.496	145.412
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	<u>196.875</u>	<u>210.209</u>
Total	262.371	355.621
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	228.214	153.368
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	228.890	216.933
Serviços de esgoto	202.094	188.059
Recebimentos de partes relacionadas	(481.204)	(425.129)
Receitas financeiras	161.552	271.847
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	104.426	89.505

Notas Explicativas

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$ 47.531 em 2012 e R\$ 12.389).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 (“Benefícios”) pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, 2.459 e 2.492 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia pagou R\$ 132.704 e R\$ 124.421, respectivamente. Havia 27 empregados ativos em 31 de dezembro de 2012 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 36 em 31 de dezembro de 2011.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, cujo

Notas Explicativas

argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber. Ver informações adicionais no item (vi) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 02 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R\$218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

Notas Explicativas

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 1.351.210 e R\$ 1.290.663, respectivamente, incluindo o valor de R\$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 1.547.161 e R\$ 1.512.078, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 17.

(b) Acordos para utilização de Reservatórios

Notas Explicativas

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, de propriedade de outra companhia controlada pelo Governo do Estado (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE), conforme outorgas conferidas pelo órgão competente para essa finalidade e em linha com a legislação em vigor.

A EMAE pretende o pagamento de crédito e compensação financeira pela utilização da água desses reservatórios, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Três ações foram ajuizadas, sendo duas cautelares para interrupção da prescrição e uma para instituição de compromisso arbitral, por força de uma cláusula compromissória existente no convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a antiga Light, no ano de 1958.

Entende a acionante que a divergência de entendimentos havida entre ela e a SABESP deveria ser resolvida no âmbito do Tribunal Arbitral, argumento rebatido pela SABESP que, por sua vez, defende não se vincular a um convênio o qual sua antecessora apenas participou como interveniente.

Foi determinada a instituição do compromisso arbitral em fevereiro de 2012, decisão esta sujeita a recurso. Não obstante, acaso o procedimento se inicie paralelamente, a SABESP se utilizará dos meios disponíveis junto aos Tribunais para defender sua tese. A administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2012, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP à outras entidades estaduais somaram R\$ 12.298 (dezembro/2011 - R\$ 10.888).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP.

Notas Explicativas

(f) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 958 e R\$ 12.062 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 969 relativo a terrenos cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica (dezembro/2011 – a R\$ 2.289).

(h) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 577.169 (dezembro/2011 – R\$ 538.619), conforme nota 18 (b).

(i) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Bônus:

Para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano.

Notas Explicativas

A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pago apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foi de R\$ 3.211 e R\$ 2.614 para os exercícios de 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, e referem-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 1.074, referente ao programa de bônus, foi registrado no exercício de 2012 (dezembro/2011 - R\$ 1.069).

(j) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto, e são consolidadas proporcionalmente conforme CPC 19.

Estas SPE's foram constituídas para a execução de projetos específicos, e após sua conclusão serão extintas.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A, Águas de Castilho S.A e Aquapolo Ambiental S.A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto à rede bancária.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012, foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Taxa de juros	Vencimento
Águas de Andradina	3.467	1.427	21	SELIC + 3,5% a.a.	17/07/2013
Águas de Castilho	675	403	6	SELIC + 3,5% a.a.	17/07/2013
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	519	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	<u>19.000</u>	<u>19.000</u>	<u>1.076</u>	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Totais	28.771	26.459	1.622		

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica “Demais Contas a Receber”, sendo R\$ 1.830 de principal e R\$ 27 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 24.629 de principal e R\$ 1.595 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de principal e juros destes

Notas Explicativas

contratos é de R\$ 28.081. No exercício de 2012, a receita financeira foi impactada em R\$ 1.672, referente a estes mútuos; sendo R\$ 1.622 referente aos contratos em vigor e R\$ 50 referente aos contratos liquidados em julho/2012.

10 Indenizações a Receber

(i) Diadema

Indenizações a receber é um ativo não circulante representando valores a receber do município de Diadema, como indenização pela retirada unilateral da concessão de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo importava em R\$ 60.295.

A Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto nos municípios de Diadema e Mauá para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R\$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 60.295 em 31 de dezembro de 2011. Em dezembro de 2012, foi registrada a provisão contábil correspondente ao valor total do crédito detido pela Companhia, no montante de R\$ 60.295.

A SABESP deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Foi proposta execução de acordo celebrado com a Prefeitura de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema – Saned para o pagamento da indenização, tendo sido apresentados embargos à execução pela Prefeitura de Diadema. Em julho de 2008, foi autorizada a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora online) em até 10% do valor atualizado do débito, tendo sido bloqueados e levantados R\$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou que a penhora fosse feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. A Saned interpôs recursos contra essa decisão, pendendo atualmente de julgamento agravo de instrumento dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Nos embargos à execução opostos pelo Município de Diadema foi proferida sentença, em outubro de 2009, reconhecendo a existência e exigibilidade do débito, e afirmando que a execução contra o Município deve ser feita mediante precatório. A SABESP e a Prefeitura recorreram dessa sentença. A SABESP obteve em setembro de 2011 decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afirmando ser constitucional a lei municipal que possibilitou o bloqueio dos repasses de ICMS feitos pelo Estado ao Município (em vez de pagamento apenas por precatório). Em julho de 2012 foi finalizado o julgamento dos recursos, tendo sido dado parcial provimento ao recurso da SABESP para determinar o prosseguimento da execução mediante o bloqueio dos repasses do produto do ICMS pelo Estado de São Paulo ao Município de Diadema.

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a SABESP um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da SABESP, visando à prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema, mediante solução amigável para os conflitos hoje existentes entre as empresas.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras,

Notas Explicativas

pelo prazo de três meses, para tentar viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública e sucessivamente renovada, tendo a última renovação ocorrido em março de 2012, em face das tratativas de acordo.

A SABESP retomou a execução em dezembro de 2012 mediante o bloqueio (penhora) do repasse de ICMS ao Município de Diadema. Após a expedição de ofício para o bloqueio, foi concedido efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pelo Município de Diadema contra o acórdão que autorizou o prosseguimento da execução mediante a penhora dos repasses.

Atualmente o bloqueio dos repasses encontra-se suspenso e aguarda-se o julgamento do agravo interposto pelo Município de Diadema contra a decisão que determinou que fosse expedido o ofício, bem como a análise do pedido de reconsideração apresentado pela SABESP em face da decisão que concedeu o efeito suspensivo ao recurso extraordinário.

De forma paralela, a SABESP continua as tratativas para celebrar o novo acordo com a atual administração do Município de Diadema.

Por outro lado, contra o acordo que lastreia a execução movida contra o Município de Diadema e a Saned pendente ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se aguarda desde 2004 o início de perícia de engenharia e contábil. Após o início das tratativas com Diadema, o Ministério Público requereu a extinção da ação civil pública, o que foi rejeitado e foi objeto de recurso por parte da SABESP.

(ii) Mauá

Com relação a Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R\$ 153,2 milhões como compensação pelos investimentos efetuados no município pela SABESP e pelos lucros cessantes. Essa sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão já transitada em julgado, e a SABESP já retomou a execução em outubro de 2012. Atualmente aguarda-se a citação da Prefeitura do Município de Mauá e da SAMA.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R\$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R\$ 85.918 em 31 de dezembro de 2010. As decisões judiciais têm sido favoráveis a Companhia e o recebimento dos valores devidos pelo município, deverão ocorrer na forma de precatórios, os quais serão reconhecidos quando do efetivo recebimento, tendo em vista as incertezas relacionadas a quitação dos montantes envolvidos e o histórico relacionado a priorização dos pagamentos dos precatórios do município de Mauá.

Em dezembro de 2012 e 2011, o valor de indenização referente ao município de Mauá encontra-se totalmente provisionado.

A Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

11 Intangível

(a) Saldos patrimoniais (*)

Notas Explicativas

	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.408.007	(1.511.813)	6.896.194	8.362.440	(1.630.618)	6.731.822
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.402.854	(292.918)	1.109.936	1.252.422	(247.434)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172	3.914.369	(1.169.810)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	627.989	(56.898)	571.091	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487	9.781.799	(591.226)	9.190.573
Novos negócios (vi)	-	-	-	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	55.615	(52.969)	2.646	52.743	(50.427)	2.316
Total	26.387.948	(4.420.422)	21.967.526	23.858.500	(3.732.779)	20.125.721

	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	8.432.421	(1.511.981)	6.920.440	8.378.432	(1.630.664)	6.747.768
Contratos de concessão – valor econômico (ii)	1.402.854	(292.918)	1.109.936	1.252.422	(247.434)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172	3.914.369	(1.169.810)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	627.989	(56.898)	571.091	473.327	(38.341)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487	9.781.799	(591.226)	9.190.573
Novos negócios (vi)	-	-	-	21.400	(4.923)	16.477
Licença de uso de software	55.784	(52.988)	2.796	52.755	(50.429)	2.326
Total	26.412.531	(4.420.609)	21.991.922	23.874.504	(3.732.827)	20.141.677

(b) Movimentação

	CONTROLADORA						
	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.731.822	976.205	(652.973)	(21.602)	(916)	(136.342)	6.896.194
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	150.963	-	-	(14)	(46.001)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	2.744.559	483.448	652.973	-	(3.095)	(58.713)	3.819.172
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	(18.557)	571.091

Notas Explicativas

CONTROLADORA							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	882.868	-	(49.486)	(5.977)	(449.491)	9.568.487
Novos negócios (vi)	16.477	-	-	(16.477)	-	-	-
Licença de uso de Software	2.316	2.872	-	-	-	(2.542)	2.646
Total	20.125.721	2.651.018	-	(87.565)	(10.002)	(711.646)	21.967.526

CONTROLADORA							
	31 de dezembro de 2010	Adições	Renovação contratos	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2011
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.328.773	1.114.665	(403.786)	(63.487)	(16.228)	(228.115)	6.731.822
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	982.973	2.166	-	57.718	(2.780)	(35.089)	1.004.988
Contratos de programa (iii)	2.134.377	225.510	403.786	(31)	(3.810)	(15.273)	2.744.559
Contratos de programa – compromissos (iv)	311.276	139.385	-	-	-	(15.675)	434.986
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	8.764.958	930.961	-	(36.234)	(32.383)	(436.729)	9.190.573
Novos negócios (vi)	11.228	9.271	-	-	-	(4.022)	16.477
Licença de uso de Software	7.937	3.285	-	-	-	(8.906)	2.316
Total	18.541.522	2.425.243	-	(42.034)	(55.201)	(743.809)	20.125.721

CONSOLIDADO							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2012
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	6.747.768	984.630	(652.973)	(21.602)	(916)	(136.467)	6.920.440
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	1.004.988	150.963	-	-	(14)	(46.001)	1.109.936
Contratos de programa (iii)	2.744.559	483.448	652.973	-	(3.095)	(58.713)	3.819.172
Contratos de programa – compromissos (iv)	434.986	154.662	-	-	-	(18.557)	571.091
Contrato de prestação de serviços – São Paulo (v)	9.190.573	882.868	-	(49.486)	(5.977)	(449.491)	9.568.487
Novos negócios (vi)	16.477	-	-	(16.477)	-	-	-
Licença de uso de Software	2.326	3.029	-	-	-	(2.559)	2.796
Total	20.141.677	2.659.600	-	(87.565)	(10.002)	(711.788)	21.991.922

Notas Explicativas

		CONSOLIDADO						
		31 de dezembro de 2010	Adições	Renovação contratos	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2011
Intangíveis decorrentes de:								
Contrato de concessão - valor patrimonial (i)		6.334.087	1.125.334	(403.786)	(63.487)	(16.228)	(228.152)	6.747.768
Contratos de concessão - valor econômico (ii)		982.973	2.166	-	57.718	(2.780)	(35.089)	1.004.988
Contratos de programa (iii)		2.134.377	225.510	403.786	(31)	(3.810)	(15.273)	2.744.559
Contratos de programa - compromissos (iv)		311.276	139.385	-	-	-	(15.675)	434.986
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)		8.764.958	930.961	-	(36.234)	(32.383)	(436.729)	9.190.573
Novos negócios (vi)		11.228	9.271	-	-	-	(4.022)	16.477
Licença de uso de Software		7.937	3.297	-	-	-	(8.908)	2.326
Total		18.546.836	2.435.924	-	(42.034)	(55.201)	(743.848)	20.141.677

(*) A Companhia procedeu a reclassificação entre linhas na nota explicativa do ativo intangível, não alterando os saldos iniciais ou finais, nem a movimentação das contas, uma vez que essa reclassificação não demanda a alteração das taxas de amortização, com o que também não representou nenhum ajuste no balanço, no resultado, na demonstração do fluxo de caixa ou patrimônio líquido.

Tal reclassificação, em benefício de uma informação mais precisa, refere-se aos itens pré-existentes às assinaturas dos contratos de programa e de prestação de serviço que, nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, estavam classificados na linha “Contrato de Concessão”. Os itens pré-existentes foram classificados como contratos de concessão antes da assinatura dos contratos de programa e de prestação de serviço.

O prazo de amortização dos itens pré-existentes transferidos do grupo “Contratos de Concessão – Valor Patrimonial” para os grupos “Contratos de Concessão – Valor Econômico”, “Contratos de Programa” e “Contratos de Serviços – São Paulo” são amortizados pelo prazo de vida útil, ou seja, possuem o mesmo critério de amortização, independentemente do grupo em que estão classificados.

Os efeitos líquidos destas reclassificações são os seguintes: em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados R\$ 4.341.877 de contratos de concessão para contrato de programa (R\$ 1.673.779), para contrato de prestação de serviços (R\$ 2.668.098). Em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados R\$ 3.938.089 de contratos de concessão para contrato de programa (R\$ 1.269.993) e para contrato de prestação de serviços (R\$ 2.668.096). Os totais dos saldos do ativo intangível tanto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não foram alterados.

(c) Serviços de construção

		CONSOLIDADO		
		2012		
		Água	Esgoto	Total
Receita de construção		1.054.851	1.419.761	2.474.612
Custo de construção		1.036.456	1.387.341	2.423.797

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO		
	2011		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.066.524	1.168.254	2.234.778
Custo de construção	1.044.122	1.142.198	2.186.320

(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Os contratos de concessão preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do período, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

Notas Explicativas

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 18.557 (dezembro/2011 – R\$ 15.675).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante (no montante de R\$ 148.220 e R\$ 62.287 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 87.407 e R\$ 130.978 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente).

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição

Notas Explicativas

contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa aproximadamente 55% da receita total da Companhia, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no exercício de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 10.002 (dezembro/2011 – R\$ 55.201) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis, bem como resultantes da conclusão do inventário físico.

(f) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2012, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 283.016 com um taxa média de 5,92% (dezembro/2011 – R\$ 261.886, com uma taxa média de 5,32%), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(g) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2012 e 2011 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção consolidada para o ano de 2012 e de 2011 foi de R\$ 50.815 e R\$ 48.458, respectivamente.

(h) Desapropriações

Notas Explicativas

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2012, o total referente às desapropriações foi de R\$ 34.731 (dezembro/2011 - R\$ 12.167).

(i) Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 14).

(j) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, era de R\$ 426.791 e R\$ 474.818, respectivamente.

(k) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5,1 bilhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 5,7 bilhões).

(l) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,0% em 2012 e 4,3% em 2011.

(m) Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos de “Propriedade para investimentos” são de R\$ 54.046 (dezembro/2011 – R\$ 52.585). Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado destas propriedades é de R\$ 295.538 (dezembro/2011 – R\$ 284.670).

12 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

Notas Explicativas

CONTROLADORA						
31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			
	Depreciação			Depreciação		
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Terrenos	88.328	-	88.328	109.303	-	109.303
Edificações	56.339	(30.778)	25.561	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	191.202	(121.569)	69.633	160.833	(100.616)	60.217
Equipamentos de transporte	13.882	(7.267)	6.615	21.023	(19.532)	1.491
Móveis e utensílios	16.203	(10.016)	6.187	27.690	(27.593)	97
Outros	1.109	(723)	386	2.758	(1.713)	1.045
	<u>367.063</u>	<u>(170.353)</u>	<u>196.710</u>	<u>361.181</u>	<u>(179.596)</u>	<u>181.585</u>

CONSOLIDADO						
31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011			
	Depreciação			Depreciação		
Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Terrenos	88.328	-	88.328	109.303	-	109.303
Edificações	233.048	(33.792)	199.256	39.574	(30.142)	9.432
Equipamentos	211.393	(131.480)	79.913	160.915	(100.626)	60.289
Equipamentos de transporte	17.119	(10.455)	6.664	21.071	(19.549)	1.522
Móveis e utensílios	16.567	(10.270)	6.297	27.810	(27.601)	209
Outros	1.448	(1.063)	385	2.758	(1.713)	1.045
Obras em andamento	2.540	-	2.540	174.668	-	174.668
	<u>570.443</u>	<u>(187.060)</u>	<u>383.383</u>	<u>536.099</u>	<u>(179.631)</u>	<u>356.468</u>

(b) Movimentação

CONTROLADORA						
	31 de dezembro de 2010	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2011
Terrenos	119.567	-	(10.264)	-	-	109.303
Edificações	12.031	-	(287)	(3)	(2.309)	9.432
Equipamentos	71.466	9.858	-	(1.333)	(19.774)	60.217
Equipamentos de transporte	1.661	1.002	-	(4)	(1.168)	1.491
Móveis e utensílios	453	961	-	(7)	(1.310)	97
Outros	1.206	174	-	-	(335)	1.045
	<u>206.384</u>	<u>11.995</u>	<u>(10.551)</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(24.896)</u>	<u>181.585</u>

Notas Explicativas**CONTROLADORA**

	31 de dezembro de 2011	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2012
Terrenos	109.303	-	(20.349)	(626)	-	88.328
Edificações	9.432	-	18.768	(873)	(1.766)	25.561
Equipamentos	60.217	11.829	16.825	(510)	(18.728)	69.633
Equipamentos de transporte	1.491	4.572	1.427	(7)	(868)	6.615
Móveis e utensílios	97	976	5.429	(41)	(274)	6.187
Outros	1.045	-	(498)	-	(161)	386
	<u>181.585</u>	<u>17.377</u>	<u>21.602</u>	<u>(2.057)</u>	<u>(21.797)</u>	<u>196.710</u>

CONSOLIDADO

	31 de dezembro de 2010	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2011
Terrenos	119.567	-	(10.264)	-	-	109.303
Edificações	12.031	-	(287)	(3)	(2.309)	9.432
Equipamentos	71.466	9.940	-	(1.333)	(19.784)	60.289
Equipamentos de transporte	1.661	1.050	-	(4)	(1.185)	1.522
Móveis e utensílios	453	1.081	-	(7)	(1.318)	209
Outros	1.206	174	-	-	(335)	1.045
Obras em andamento	43.222	131.446	-	-	-	174.668
	<u>249.606</u>	<u>143.691</u>	<u>(10.551)</u>	<u>(1.347)</u>	<u>(24.931)</u>	<u>356.468</u>

CONSOLIDADO

	31 de dezembro de 2011	Adições	Transferência	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2012
Terrenos	109.303	-	(20.349)	(626)	-	88.328
Edificações	9.432	2.743	190.896	(873)	(2.942)	199.256
Equipamentos	60.289	22.316	16.825	(510)	(19.007)	79.913
Equipamentos de transporte	1.522	4.605	1.427	(7)	(883)	6.664
Móveis e utensílios	209	983	5.429	(41)	(283)	6.297
Outros	1.045	-	(498)	-	(162)	385
Obras em andamento	174.668	-	(172.128)	-	-	2.540
	<u>356.468</u>	<u>30.647</u>	<u>21.602</u>	<u>(2.057)</u>	<u>(23.277)</u>	<u>383.383</u>

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

Notas Explicativas

A taxa média da depreciação foi de 9,8%, no ano de 2012 e 9,9% no ano de 2011.

(d) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2012, a parcela dos juros capitalizados equivalente a participação proporcional da Companhia nas controladas em conjunto totalizou R\$ 13.655.

13 Empréstimos e Financiamentos

Instituição financeira	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	380.631	100.306	480.937	348.695	479.548	828.243
Debêntures 10ª Emissão	36.459	252.166	288.625	2.008	283.293	285.301
Debêntures 11ª Emissão	472.500	535.949	1.008.449	202.500	1.005.748	1.208.248
Debêntures 12ª Emissão	-	499.511	499.511	-	499.613	499.613
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411
Debêntures 14ª Emissão	-	284.649	284.649	-	279.810	279.810
Debêntures 15ª Emissão	-	791.451	791.451	-	-	-
Debêntures 16ª Emissão	-	499.457	499.457	-	-	-
Caixa Econômica Federal	116.867	918.756	1.035.623	110.479	908.452	1.018.931
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4.154	-	4.154	37.554	3.491	41.045
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	97.855	114.164	16.309	114.165	130.474
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	8.447	80.244	88.691	6.428	67.489	73.917
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	-	6.500	6.500	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	13.000	13.000	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	216.026	235.256	14.270	235.383	249.653
Arrendamento Mercantil	-	215.774	215.774	-	49.609	49.609
Outros	763	2.923	3.686	1.155	3.503	4.658
Juros e Demais Encargos	89.567	-	89.567	100.998	-	100.998
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.144.927	4.514.567	5.659.494	1.439.807	3.930.104	5.369.911

Instituição financeira	CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank - BID US\$ 417.295 mil (dez/11 - US\$ 386.862 mil)	77.967	770.494	848.461	71.591	652.141	723.732
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD –US\$26.864 mil (dez/11 - US\$ 10.316 mil)	-	54.492	54.492	-	18.928	18.928
Euro Bônus - US\$ 140.000 mil (dez/11 –US\$ 140.000 mil)	-	285.655	285.655	-	262.067	262.067
Euro Bônus - US\$350.000 mil (dez/11 – US\$ 350.000 mil)	-	708.076	708.076	-	649.024	649.024
JICA 15– Iene 19.591.310 mil (dez/11 – Iene 20.743.740 mil)	27.335	437.371	464.706	28.015	476.266	504.281
JICA 18 – Iene 17.614.720 mil (dez/11 – Iene 18.650.880 mil)	24.578	392.894	417.472	25.189	427.843	453.032
JICA 17-Iene 324.213 mil (dez/11 – Iene 62.292 mil)	-	7.524	7.524	-	1.420	1.420
JICA 19-Iene 5.407 mil	-	1	1	-	-	-
BID 1983AB - US\$202.115 mil (dez/11 - US\$ 226.058 mil)	48.926	361.587	410.513	44.911	376.355	421.266
Juros e Demais Encargos	18.861	-	18.861	19.671	-	19.671
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	197.667	3.018.094	3.215.761	189.377	2.864.044	3.053.421
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.342.594	7.532.661	8.875.255	1.629.184	6.794.148	8.423.332

Cotação de 31 de dezembro de 2012 US\$2,0435; Iene 0,023720 (em 31 de dezembro de 2011 US\$ 1,8758; Iene 0,024310)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Instituição financeira	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	380.631	100.306	480.937	348.695	479.548	828.243
Debêntures 10ª Emissão	36.459	252.166	288.625	2.008	283.293	285.301
Debêntures 11ª Emissão	472.500	535.949	1.008.449	202.500	1.005.748	1.208.248
Debêntures 12ª Emissão	-	499.511	499.511	-	499.613	499.613
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	599.411	-	599.411
Debêntures 14ª Emissão	-	284.649	284.649	-	279.810	279.810
Debêntures 15ª Emissão	-	791.451	791.451	-	-	-
Debêntures 16ª Emissão	-	499.457	499.457	-	-	-
Debêntures 1ª Emissão – Aquapolo	847	157.020	157.867	-	160.099	160.099
Caixa Econômica Federal	117.217	931.004	1.048.221	110.646	917.574	1.028.220
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	4.154	-	4.154	37.554	3.491	41.045
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	97.855	114.164	16.309	114.165	130.474
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	8.447	80.244	88.691	6.428	67.489	73.917
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	-	6.500	6.500	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	13.000	13.000	-	-	-
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	216.026	235.256	14.270	235.383	249.653
Arrendamento mercantil	-	215.774	215.774	-	49.609	49.609
Outros	5.416	2.923	8.339	1.784	3.503	5.287
Juros e Demais Encargos	108.514	-	108.514	101.028	2.916	103.944
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.169.724	4.683.835	5.853.559	1.440.633	4.102.241	5.542.874

Instituição financeira	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank - BID US\$ 417.295 mil (dez/11 - US\$ 386.862 mil)	77.967	770.494	848.461	71.591	652.141	723.732
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD –US\$26.864 mil(dez/11 - US\$ 10.316 mil)	-	54.492	54.492	-	18.928	18.928
Euro Bônus - US\$ 140.000 mil (dez/11 –US\$ 140.000 mil)	-	285.655	285.655	-	262.067	262.067
Euro Bônus - US\$350.000 mil (dez/11 – US\$ 350.000 mil)	-	708.076	708.076	-	649.024	649.024
JICA 15– Iene 19.591.310 mil (dez/11 – Iene 20.743.740 mil)	27.335	437.371	464.706	28.015	476.266	504.281
JICA 18 – Iene 17.614.720 mil (dez/11 – Iene 18.650.880 mil)	24.578	392.894	417.472	25.189	427.843	453.032
JICA 17-Iene 324.213 mil (dez/11 – Iene 62.292 mil)	-	7.524	7.524	-	1.420	1.420
JICA 19-Iene 5.407 mil	-	1	1	-	-	-
BID 1983AB - US\$202.115 mil (dez/11 - US\$ 226.058 mil)	48.926	361.587	410.513	44.911	376.355	421.266
Juros e Demais Encargos	18.861	-	18.861	19.671	-	19.671
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	197.667	3.018.094	3.215.761	189.377	2.864.044	3.053.421
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.367.391	7.701.929	9.069.320	1.630.010	6.966.285	8.596.295

Cotação de 31 de dezembro de 2012 US\$2,0435; Iene 0,023720 (31 de dezembro de 2011 US\$ 1,8758 ; Iene 0,024310)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA NACIONAL				
Banco do Brasil	GOV.EST.S.PAULO E REC.PRÓPRIOS	2014	8,50%	UPR
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 11ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 1ª Emissão – Aquapolo	RECURSOS PRÓPRIOS	2029	TR + 8,75%	
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2011/32	6,8% (ponderado)	UPR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	RECURSOS PRÓPRIOS	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2011/2018/ 2025	TJLP + 6% / 12%	UPR
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank - BID US\$ 417.295 mil	GOVERNO FEDERAL	2017 à 2035	0,99% a 3,00%	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$ 26.864 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,82%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 19.591.310 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 17.614.720 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 324.213 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 5.407 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 202.115 mil	-	2023	2,49% a 2,99%	US\$

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis

	CONTROLADORA							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 até 2036	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil	380.631	100.306	-	-	-	-	-	480.937
Debêntures	508.959	349.265	977.720	212.313	214.296	370.787	738.802	3.372.142
Caixa Econômica Federal	116.867	78.583	56.989	56.394	59.016	62.392	605.382	1.035.623
BNDES	4.154	-	-	-	-	-	-	4.154
BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.310	114.164
BNDES PAC	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	38.009	88.691
BNDES PAC II 9751	-	813	1.083	1.083	1.083	1.083	1.355	6.500
BNDES PAC II 9752	-	-	813	1.083	1.083	1.083	8.938	13.000
BNDES ONDA LIMPA	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	119.876	235.256
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	215.774	215.774
Outros	763	497	560	631	711	524	-	3.686
Juros e Demais Encargos	89.567	-	-	-	-	-	-	89.567
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	1.144.927	573.450	1.081.151	315.490	320.175	479.855	1.744.446	5.659.494
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	77.967	77.967	77.967	77.967	88.109	36.822	411.662	848.461
BIRD	-	-	-	-	-	-	54.492	54.492
Euro Bônus	-	-	-	285.655	-	-	708.076	993.731
JICA	51.913	51.913	51.913	51.913	52.121	52.329	577.601	889.703
BID 1983AB	48.926	48.926	48.926	48.926	48.926	48.496	117.387	410.513
Juros e Demais Encargos	18.861	-	-	-	-	-	-	18.861
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	197.667	178.806	178.806	464.461	189.156	137.647	1.869.218	3.215.761
Total Geral	1.342.594	752.256	1.259.957	779.951	509.331	617.502	3.613.664	8.875.255

	CONSOLIDADO							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 até 2036	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil	380.631	100.306	-	-	-	-	-	480.937
Debêntures	509.806	359.430	987.885	222.478	224.461	380.952	844.997	3.530.009
Caixa Econômica Federal	117.217	79.283	57.689	57.094	59.715	63.091	614.132	1.048.221
BNDES	4.154	-	-	-	-	-	-	4.154
BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.310	114.164
BNDES PAC	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	38.009	88.691
BNDES PAC II 9751	-	813	1.083	1.083	1.083	1.083	1.355	6.500
BNDES PAC II 9752	-	-	813	1.083	1.083	1.083	8.938	13.000
BNDES ONDA LIMPA	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	119.876	235.256
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	215.774	215.774
Outros	5.416	497	560	631	711	524	-	8.339
Juros e Demais Encargos	108.514	-	-	-	-	-	-	108.514
TOTAL EM MOEDA NCAIONAL	1.169.724	584.315	1.092.016	326.355	331.039	490.719	1.859.391	5.853.559
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	77.967	77.967	77.967	77.967	88.109	36.822	411.662	848.461
BIRD	-	-	-	-	-	-	54.492	54.492
Euro Bônus	-	-	-	285.655	-	-	708.076	993.731
JICA	51.913	51.913	51.913	51.913	52.121	52.329	577.601	889.703
BID 1983AB	48.926	48.926	48.926	48.926	48.926	48.496	117.387	410.513
Juros e Demais Encargos	18.861	-	-	-	-	-	-	18.861
Em moeda estrangeira	197.667	178.806	178.806	464.461	189.156	137.647	1.869.218	3.215.761
Total Geral	1.367.391	763.121	1.270.822	790.816	520.195	628.366	3.728.609	9.069.320

Notas Explicativas

(a) Banco do Brasil

Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a Caixa Econômica Federal, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 8,5% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

(b) Debêntures

(i) 10^a emissão de Debêntures

Em 15 de novembro de 2009 a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 2.753, perfazendo um total de R\$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de dezembro de 2009, para todas as séries.

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de dezembro de 2012)	Novembro de 2020
2ª Série	30	IPCA	9,53% a.a.	Anual	Anual (a partir de dezembro de 2013)	Dezembro de 2020
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de dezembro de 2012)	Novembro de 2020

Os recursos financeiros captados nesta emissão destinam-se a investimentos em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiaí e Programa de Redução de Perdas.

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à 1ª série foram de R\$ 5.844 e R\$ 6.016, referentes à 2ª série foram de R\$ 9.273 e R\$ 8.862 e referentes à 3ª série foram de R\$ 8.767 e R\$ 9.025, respectivamente.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizado sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Ebitda / Receita operacional líquida deve ser igual ou superior a 38%.

Notas Explicativas

- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida bancária líquida / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na escritura, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(ii) 11ª emissão de Debêntures

Em 01 de março de 2010 a Companhia realizou a 11ª emissão de debêntures e em 30 de abril de 2010 e 03 de maio de 2010 ocorreu a liquidação financeira da 1ª e 2ª séries, respectivamente, através de Oferta Pública, os recursos obtidos serão destinados para resgatar antecipadamente as noventa notas promissórias comerciais emitidas em 01 de dezembro de 2009, cujas características são:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	810.000	-	DI+ 1,95% a.a.	Semestral (setembro e março)	Anual (a partir de março de 2013)	Março de 2015
2ª Série	405.000	-	DI + 1,40% a.a.	Semestral (setembro e março)	Anual (a partir de março de 2012)	Março de 2013

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à 1ª série foram de R\$ 82.540 e R\$ 107.081 e referentes à 2ª série foram de R\$ 24.467 e R\$ 52.369, respectivamente.

A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, a partir do 24º mês, inclusive, após a data de emissão, e ao final de cada período de capitalização, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da 1ª série. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série. No caso da emissora optar pelo resgate antecipado a partir do 24º mês, haverá um prêmio ao debenturista de 1,00% a.a., a partir do 30º mês, o prêmio será de 0,90% a.a. e a partir do 36º mês o prêmio será de 0,86% a.a..

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- . Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

Notas Explicativas

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(iii) 12^a emissão de Debêntures

Em junho de 2010 a SABESP emitiu R\$ 500 milhões em debêntures para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), em uma operação com a Carteira de Saneamento do Fundo. Os recursos custearão obras de programas estruturantes da SABESP, essenciais para atingir a meta de universalizar os serviços de saneamento no Estado de São Paulo. Esses recursos foram utilizados até 2011. Entre os programas que receberão a verba estão o Vida Nova (Mananciais), Programa Metropolitano de Água, Programa Metropolitano de Esgoto, Programas de Água e Esgotos do Interior e Litoral.

Entre as exigências da Carteira de Saneamento para aprovação da operação está a destinação de 60% dos investimentos vinculados à operação em áreas carentes.

Essa operação ocorreu em 22 de setembro de 2010, com a emissão e integralização da 12^a emissão de debêntures, através de Oferta Pública de Esforço Restrito, conforme Instrução CVM nº 476, debêntures simples, não conversíveis em ações, cujas características são:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série Única	500.000	TR	9,5% a.a.	Mensal (a partir de julho/10)	Mensal (a partir de Julho/14)	Junho/2025

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à série única foram de R\$ 46.849 e R\$ 51.434, respectivamente.

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, mediante prévia e expressa anuência, por escrito, dos respectivos debenturistas. As debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais debêntures em circulação.

Os prêmios de reembolso a que farão jus os debenturistas por ocasião do resgate antecipado facultativo incidirão sobre o valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração e da atualização, se houver, e serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio (\%)} = \frac{P \times DD}{TDC}, \text{ sendo}$$

P = 2% (dois por cento); DD = número de dias corridos, contados a partir da data do resgate antecipado facultativo até a data de vencimento; e TDC = número total de dias corridos desde o primeiro dia do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da data de emissão até a data de vencimento.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

Notas Explicativas

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas financeiras igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(iv) 13ª emissão de Debêntures

Em 17 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou o resgate total da 13ª emissão de debêntures no montante de R\$ 633.343.

(v) 14ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 2.753,70, perfazendo um total de R\$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de abril de 2011, para todas as séries.

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até fevereiro/2014 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de março de 2014)	Fevereiro de 2022
2ª Série	30	IPCA	9,19% a.a.	Anual	Anual (a partir de março 2015)	Março de 2022
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até fevereiro/2014 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de março de 2014)	Fevereiro de 2022

Os recursos decorrentes desta emissão destinam-se a investimentos da Companhia em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte,

Notas Explicativas

Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiaí e Programa de Redução de Perdas.

As despesas de juros em 2012 e 2011 referentes à 1ª série foram de R\$ 5.848 e R\$ 5.254, da 2ª série de R\$ 8.371 e R\$ 6.916 e da 3ª série R\$ 8.772 e R\$ 7.881, respectivamente.

A amortização antecipada, parcial ou total, das debêntures subscritas, quando autorizado pelo BNDES e/ou pela BNDESPAR, deverá ser realizado sempre em conjunto, respeitada a proporcionalidade existente entre os saldos devedores das Debêntures da 1ª Série, das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, da totalidade das emissões. O contrato não contempla prêmio pela antecipação.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Ebitda / Receita operacional líquida deve ser igual ou superior a 38%.
- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida bancária líquida / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na escritura, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(vi) 15ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 771.080, quantidade 77.108, em duas séries, valor unitário R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	28.733	-	DI+ 0,99% a.a.	Semestral (fevereiro e agosto)	Anual (a partir de fevereiro de 2015)	Fevereiro de 2017
2ª Série	48.375	IPCA	6,20%	Anual (fevereiro)	Anual (a partir de fevereiro de 2018)	Fevereiro de 2019

Os recursos provenientes da captação por meio da 15ª Emissão das Debêntures foram destinados à liquidação de compromissos financeiros vencidos até 31 de dezembro de 2012.

As despesas de juros em 2012 referentes à 1ª série foram de R\$ 22.336 e da 2ª série de R\$ 27.060.

O resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 1ª Série poderá ocorrer a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da data de emissão, inclusive, e semestralmente, no primeiro dia útil após o término de cada período de capitalização das Debêntures da 1ª Série, até a data de vencimento da 1ª Série. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série.

Prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o saldo do valor nominal das debêntures da 1ª Série, conforme a fórmula:

Notas Explicativas

Prêmio = $\frac{P \times (DU)}{252} \times PU$, sendo,

P= 0,30%; DU= número de dias úteis contados a partir da data do resgate até a data de vencimento da debênture; e PU= valor nominal unitário das Debêntures de 1ª Série, calculado pro rata temporis, desde a última data de pagamento da remuneração da 1ª Série ou desde a data de emissão, o que ocorrer por último, até a data do resgate antecipado.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívida da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões, implicará em vencimento antecipado deste contrato, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão.

(vii) 16ª emissão de Debêntures

Em 12 de novembro de 2012, a Companhia realizou a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em Série Única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 500.000, quantidade 50.000, em série única, valor unitário R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série Única	50.000	-	DI+ 0,30% a 0,70% a.a.	Semestral (maio e novembro)	Parcela única (em novembro de 2015)	Novembro de 2015

Os recursos provenientes da captação por meio da 16ª Emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente à liquidação de compromissos financeiros da Emissora em 2012/2013.

As despesas de juros em 2012 referentes à série única foram de R\$ 4.504.

O resgate antecipado facultativo das Debêntures poderá ocorrer a qualquer momento, com relação ao total das Debêntures em Circulação, a partir da disponibilidade dos recursos obtidos pela Emissão (“Resgate Antecipado Total”), sem qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
- Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

Notas Explicativas

A falta de cumprimento dos indicadores, pela Emissora, levará ao vencimento antecipado do contrato, quando verificada por, no mínimo, dois trimestres consecutivos ou, ainda, por dois trimestres não consecutivos dentro do período de doze meses.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 90 milhões, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado.

(viii) 1ª emissão de Debêntures - Aquapolo

Em agosto de 2011 a controlada em conjunto Aquapolo realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, simples, nominativas, escriturais, no valor de R\$ 326.732, quantidade 326.732, em série única, valor unitário R\$ 1, cujas características são:

	<u>Número</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série Única	326.732	-	TR + 8,75% a.a.	Mensal (a partir de dezembro/2013)	Mensal (a partir de dezembro/2013)	Agosto/2029

Os recursos provenientes da captação por meio da 1ª emissão de debêntures serão destinados totalmente às obras do projeto Aquapolo.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Geração de Caixa / Serviço da Dívida) superior a 1,2;
- Índice de Liquidez Corrente Ajustada superior a 1,0; e
- Não contrair, em uma única operação ou em uma série de operações, quaisquer operações de dívidas de médio e longo prazo, em valor superior a R\$ 20 milhões.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5 milhões, implicará em vencimento antecipado do contrato.

(c) Caixa Econômica Federal - Programa Pró-Saneamento

(i) Modalidade água e esgoto

Foram firmados diversos contratos entre 1996 e 2004, pelo programa Pró-Saneamento, com a finalidade de ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo diversos municípios do Estado de São Paulo e a Capital. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas diárias de água e esgoto, até o valor total da dívida.

Os prazos de amortização previstos nos contratos são de 120 a 180 meses, a partir do início da fase de retorno.

O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 487.663 (dezembro/2011 - R\$ 563.750).

Notas Explicativas

Os encargos contratuais são os seguintes:

Contrato assinado em:		1996	1997	1998 a 2004
Taxa de juros		9,5% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.
Na fase de carência:				
Taxa de risco	1,0% a.a. sobre o valor captado	1,0% a.a. sobre o valor captado	0,6% a.a. ou 2% a.a. sobre o saldo devedor	
Taxa de administração	0,12% a.m. sobre o valor do contrato	2,0% a.a. sobre o valor captado	1,0% a.a. sobre o valor captado ou 2% a.a. sobre o saldo devedor para os contratos assinados entre 2003 e 2004	
Na fase de retorno:				
Taxa de administração	Diferença entre o cálculo da prestação e a taxa de 10,5% a.a. menos a taxa de 9,5% a.a.	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	

(ii) Modalidade Pró-Sanear

Em 1997, 1998 e 2008 foram firmados contratos pelo programa Pró-Sanear para a execução de melhorias dos serviços de água e esgoto, com participação comunitária, em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. O prazo de amortização previsto é de 180 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 11.847 (dezembro/2011 – R\$ 14.448).

Encargos financeiros previstos:

- taxa de juros – 5,0% a.a.;
- taxa de administração (fase de carência) - 2,0% a.a. sobre o saldo devedor em aberto;
- taxa de administração (fase de amortização) - 1,0% a.a. sobre o saldo devedor em aberto;
- taxa de risco (fase de carência) - 1,0% a.a. sobre o valor captado.

(iii) Modalidade PAC

Nos anos de 2007, 2008 e 2012 foram firmados contratos com vários municípios, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (PAC) com recursos do FGTS. A garantia para esses contratos é um fluxo mensal da arrecadação tarifária correspondente a no mínimo três vezes o valor de um encargo mensal. O prazo de amortização é de 240 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 536.113 (dezembro/2011 – R\$ 440.733).

Encargos financeiros previstos:

- taxa de juros – 5% a.a. a 6% a.a.;
- taxa de administração – 1,00% a.a. a 1,40% a.a. durante toda a vigência do contrato;
- taxa de risco – 0,3% a.a. sobre os saldos devedores atualizados.

Notas Explicativas

- (iv) **Compromissos Financeiros “Covenants”** – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes da Emissão, implicará em vencimento antecipado.

- (d) **Caixa Econômica Federal - SESAMM**

Em setembro de 2010 foi firmado contrato de financiamento e repasse entre a Caixa Econômica Federal e a controlada em conjunto SESAMM – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim SA, destinado à realização de investimentos em sistemas de esgotamento sanitário, na área urbana do município de Mogi Mirim, no âmbito do programa saneamento para todos. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 6,0% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e risco de crédito de 0,3% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2031.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Capital social subscrito e integralizado de valor correspondente a, pelo menos, 20 % (vinte por cento) do valor total dos investimentos realizados com recursos do presente financiamento;
- ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida mínimo de 1,3 durante a fase de amortização;
- Limite de endividamento de até 1/12 (um doze avos) do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a 3 (três) prestações mensais, referentes aos contratos vigentes, dos dois o maior.

- (e) **BNDES**

Contrato 01.2.619.3.1 – Firmado em agosto de 2002, no valor total de até R\$ 60.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II, objeto do contrato de empréstimo nº 1212/OC – BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O contrato foi liquidado em 15 de agosto de 2012. O saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 11.638.

Contrato de repasse 10/669.748-6 no valor de R\$ 180.000, encontra-se em fase de execução de obras, e em 31 de dezembro de 2012 o saldo devedor é R\$ 4.154 (dezembro/2011 - R\$ 29.407). Os recursos são repassados pelo BNDES aos agentes e destes para a Companhia. O contrato de repasse tem a mesma finalidade que o contrato entre o BNDES e a Companhia, e os encargos e amortizações são iguais para ambos, sendo:

Juros – Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de “spread” de 3% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor em aberto.

Notas Explicativas

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0.
- . Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda / Serviço da dívida: igual ou superior a 1,5.
- . PL / Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

(f) BNDES Baixada Santista (Onda limpa I)

Contrato nº 07.2.0800.1 - Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 129.973 com juros de 2,5% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 96 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2012 e término em dezembro de 2019.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 114.164 (2011 R\$ 130.474).

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda Ajustado / Receita Operacional Líquida Ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida Líquida Ajustada / Ebitda Ajustado: igual ou inferior a 3,65;

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

Na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, reforço de garantia, preferencialmente sob vinculação e cessão de receita, considerado satisfatório, a critério do BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis estabelecidos nos compromissos Financeiros assumidos, sob pena de poder o BNDES suspender a liberação dos recursos e se for o caso decretar o vencimento antecipado do contrato.

(g) BNDES Onda Limpa II

Contrato nº 09.2.1535.1 - Em março de 2010, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 294.349 com juros de 1,92% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 156 prestações mensais e sucessivas, tendo início em abril de 2012 e término em março de 2025.

Notas Explicativas

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 235.256 (2011 R\$ 249.653).

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda Ajustado / Receita Operacional Líquida Ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda Ajustado /Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida Líquida Ajustada / Ebitda Ajustado: igual ou inferior a 3,65.

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste contrato, implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(h) BNDES PAC I e II

- (i) Contrato nº 08.2.0169.1 - Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R\$ 174.517 com juros de 2,15% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em até 150 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2011 e término em dezembro de 2023.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 88.691 (2011 R\$ 73.917).

- (ii) Contrato nº 11.2.0975.1 - Em 05 de março de 2012, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário de município da Região Metropolitana de São Paulo, bem como para elaboração do projeto executivo do sistema Produtor São Lourenço, no valor total de R\$ 135.850 com juros de 1,72% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 156 prestações mensais e sucessivas, tendo início em abril de 2014 e término em março de 2027.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 6.500.

- (iii) Contrato nº 11.2.0975.2 - Em 05 de março de 2012, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário de município da Região Metropolitana de São Paulo, bem como para elaboração do projeto executivo do sistema Produtor São Lourenço, no valor total de R\$ 44.948 com juros de 1,72% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

Notas Explicativas

A amortização está prevista em 144 prestações mensais e sucessivas, tendo início em abril de 2015 e término em março de 2027.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 13.000.

- (iv) **“Covenants” financeiros** - Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- . Ebitda Ajustado / Receita Operacional Líquida Ajustada: igual ou superior a 38%.
- . Ebitda Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas: igual ou superior a 2,35.
- . Dívida Líquida Ajustada / Ebitda Ajustado: igual ou inferior a 3,65.

O contrato está sujeito ao AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho que estabelece metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

Na hipótese de não atendimento dos níveis estabelecidos nos Compromissos Financeiros, a Companhia deverá constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, reforço de garantia, preferencialmente sob vinculação e cessão de receita, considerado satisfatório, a critério do BNDES, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis estabelecidos nos compromissos Financeiros assumidos, sob pena de poder o BNDES suspender a liberação dos recursos e se for o caso decretar o vencimento antecipado do contrato.

(i) **Arrendamento mercantil**

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2013 e 2014 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Em 31 de dezembro de 2012, nenhuma obra relativa a esses contratos se encontrava em operação.

(j) **Eurobônus**

- (i) Em 03 de novembro de 2006 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no mercado externo, no valor de US\$ 140 milhões tendo como líder o “Deutsche Bank TrustCompanyAmericas” e como agente principal de pagamento o “Deutsche Bank Luxembourg S.A.”, com taxa de juros de 7,5% a.a. pagos semestralmente e vencimento final em novembro de 2016. Os recursos foram utilizados para quitação antecipada e parcial da emissão de eurobônus de US\$ 225 milhões com vencimento final em junho de 2008, e o valor resgatado foi de US\$ 126.948 mil.

O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro 2012 era de US\$ 140.000 mil, equivalentes a R\$ 285.655, deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 434, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Resgate total à opção da Companhia em razão de mudanças na legislação do imposto de renda na fonte. Sem qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate.

Notas Explicativas

- (ii) A SABESP concluiu em 9 dezembro de 2010 a oferta no mercado internacional, junto a investidores estrangeiros institucionais qualificados, de suas Notas Seniores de Dívida, com pagamento de juros semestrais de 6,25% a.a. e vencimento em dezembro de 2020, no valor de US\$ 350.000 mil (Eurobônus 2020). Os recursos provenientes da oferta das notas destinam-se à liquidação de compromissos financeiros da Companhia.

O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro 2012 era de US\$ 350.000 mil, equivalentes a R\$ 708.076, deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 7.149, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Na data de 16 de dezembro de 2015 e posteriormente a ela, a Companhia poderá em uma ou em diversas ocasiões resgatar os Eurobônus, segundo sua opção, total ou parcialmente. Tal opção incorrerá no pagamento de prêmios de 103,125% a partir de 16 de dezembro de 2015, de 102,083% a partir de 16 de dezembro de 2016, 101,042% a partir de 16 de dezembro de 2017 e, a partir de 16 de dezembro de 2018 100,000%. No caso de resgate total à opção da Companhia por alterações do imposto de renda na fonte, não haverá qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate.

- (iii) “Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- . a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- . o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará em vencimento antecipado deste contrato.

(k) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato 713 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 400 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa anual de juros é variável de acordo com os custos dos empréstimos tomados pelo banco semestralmente e com vencimento final em 2017. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 125.488 mil, equivalente a R\$ 256.435 (dezembro/2011 – R\$ 282.605).

Contrato 896 – Firmado em dezembro de 1992, no valor de US\$ 50 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa de juros é de 3% a.a., com vencimento final em dezembro de 2016. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 11.111 mil,

Notas Explicativas

equivalente a R\$ 22.705 (dezembro/2011 – R\$ 26.053).

Contrato 1.212 – Firmado em julho de 2000, no valor de US\$ 200 milhões, destinado à execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê – Etapa II. No ano de 2008 totalizou-se os valores a serem captados neste contrato. O empréstimo está sendo amortizado em parcelas semestrais, encerrando-se em julho de 2025. Os juros são pagos semestralmente, apurados sobre o saldo devedor diário à taxa anual determinada pelos custos dos empréstimos tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescidos de um “spread”, e serão variáveis para cada semestre. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 133.615 mil, equivalente a R\$ 273.043 (dezembro/2011 – R\$ 269.915).

Contrato de Empréstimo N° 2202/OC-BR, assinado em 03 de setembro de 2010 entre a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa III. Investimento de US\$ 800 milhões, sendo US\$ 600 milhões de financiamento e US\$ 200 milhões em recursos próprios. Prazo total de 25 anos, com 6 anos de carência. Juros: Mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na USD-LIBOR, calculada a cada trimestre, conforme estipulado nas normas e procedimentos do BID.

Em 17 de março de 2011 ocorreu a 1ª captação do contrato firmado em 03 de setembro de 2010, n° 2202/OC-BR. Os recursos são utilizados para a recuperação da qualidade da água da bacia do Rio Tietê na Região Metropolitana de São Paulo. O valor do contrato é de US\$ 600.000, equivalentes a R\$ 1.036.380, na data da contratação, com vencimento final em setembro de 2035, sendo que no 1º trimestre de 2011 ocorreu a primeira captação de US\$ 1.829, correspondente a R\$ 3.044.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 147.080 mil, equivalente a R\$ 296.276 (dezembro/2011 – R\$ 145.159), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 4.282, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default” entre os contratos do BID (mesmo banco financeiro), ou seja, o vencimento antecipado ocorrerá, caso haja inadimplemento de qualquer obrigação com este ou quaisquer outros contratos subscritos com o Banco para financiamento de projeto.

(I) Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA

A Companhia assinou, em 06 de agosto de 2004, contrato de financiamento com o JBIC – Banco Japonês para Cooperação Internacional, atualmente JICA - Japan International Cooperation Agency, n° BZ-P 15, no valor de 21.320 milhões de ienes japoneses, equivalentes a aproximadamente R\$ 587.643, na data da assinatura do contrato, destinado ao Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2006, sendo 2,5% a.a. para rede de esgoto e 1,8% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Notas Explicativas

Em 01 de novembro de 2010 a Companhia assinou com a JICA (Japan International Cooperation Agency) o contrato de financiamento complementar do Programa Onda Limpa – 1ª Etapa, nº BZ-P 17 no montante de JPY 6.208.000.000 (Seis bilhões, duzentos e oito milhões de Ienes Japoneses) equivalente a R\$ 127.326 em 30 de novembro de 2011. Os recursos são utilizados para a compra de mercadorias e serviços elegíveis necessários para a implantação do projeto de fornecedores, contratadas ou consultores. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2011, sendo 1,2% a.a. para rede de esgoto e 0,01% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia firmou com a JICA (Japan International Cooperation Agency) o contrato de financiamento complementar do Programa Onda Limpa – 1ª Etapa, nº BZ-P 18 no montante de JPY 19.169.000 (Dezenove bilhões, cento e sessenta e nove milhões de Ienes Japoneses) equivalente a R\$ 375.904 em 31 de março de 2011. Os recursos são utilizados para a execução de obras e serviços na Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2011, sendo 1,8% a.a. para rede de esgoto e 2,5% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Em fevereiro de 2012, a Companhia assinou contrato de empréstimo para a 2ª etapa do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água, nº BZ -P 19, no valor de JPY 33.584.000.000 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de Ienes Japoneses) equivalentes a R\$ 709.294 na data de assinatura do contrato. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2013, sendo 1,7% a.a. para rede de esgoto e 0,01% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 889.703 (dezembro/2011 – R\$ 958.733).

(m) AB Loan (IADB 1983AB)

Em 27 de maio de 2008, foi assinado contrato de empréstimo BID AB Loan, no valor de US\$ 250 milhões cuja captação ocorreu integralmente em junho de 2008. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2008 e na execução de parte do plano de investimento da Companhia.

	<u>US\$</u>	<u>Vencimento inicial</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Juros (Libor + spread)</u>
1983 A	100,0 milhões	Maio 2011	Maio 2023	Libor + 2,99%
1983 B1	100,0 milhões	Maio 2011	Maio 2020	Libor + 2,69%
1983 B2	50,0 milhões	Maio 2011	Maio 2018	Libor + 2,49%

Os juros são pagos semestralmente a partir de novembro de 2008. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 era de US\$ 202.115 milhões, equivalente a R\$ 410.513 (dezembro/2011 – R\$ 421.266), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 2.510 (2011 – R\$ 2.771) que serão amortizados durante a vigência do contrato.

“Covenants” financeiros – Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e

Notas Explicativas

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor ou igual a 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

(n) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Em 28 de outubro de 2009 foi assinado com o “The World Bank” – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, contrato BIRD-7662BR, no valor de US\$ 100.000 mil. Os recursos serão utilizados no Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais. O período de amortização terá início em setembro de 2019, em parcelas semestrais e com vencimento final em 2034. Foi assinado, em novembro de 2009, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BIRD, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo deste contrato era de US\$ 26.864 mil, equivalentes a R\$ 54.492 (dezembro/2011 – R\$ 18.928), deduzido parte dos custos de captação no valor de R\$ 405 (dezembro/2011 – R\$ 424), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(o) Compromissos financeiros – “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(p) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

A SABESP para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, os quais são liberados para a execução de seus respectivos investimentos.

Agente	31 de dezembro de 2012
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.125
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	936
Inter-American Development Bank - BID	926
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	550
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	149
Outros	53
TOTAL	3.739

(*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2012. (US\$ 1,00 = R\$ 2,0435; ¥ 1,00 = R\$ 0,02372).

Notas Explicativas**14 Impostos e contribuições****(a) Ativo circulante**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Tributos a recuperar				
Cofins e Pasep	-	-	9.038	1
Imposto de renda e contribuição social	100.225	85.852	100.486	85.854
IRRF sobre aplicações financeiras	14.302	31.014	14.472	31.125
Outros tributos federais	3.238	590	3.238	590
Outros tributos estaduais	-	-	1.251	109
Outros tributos municipais	656	437	656	437
Total dos tributos a recuperar	118.421	117.893	129.141	118.116

(b) Passivo

	CONTROLADORA			
	Circulante		Não circulante	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Cofins e Pasep	46.576	57.052	-	-
Paes	19.011	36.716	-	18.363
INSS	29.401	25.630	-	-
IRRF	41.588	44.168	-	-
Outros	16.134	17.228	-	-
Total	152.710	180.794	-	18.363

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não circulante	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	110	-	-	-
Cofins e Pasep	46.614	57.073	-	-
Paes	19.011	36.716	-	18.363
INSS	29.412	25.645	-	-
IRRF	41.607	44.172	-	-
Outros	16.367	17.516	-	-
Total	153.121	181.122	-	18.363

Notas Explicativas

A redução no passivo circulante consolidado decorre principalmente dos pagamentos realizados em 2012, das parcelas devidas do Parcelamento Especial (Paes) de R\$ 27.634.

A redução de R\$ 18.363 no passivo não circulante consolidado, ocorreu em decorrência do fluxo de pagamentos e transferência do saldo de longo prazo para o curto prazo do Parcelamento Especial (Paes) da controladora, conforme informações abaixo.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

<u>Imposto</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
Cofins	132.499	13.250	50.994	196.743
Pasep	5.001	509	2.061	7.571
Refis	<u>112.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112.639</u>
Total	<u>250.139</u>	<u>13.759</u>	<u>53.055</u>	<u>316.953</u>

O débito relativo ao Paes (Parcelamento Especial) está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos em 2012 e 2011 foram de R\$ 37.421 e R\$ 36.091, respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 1.353 e R\$ 2.761, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 19.011 (dezembro/2011 - R\$ 55.079). Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

15 Impostos e contribuições diferidos**(a) Saldos patrimoniais**

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31 de dezembro de</u>		<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos diferidos ativo (i)				
Provisões	512.107	575.473	512.107	575.473
Obrigações previdenciárias – G1	193.125	180.018	193.125	180.018
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	38.213	41.312	38.213
Provisão para perdas de crédito	162.670	135.223	162.670	135.223
Outros	<u>97.425</u>	<u>77.175</u>	<u>103.254</u>	<u>78.717</u>
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.091.910</u>	<u>1.091.373</u>	<u>1.097.739</u>	<u>1.092.915</u>

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Impostos diferidos passivo (ii)				
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	(692.210)	(650.093)	(692.210)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(101.507)	(158.298)	(101.507)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(77.827)	(76.773)	(77.827)	(76.773)
Outros	<u>(69.795)</u>	<u>(42.957)</u>	<u>(70.165)</u>	<u>(42.962)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(956.013)</u>	<u>(913.447)</u>	<u>(956.383)</u>	<u>(913.452)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>135.897</u>	<u>177.926</u>	<u>141.356</u>	<u>179.463</u>

(1) Refere-se a parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESP), que foi provisionado como perda em anos anteriores.

(b) Realização

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011
Impostos diferidos ativo				
a ser recuperado em até 12 meses	193.709	259.784	193.709	259.784
a ser recuperado depois de um ano	<u>898.201</u>	<u>831.589</u>	<u>904.030</u>	<u>833.131</u>
Total do ativo fiscal diferido	1.091.910	1.091.373	1.097.739	1.092.915
Impostos diferidos passivo				
a ser recuperado em até 12 meses	(38.267)	(27.282)	(38.267)	(27.282)
a ser recuperado depois de um ano	<u>(917.746)</u>	<u>(886.165)</u>	<u>(918.116)</u>	<u>(886.170)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(956.013)</u>	<u>(913.447)</u>	<u>(956.383)</u>	<u>(913.452)</u>
Ativo fiscal diferido	135.897	177.926	141.356	179.463

(c) Movimentação

Notas Explicativas

CONTROLADORA

Impostos diferidos ativo	Provisões	Obrigações previdenciárias – G1	Obrigações previdenciárias – G0	Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	Perdas de créditos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	539.394	162.552	85.271	38.213	129.248	48.568	1.003.246
Registrado na demonstração do resultado	36.079	17.466	-	-	5.975	28.607	88.127
Em 31 de dezembro de 2011	575.473	180.018	85.271	38.213	135.223	77.175	1.091.373
Registrado na demonstração do resultado	(63.366)	13.107	-	3.099	27.447	20.250	537
Em 31 de dezembro de 2012	512.107	193.125	85.271	41.312	162.670	97.425	1.091.910

Impostos diferidos passivo	Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	Capitalização de custos de empréstimos	Receita – órgãos públicos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	(711.283)	(102.339)	(72.968)	(38.743)	(925.333)
Registrado na demonstração do resultado	19.073	832	(3.805)	(4.214)	11.886
Em 31 de dezembro de 2011	(692.210)	(101.507)	(76.773)	(42.957)	(913.447)
Registrado na demonstração do resultado	42.117	(56.791)	(1.054)	(26.838)	(42.566)
Em 31 de dezembro de 2012	(650.093)	(158.298)	(77.827)	(69.795)	(956.013)

CONSOLIDADO

Impostos diferidos ativo	Provisões	Obrigações previdenciárias – G1	Obrigações previdenciárias – G0	Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	Perdas de créditos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	539.394	162.552	85.271	38.213	129.248	50.108	1.004.786
Registrado na demonstração do resultado	36.079	17.466	-	-	5.975	28.609	88.129
Em 31 de dezembro de 2011	575.473	180.018	85.271	38.213	135.223	78.717	1.092.915
Registrado na demonstração do resultado	(63.366)	13.107	-	3.099	27.447	24.537	4.824
Em 31 de dezembro de 2012	512.107	193.125	85.271	41.312	162.670	103.254	1.097.739

Notas Explicativas

Impostos diferidos passivo	Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	Capitalização de custos de empréstimos	Receita – órgãos públicos	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2010	(711.283)	(102.339)	(72.968)	(39.756)	(926.346)
Registrado na demonstração do resultado	19.073	832	(3.805)	(3.206)	12.894
Em 31 de dezembro de 2011	(692.210)	(101.507)	(76.773)	(42.962)	(913.452)
Registrado na demonstração do resultado	42.117	(56.791)	(1.054)	(27.203)	(42.931)
Em 31 de dezembro de 2012	(650.093)	(158.298)	(77.827)	(70.165)	(956.383)

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes dos impostos	2.547.672	1.721.477	2.543.904	1.720.746
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(866.208)	(585.302)	(864.927)	(585.054)
Benefícios fiscais do juro sobre capital próprio	252.355	122.170	252.355	122.170
Diferenças permanentes				
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(32.514)	(87.118)	(32.514)	(87.118)
Doações	(11.447)	(13.692)	(11.447)	(13.692)
Recuperação de créditos tributários	-	37.858	-	37.858
Outras diferenças	22.042	28.026	24.529	28.509
Imposto de renda e contribuição social	<u>(635.772)</u>	<u>(498.058)</u>	<u>(632.004)</u>	<u>(497.327)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(593.743)	(598.024)	(594.052)	(598.303)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.029)	99.966	(37.952)	100.976
Alíquota efetiva	25%	29%	25%	29%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (nota 9 (vii)).

Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Notas Explicativas

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

16 Provisões**(a) Processos com probabilidade de perda provável****(i) Saldos Patrimoniais**

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	CONSOLIDADO					
	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2011
Ações com clientes (i)	652.663	(131.408)	521.255	727.261	(108.728)	618.533
Ações com fornecedores (ii)	290.593	(175.437)	115.156	422.595	(1.828)	420.767
Outras questões cíveis (iii)	169.516	(4.978)	164.538	188.546	(10.180)	178.366
Ações tributárias (iv)	71.141	(3.056)	68.085	76.448	-	76.448
Ações trabalhistas (v)	173.227	(1.529)	171.698	156.536	-	156.536
Ações ambientais (vi)	149.061	(636)	148.425	121.179	-	121.179
Total	1.506.201	(317.044)	1.189.157	1.692.565	(120.736)	1.571.829
Circulante	565.083	-	565.083	764.070	-	764.070
Não circulante	941.118	(317.044)	624.074	928.495	(120.736)	807.759

(ii) Movimentação

	CONSOLIDADO					
	31 de dezembro de 2011	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2012
Ações com clientes (i)	727.261	93.972	80.858	(68.000)	(181.428)	652.663
Ações com fornecedores (ii)	422.595	17.575	36.393	(174.482)	(11.488)	290.593
Outras questões cíveis (iii)	188.546	22.788	24.501	(7.495)	(58.824)	169.516
Ações tributárias (iv)	76.448	10.279	7.365	(10.057)	(12.894)	71.141
Ações trabalhistas (v)	156.536	142.976	34.056	(126.787)	(33.554)	173.227
Ações ambientais (vi)	<u>121.179</u>	<u>37.496</u>	<u>9.383</u>	<u>(8.801)</u>	<u>(10.196)</u>	<u>149.061</u>
Subtotal	1.692.565	325.086	192.556	(395.622)	(308.384)	1.506.201
Depósitos judiciais vinculados	<u>(120.736)</u>	<u>(200.982)</u>	<u>(13.840)</u>	<u>12.736</u>	<u>5.778</u>	<u>(317.044)</u>
Total	<u>1.571.829</u>	<u>124.104</u>	<u>178.716</u>	<u>(382.886)</u>	<u>(302.606)</u>	<u>1.189.157</u>

Notas Explicativas

O saldo da controladora totaliza o montante de R\$ 1.189.154 (dezembro/2011 – R\$ 1.571.829), sendo a diferença de R\$ 3, contabilizada proporcionalmente no saldo do consolidado. O montante total dos processos registrados nas controladas é de R\$ 10, sendo Águas de Andradina no montante de R\$ 5 e Águas de Castilho no montante de R\$ 5.

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo possíveis de perda e que não estão registradas contabilmente. As contingências passivas, classificadas como perda possível, estão assim representadas:

	CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ações com clientes (i)	862.100	844.100
Ações com fornecedores (ii)	775.200	699.300
Outras questões cíveis (iii)	362.200	359.600
Ações tributárias (iv)	490.900	420.400
Ações trabalhistas (v)	190.000	145.100
Ações ambientais (vi)	116.300	153.300
Total	2.796.700	2.621.800

O saldo da controladora totaliza o montante de R\$ 2.796.500 (dezembro/2011 – R\$ 2.621.800), sendo a diferença de R\$ 200, demonstrada proporcionalmente no saldo do consolidado. O montante total dos processos, nas controladas, considerados como perda possível, é aproximadamente de R\$ 670, relativo as controladas Sesamm no montante de R\$ 624, Águas de Andradina no montante de R\$ 38 e Águas de Castilho no montante de R\$ 8.

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.560 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 440 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 97.278 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado aos pagamentos ocorridos no ano e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2012.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O

Notas Explicativas

decrécimo ocorrido de R\$ 305.611 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) está relacionado aos pagamentos ocorridos no período, e o acréscimo ocorrido de R\$ 75.900 nos processos com expectativa de possível perda está relacionado a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

A Companhia é parte de diversas ações cíveis relacionadas a indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como perda provável. O decréscimo apresentado de R\$ 13.828, para os casos de expectativa de perda provável, foi provocado por decisões favoráveis à Companhia e pagamentos ocorridos no ano.

(iv) Ações Tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 70.500 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, relativas à cobrança do ISS, conforme descritos no item “b” abaixo.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 389.505 (dezembro/2011 – R\$ 379.277). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. A Administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 264.627 (dezembro/2011 – R\$ 224.349), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, classificadas pela Administração como possível perda. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. Por não haver decisão final de mérito, a Administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 47.498 (dezembro/2011 – R\$ 44.668). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de

Notas Explicativas

1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 42.403 (dezembro/2011 – R\$ 40.976). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cuja expectativa é provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 23.882 (dezembro/2011 – R\$ 27.690) e R\$ 39.063 (dezembro/2011 – R\$ 30.118), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 6.782 (dezembro/2011 – R\$ 6.541) e de perda provável o valor de R\$ 1.157 (dezembro/2011 – R\$ 1.116).

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de lei municipal que impõe cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado de segurança teve provimento parcial, mas não surtirá efeito porque as leis municipais foram revogadas e o segundo aguarda julgamento de recurso de apelação do Município, uma vez que neste mandado a segurança foi concedida suspendendo a cobrança pelo uso do solo urbano e prestação de caução. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificadas, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, provisionadas. O acréscimo de R\$ 15.162 ocorridos nos processos de provável perda se deve, principalmente, ao complemento de provisão de questões relacionadas aos objetos horas-extras e escala de revezamento, compensado por pagamentos relacionados, principalmente à escala de revezamento. O acréscimo de R\$ 44.900 ocorrido dos processos de perda possível se deve ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2012.

(vi) Ações Ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais

Notas Explicativas

alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos.

Em 31 de dezembro de 2012, o total provisionado representa o montante de R\$ 148.425 (dezembro/2011 - R\$ 121.179).

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem quatro ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros. Em 31 de dezembro de 2012, a Administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 127.514 (dezembro/2011 – R\$ 93.782) e, outra parte como possível perda no montante de R\$ 85.081.

(vii) Processos com acordos firmados em 2012

A Companhia firmou, durante o exercício de 2012, diversos acordos judiciais e administrativos, sendo que os principais totalizam o montante de R\$ 67.417. Desse valor, R\$ 58.742 está relacionado a obras e R\$ 8.675 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”, no Balanço Patrimonial. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2012, relativo a essas obrigações ambientais totalizam o montante de R\$ 28.976.

(viii) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos: a) O Município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, esta foi julgada procedente para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, com expectativa de provável perda; b) O Município de Tarumã ajuizou ação cautelar contra a SABESP, sendo que a operação está mantida, mas ainda não existe decisão definitiva, com expectativa de possível perda; c) A Companhia ajuizou ação ordinária contra o Município de Santos, sendo que a operação está mantida e existe decisão definitiva de 2ª instância favorável a SABESP, com expectativa de perda remota; d) A Companhia ingressou com ação ordinária contra o Município de Presidente Prudente, a operação está mantida e existe decisão de 2ª instância favorável a SABESP, com expectativa de perda remota; e) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o Município de Álvares Florence, a decisão de primeira instância foi desfavorável para SABESP e a operação não está mantida, com expectativa de possível perda; f) A Companhia ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face do Município de Macatuba objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, a medida liminar foi indeferida e a operação não está mantida no Município até a presente data, com expectativa possível perda; g) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse em face do Município de Iperó, esta foi julgada improcedente em primeira instância e está aguardando julgamento de 2ª instância.

17 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

Notas Explicativas

- Da Companhia: 7,8% (31 de dezembro de 2011 – 7,5%) em média da folha bruta de salários;
- Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,1% da folha de pagamento.

(b) Planos de benefícios previdenciários

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Plano financiado – G1 (i)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.262.440	1.638.220
Valor justo dos ativos do plano	(1.657.608)	(1.203.493)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>(27.663)</u>	<u>103.892</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>577.169</u>	<u>538.619</u>
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Plano não financiado – G0 (iii)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.987.718	1.581.600
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>(440.557)</u>	<u>(69.522)</u>
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	<u>1.547.161</u>	<u>1.512.078</u>
Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias	<u><u>2.124.330</u></u>	<u><u>2.050.697</u></u>

(*) O aumento em 2012 é devido principalmente pela redução na taxa de desconto de 5,75% em 2011 para 4,0% em 2012. Como a Companhia optou pelo critério do “corredor”, as perdas atuariais que excedem ao limite do corredor são contabilizadas nos exercícios seguintes conforme critério descrito na nota explicativa 3.19 (a).

(i) Plano G1

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesp que é o seguinte:

- 0,53% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 4,5% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 577.169 (R\$ 538.619 em 31 de dezembro de 2011) que representa a diferença entre o valor presente das

Notas Explicativas

obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados; e ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos.

	2012	2011
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.638.220	1.572.933
Custo do serviço corrente	27.764	26.869
Custo dos juros	176.762	158.069
Perdas (ganhos) atuariais	488.956	(57.583)
Benefícios pagos	<u>(69.262)</u>	<u>(62.068)</u>
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>2.262.440</u>	<u>1.638.220</u>

	2012	2011
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.203.493	1.113.189
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	147.548	111.307
Ganhos (perdas) atuariais	357.400	18.805
Contribuições da Companhia	7.411	8.853
Contribuições dos funcionários	11.018	13.407
Benefícios pagos	<u>(69.262)</u>	<u>(62.068)</u>
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	<u>1.657.608</u>	<u>1.203.493</u>

	2012	2011
Custo do serviço corrente	27.764	26.869
Custo dos juros	176.762	158.069
Retorno esperado sobre ativos do plano	<u>(147.548)</u>	<u>(111.307)</u>
Subtotal	56.978	73.631
Contribuição dos participantes	<u>(11.018)</u>	<u>(13.407)</u>
Total reconhecido na demonstração do resultado	<u>45.960</u>	<u>60.224</u>

Em 2012 as despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 32.522, R\$ 5.412 e R\$ 8.026, foram alocadas em custos das vendas e serviços prestados, despesas de vendas e despesas administrativas e em 2011 R\$ 46.133, R\$ 7.402 e R\$ 6.689, respectivamente.

	2013
Despesas previstas	<u>38.823</u>
Custo do serviço corrente	206.429
Custo dos juros	(151.139)
Rendimento esperado do ativo do plano	(10.876)
Contribuição dos participantes	<u>83.237</u>
Total da despesa adicional a reconhecer	<u>83.237</u>

Notas Explicativas

Premissas atuariais:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	4,10% a.a.	5,75% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	9,30% a.a.	12,53% a.a.
Aumento salarial futuro	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2012 era de 9.283 (9.833 em 31 de dezembro de 2011), e inativos era de 6.328 (5.936 em 31 de dezembro de 2011).

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão em 31 de dezembro de 2012 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1

	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Redução de 6,87%
	Redução de 0,5%	Aumento de 7,70%
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	Aumento de 2,83%
	Redução de 0,5%	Redução de 2,53%
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	Aumento de 1,73%

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e consultores financeiros independentes:

Segmento	Alocação - %	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Títulos de renda fixa	67%	69%
Ações	16%	17%
Investimento estruturado	14%	9%
Imóveis	2%	3%
Empréstimos	1%	2%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) exposição a flutuações na taxa de câmbio não serão permitidas, na carteira e os derivativos só devem ser utilizados para proteção contra a exposição existente.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

A SABESPREV não possui em sua carteira de investimentos, títulos de renda fixa, emitidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

Os ativos do plano renderam 16,7% em 2012 e 13,7% em 2011.

A contribuição da Companhia ao Plano G1 para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 10.876.

A Companhia e a Sabesprev estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, mediante a continuidade da migração do Plano BD para o Plano Sabesprev Mais. A Administração estima reduzir o déficit atuarial em decorrência da mudança dos referidos planos.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2012, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 4.569 participantes entre ativos e assistidos.

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2012, pela avaliação atuarial foi de R\$ 12.441 (dezembro/2011 – R\$ 14.688) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 7.496, no exercício de 2012 (dezembro/2011 – R\$ 10.241).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores

Notas Explicativas

considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2012, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 1.547.161 (dezembro/2011 - R\$ 1.512.078).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.512.078	1.316.706
Custo dos juros e serviço corrente	167.787	319.793
Benefícios pagos	<u>(132.704)</u>	<u>(124.421)</u>
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>1.547.161</u>	<u>1.512.078</u>

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo do serviço corrente	400	548
Custo dos juros	167.387	161.718
Amortização (ganhos)/perdas	<u>-</u>	<u>157.527</u>
Total	<u>167.787</u>	<u>319.793</u>

Em 2012 e 2011, a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

Despesas previstas	<u>2013</u>
Custo do serviço corrente	296
Custo dos juros	176.470
Total da despesa adicional a reconhecer	<u>176.766</u>

Principais premissas atuariais utilizadas:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	4,00% a.a.	5,75% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Aumento salarial futuro	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

Notas Explicativas

O número de participantes ativo do plano G0 em 31 de dezembro de 2012 é de 27 (36 em 31 de dezembro de 2011) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2012 é de 2.318 (2.259 em 31 de dezembro de 2011).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2013 é de R\$ 142.267.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão em 31 de dezembro de 2012 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G0

	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Redução de 4,96%
	Redução de 0,5%	Aumento de 5,42%
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	Aumento de 0,01%
	Redução de 0,5%	Redução de 0,01%
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	Aumento de 2,34%

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2012, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano de 2012 o montante foi de R\$ 60.479 (2011 – R\$ 56.576).

18 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (nota 11 (v)).

19 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (dezembro/2011 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Notas Explicativas**(b) Capital social subscrito e integralizado**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto de 227.836.623 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26%	114.508.086	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	57.523.374	25,25%	52.990.545	23,26%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	55.602.286	24,40%	60.144.856	26,40%
Outros	202.877	0,09%	193.136	0,08%
	<u>227.836.623</u>	<u>100,0%</u>	<u>227.836.623</u>	<u>100,0%</u>

(*) Cada ADR é igual a 2 ações. A partir de 24 de janeiro de 2013, cada ADR passou a corresponder a 1 ação. Ver nota 28(iv)

A quantidade de ações em 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 era de 227.836.623 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, não havendo alteração durante o exercício.

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2012
Lucro líquido do exercício	1.911.900
(-) Reserva legal - 5%	95.595
	<u>1.816.305</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 1,9930 por ação)	<u>454.076</u>

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 23 de abril de 2012, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 578.705, relativo ao exercício de 2011. Dessa forma, o valor de R\$ 288.143, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2011 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante, sendo que tais valores foram pagos em junho de

Notas Explicativas

2012. Os juros de R\$ 578.705, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 40.882, totalizaram R\$ 537.823.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2013, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 534.277, correspondentes a R\$ 2,345 por ação ordinária. Esses juros, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 39.863, totalizam R\$ 494.414 a serem referendados na Assembleia Geral em 22 de abril de 2013.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 454.076, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 80.201 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendos adicionais propostos”.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 414.355 é líquido do imposto de renda retido na fonte.

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital.

(e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 4.690.619 e R\$ 3.408.591, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 29 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

Notas Explicativas**(g) Destinação do lucro do exercício**

	<u>2012</u>
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	1.911.900
(-) Reserva legal – 5%	95.595
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	454.076
(-) Dividendos adicionais propostos	80.201
Reserva de investimentos constituída em 2012	<u>1.282.028</u>

(h) Lucros (prejuízos) acumulados

Lucros (prejuízos) acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

20 Lucro por ação**Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.911.900	1.223.419
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>227.836.623</u>	<u>227.836.623</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>8,39</u>	<u>5,37</u>

21 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

(i) Resultado

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2012			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.947.860	3.986.838	2.474.612	11.409.310
Deduções da receita bruta	(362.259)	(292.616)	-	(654.875)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	4.585.601	3.694.222	2.474.612	10.754.435
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.414.352)	(2.051.250)	(2.423.797)	(7.889.400)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.171.249	1.642.972	50.815	2.865.035
Outras despesas operacionais líquidas				(19.775)
Resultado financeiro, líquido				(301.356)
Lucro operacional antes dos impostos				2.543.904
Depreciação e amortização	404.803	335.344	-	740.147
2011				
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.610.204	3.699.916	2.234.778	10.544.898
Deduções da receita bruta	(334.616)	(268.645)	-	(603.261)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	4.275.588	3.431.271	2.234.778	9.941.637
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.309.145)	(2.001.647)	(2.186.320)	(7.497.112)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	966.443	1.429.624	48.458	2.444.525

Notas Explicativas

2011			
	Água	Esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras
			Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Outras despesas operacionais líquidas			(90.138)
Resultado financeiro, líquido			(633.641)
Lucro operacional antes dos impostos			1.720.746
Depreciação e amortização	415.065	353.704	-
			768.769

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita bruta das vendas e dos serviços e nos custos são como segue:

	CONSOLIDADO	
	2012	2011
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (a)	2.474.612	2.234.778
Custo de construção referente ao ICPC 1 (a)	2.423.797	2.186.320
Margem de construção	50.815	48.458

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, "Contratos de Construção" (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide notas explicativas 3.3 (b) e 3.8 (a).

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo intangível:		
Serviços de água	9.138.295	8.237.071
Serviços de esgoto	11.211.925	10.584.402
Ativos dos segmentos reportados	20.350.220	18.821.473
Outros intangíveis	1.641.702	1.320.504
Total do intangível	21.991.922	20.141.677

Notas Explicativas

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

22 Receitas por Região

(a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Região Metropolitana de São Paulo	6.625.041	6.144.669	6.625.041	6.144.669
Sistemas Regionais (i)	2.301.696	2.160.374	2.309.657	2.165.451
Total (ii)	8.926.737	8.305.043	8.934.698	8.310.120

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 7,5% em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao exercício de 2011. O volume faturado cresceu 2,7% em 31 de dezembro de 2012 e o reajuste tarifário foi de 5,15% desde setembro de 2012 e 6,83% desde setembro de 2011.

(b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas e/ou serviços	8.926.737	8.305.043	8.934.698	8.310.120
Receitas de construção (nota 11 c)	2.464.482	2.224.633	2.474.612	2.234.778
Impostos sobre vendas	(653.588)	(602.231)	(654.875)	(603.261)
Receita líquida	10.737.631	9.927.445	10.754.435	9.941.637

23 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos das vendas e dos serviços prestados				
Salários e encargos	1.224.335	1.131.774	1.225.452	1.132.403
Obrigações previdenciárias (i)	36.480	49.374	36.480	49.374
Custos de construção (nota 11 c)	2.414.409	2.177.045	2.423.797	2.186.320
Materiais gerais	169.097	147.268	169.389	147.464
Materiais de tratamento	177.453	154.748	177.965	154.867
Serviços de terceiros	724.478	668.138	725.471	668.994
Energia elétrica	588.183	582.410	589.512	583.418

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas gerais	400.446	368.932	400.719	369.054
Depreciação e amortização	715.070	739.043	716.613	739.083
	6.449.951	6.018.732	6.465.398	6.030.977
Despesas com vendas				
Salários e encargos	198.762	194.747	198.959	194.832
Obrigações previdenciárias (i)	6.054	7.942	6.054	7.942
Materiais gerais	8.313	7.703	8.327	7.703
Serviços de terceiros	205.393	201.941	205.568	201.955
Energia elétrica	629	622	629	622
Despesas gerais	77.848	78.654	78.021	78.660
Depreciação e amortização	8.017	7.435	8.021	7.435
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	192.236	120.260	192.295	120.393
	697.252	619.304	697.874	619.542
Despesas administrativas				
Salários e encargos	168.514	157.704	171.927	160.262
Obrigações previdenciárias (i)	104.717	262.597	104.717	262.597
Materiais gerais	4.374	4.142	5.244	4.267
Serviços de terceiros	145.673	123.500	148.405	125.502
Energia elétrica	1.175	1.047	1.492	1.052
Despesas gerais	209.191	208.365	209.765	208.978
Depreciação e amortização	15.438	22.226	15.513	22.251
Despesas fiscais	68.295	61.496	69.065	61.684
	717.377	841.077	726.128	846.593
Custos, despesas com vendas e administrativas				
Salários e encargos	1.591.611	1.484.225	1.596.338	1.487.497
Obrigações previdenciárias (i)	147.251	319.913	147.251	319.913
Custos de construção (nota 11 c)	2.414.409	2.177.045	2.423.797	2.186.320
Materiais gerais	181.784	159.113	182.960	159.434
Materiais de tratamento	177.453	154.748	177.965	154.867
Serviços de terceiros	1.075.544	993.579	1.079.444	996.451
Energia elétrica	589.987	584.079	591.633	585.092
Despesas gerais	687.485	655.951	688.505	656.692
Depreciação e amortização	738.525	768.704	740.147	768.769
Despesas fiscais	68.295	61.496	69.065	61.684
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	192.236	120.260	192.295	120.393
	7.864.580	7.479.113	7.889.400	7.497.112

- (i) Decréscimo ocorrido em obrigações previdenciárias deve-se pelo incremento do passivo atuarial relativo aos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão concedidos pela Lei Estadual nº 4819/58 (Plano G0), no valor de R\$ 157.527 com impacto no primeiro trimestre de 2011.

Notas Explicativas**24 Receitas e despesas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(304.736)	(354.813)	(306.794)	(355.526)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(87.800)	(79.816)	(87.800)	(79.816)
Outras despesas financeiras	(33.860)	(21.578)	(36.394)	(21.743)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(11.660)	(9.795)	(11.660)	(9.795)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(34.599)	(48.879)	(34.599)	(48.878)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesp mais (ii)	(1.525)	(1.794)	(1.525)	(1.794)
Outras variações monetárias (iii)	(6.657)	(41.449)	(6.657)	(41.449)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(97.393)	(143.765)	(97.393)	(143.765)
Total de despesas financeiras	<u>(578.230)</u>	<u>(701.889)</u>	<u>(582.822)</u>	<u>(702.766)</u>
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas (iv)	66.497	89.351	66.514	89.361
Rendimento de aplicações financeiras	162.928	271.847	163.421	271.973
Juros e outras	103.704	104.555	102.106	104.592
Total de receitas financeiras	<u>333.129</u>	<u>465.753</u>	<u>332.041</u>	<u>465.926</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(245.101)	(236.136)	(250.781)	(236.840)
Variações cambiais, líquidas				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(50.523)	(382.305)	(50.523)	(382.304)
Outras variações cambiais	(43)	(96)	(56)	(97)
Variação cambial ativa	(5)	(14.481)	4	(14.400)
Variações cambiais, líquidas	<u>(50.571)</u>	<u>(396.882)</u>	<u>(50.575)</u>	<u>(396.801)</u>
Financeiras líquidas	<u>(295.672)</u>	<u>(633.018)</u>	<u>(301.356)</u>	<u>(633.641)</u>

- (i) Essa variação monetária é decorrente das mudanças nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, UPR, IPCA, CDI e TJLP, que foram de 0,3%, 5,8%, 6,9% e 5,5%, respectivamente, em 2012. (1,2%, 6,5%, 10,9% e 6,0%, respectivamente, em 2011). As exposições a essas taxas são demonstradas na nota 4.3.1.
- (ii) Essa variação monetária é decorrente da mudança no indexador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 6,2% em 2012 (6,1% em 2011), e que é utilizado para corrigir o saldo do compromisso da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesp mais.

Notas Explicativas

- (iii) Outras despesas com variações monetárias são substancialmente atualização dos passivos referente aos compromissos de investimentos exigidos pelas parcerias público-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados por IPC e IPCA que foram de 5,7% e 5,8% em 2012 e 4,9% e 6,5% em 2011, respectivamente.
- (iv) Essas variações monetárias são decorrentes, principalmente, das mudanças nos indexadores de correção do contas a receber de clientes em atraso que pode ser o IPCA (5,8% em 2012 e 6,5% em 2011) ou IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor, 5,8% em 2012 e 6,5% em 2011), dependendo da data do acordo, e dos depósitos judiciais, que são atualizados pelo índice definido pelo judiciário brasileiro que teve uma variação de 6,0% em 2012 e 6,2% em 2011.

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2012	2011	2012	2011
Outras receitas operacionais líquidas	68.364	72.386	71.764	72.501
Outras despesas operacionais (i)	<u>(91.539)</u>	<u>(162.639)</u>	<u>(91.539)</u>	<u>(162.639)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u><u>(23.175)</u></u>	<u><u>(90.253)</u></u>	<u><u>(19.775)</u></u>	<u><u>(90.138)</u></u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado.

(i) Refere-se principalmente à provisão para perdas do município de Diadema em 2012 no montante de R\$ 60.295 e do município de Mauá em 2011 no montante de R\$ 85.918.

26 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2012:

	<u>1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>3-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações contratuais - Despesas	1.145.001	912.264	37.078	996	2.095.339
Obrigações contratuais - Investimentos	1.258.344	746.046	25.811	-	2.030.201
Total	<u>2.403.345</u>	<u>1.658.310</u>	<u>62.889</u>	<u>996</u>	<u>4.125.540</u>

Notas Explicativas**27 Informações suplementares aos fluxos de caixa**

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Juros capitalizados no período	283.016	261.900
Empreiteiros	67.631	33.937
Compromissos de contratos de programas	75.434	43.325
Arrendamento Mercantil	166.166	49.609
Margem de construção	50.072	47.589

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Juros capitalizados no período	296.671	261.900
Empreiteiros	67.631	33.937
Compromissos de contratos de programas	75.434	43.325
Arrendamento Mercantil	166.166	49.609
Margem de construção	50.815	47.589

28 Eventos Subsequentes**(i) Debêntures****17ª emissão de Debêntures**

Em 25, 26 e 27 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou a liquidação financeira, respectivamente, da 1ª, 2ª e 3ª séries da 17ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, nos termos da Instrução CVM 400, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de janeiro de 2013

Série: Três

Valor Total R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)

Quantidade: 100.000 (cem mil)

Valor Unitário R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Notas Explicativas

1ª Série

Valor R\$ 424.680.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões seiscentos e oitenta mil reais)

Quantidade: 42.468 (quarenta e duas mil quatrocentas e sessenta e oito)

Pagamento Remuneração: semestral

Amortização: 3 parcelas anuais - 15/01 de 2016 (33%), 2017 (33%) e 2018 (saldo)

Resgate Antecipado: não haverá

Remuneração: DI acrescido 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) a.a.

2ª Série

Valor R\$ 395.230.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões duzentos e trinta mil reais)

Quantidade: 39.523 (trinta e nove mil quinhentas e vinte e três)

Pagamento Remuneração: anual

Amortização: 2 parcelas anuais - 15/01 de 2019 e 2020

Resgate Antecipado: não haverá

Remuneração: IPCA acrescido juros de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) a.a.

3ª Série

Valor R\$ 180.090.000,00 (cento e oitenta milhões e noventa mil reais)

Quantidade: 18.009 (dezoito mil e nove)

Pagamento Remuneração: anual

Amortização: 3 parcelas anuais - 15/01 de 2021 (33%), 2022 (33%) e 2023 (saldo)

Resgate Antecipado: não haverá

Remuneração: IPCA acrescido juros de 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) a.a..

Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados, exclusivamente, da seguinte forma: (i) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013; e (ii) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para o resgate antecipado de debêntures ou outra dívida da Companhia.

Não há previsão de resgate antecipado facultativo.

11ª emissão de Debêntures

Em 1 de março de 2013 a Companhia efetuou o resgate antecipado total do saldo da primeira série da 11ª Emissão de Debêntures da Companhia, no montante de R\$ 1.060.428.

(ii) BNDES - Projeto Tietê Fase II

Contrato de Financiamento nº 01.2.619.3.1 e Contrato de Repasse nº 10/669.748-6, assinados 04 de agosto de 2002, teve a liquidação financeira de todas as obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamento e de Repasse efetivadas, considerando-se que em 15 de fevereiro de 2013, ocorreu o pagamento da última prestação de juros e amortização.

(iii) BNDES - Projeto Tietê Fase III.

Em fevereiro de 2013 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP contratou operação de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, referente ao projeto de execução da Terceira Etapa do Programa de Despoluição do Rio Tietê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O valor contratado é de R\$ 1.350 milhões e tem

Notas Explicativas

como objetivo a implantação de coletores, interceptores, redes coletoras e ligações domiciliares de esgoto, bem como ampliação da capacidade de tratamento de esgoto na Região Metropolitana de São Paulo. O prazo total do contrato é de 180 meses, com 36 meses de carência e encargos financeiros de TJLP + 1,66% aa.

(iv) PPP – Sistema Produtor São Lourenço

Em 07 de fevereiro de 2013 a Companhia deu início ao processo licitatório relativo à Concorrência Internacional Sabesp CSS 16.402/2012 - Parceria Público Privada, por meio de Concessão Administrativa, para a prestação de serviços de operação e manutenção do empreendimento - Sistema Produtor São Lourenço.

(v) Alteração do número de ações – ADR's

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 10 de janeiro de 2013, aprovou (i) a alteração do número de ações que serve de lastro aos American Depositary Receipts ("ADRs") da Companhia, negociados no mercado norte-americano na New York Stock Exchange ("NYSE"), da atual proporção de 1 (um) ADR para 2 (duas) ações ordinárias para a nova proporção de 1 (um) ADR para 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, com o principal objetivo de fomentar a liquidez desses papéis; e (ii) a proposta de desdobramento das ações ordinárias de emissão da SABESP, em proporção a ser ainda definida por sua administração, a qual será oportunamente submetida à apreciação dos acionistas da SABESP em sede de assembleia geral extraordinária e resultará, uma vez aprovada, na alteração do artigo 3º do Estatuto Social da SABESP, já que o número de ações representativas do capital social da Companhia será alterado de acordo com a proporção que vier a ser definida.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/12/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.008	0	2.008	0
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.094	50,3%	114.510.094	50,3%
Ações em Circulação	113.326.529	49,7%	113.326.529	49,7%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/12/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.009	0	2.009	0
Diretoria	603	0	603	0
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.698	50,3%	114.510.698	50,3%
Ações em Circulação	113.325.925	49,7%	113.325.925	49,7%

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia:			Posição em	
CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO			31/12/2012 (Em Ações)	
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3	114.508.086	50,3

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Ao

Conselho de Administração da

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, fundamentado em seus trabalhos, incluindo informações recebidas dos Administradores da Companhia, da área de Contabilidade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente (Deloitte Touche Tohmatsu) julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas. Em decorrência, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 21 de março de 2013.

Jerônimo Antunes

Coordenador

Heraldo Gilberto de Oliveira

Reinaldo Guerreiro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela

legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2012, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 21 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Délio Rocha Leite
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 189302/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras consolidadas, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, inclusive pelo Comitê de Auditoria, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 21 de março de 2013, concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 21 de março de 2013.

HUMBERTO MACEDO PUCCINELLI

JOSÉ ANTONIO XAVIER

HORÁCIO JOSÉ FERRAGINO

ALEXANDRE LUIZ OLIVEIRA DE TOLEDO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 21 de março de 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

/s/ Dilma Seli Pena
Diretora Presidente

/s/ Rui de Britto Álvares Affonso
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior
Diretor de Gestão Corporativa

/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior
Respondendo pela Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

/s/ Paulo Massato Yoshimoto
Diretor Metropolitano

/s/ Luiz Paulo de Almeida Neto
Diretor de Sistemas Regionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 21 de março de 2013.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

/s/ Dilma Seli Pena
Diretora Presidente

/s/ Rui de Britto Álvares Affonso
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior
Diretor de Gestão Corporativa

/s/ Manuelito Pereira Magalhães Junior
Respondendo pela Diretoria de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente

/s/ Paulo Massato Yoshimoto
Diretor Metropolitano

/s/ Luiz Paulo de Almeida Neto
Diretor de Sistemas Regionais